

**INVESTIMENTOS EM RESPONSABILIDADE
SOCIAL: UM ESTUDO DOS BALANÇOS SOCIAIS
PUBLICADOS PELAS SOCIEDADES ANÔNIMAS DE
CAPITAL ABERTO NO BRASIL**

DENISE CARNEIRO DOS REIS BERNARDO

2005

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Bernardo, Denise Carneiro dos Reis

Investimentos em responsabilidade social: um estudo dos balanços sociais publicados pelas sociedades anônimas de capital aberto no Brasil / Denise Carneiro dos Reis Bernardo. -- Lavras : UFLA, 2005.

125 p. : il.

Orientador: German Torres Salazar.

Dissertação (Mestrado) – UFLA.

Bibliografia.

1.Responsabilidade social. 2. Balanço social. 3. Sociedade anônima. 4. Investimento. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-657.3
-657.832
-658.048

DENISE CARNEIRO DOS REIS BERNARDO

**INVESTIMENTOS EM RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO
DOS BALANÇOS SOCIAIS PUBLICADOS PELAS SOCIEDADES
ANÔNIMAS DE CAPITAL ABERTO NO BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Organizações, Estratégias e Gestão, para a obtenção do título de “Mestre”.

Orientador
Prof. Dr. German Torres Salazar

LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL
2005

DENISE CARNEIRO DOS REIS BERNARDO

**INVESTIMENTOS EM RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO
DOS BALANÇOS SOCIAIS PUBLICADOS PELAS SOCIEDADES
ANÔNIMAS DE CAPITAL ABERTO NO BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Organizações, Estratégias e Gestão, para a obtenção do título de “Mestre”.

Aprovada em 22 de agosto de 2005

Prof. Dr. German Torres Salazar (UFLA)

Prof. Dr. Hudson Fernandes do Amaral (UFMG)

Prof. Dr. Luiz Marcelo Antonialli (UFLA)

Prof. Dr. German Torres Salazar
Orientador

LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL

“Realizar o Balanço Social significa uma grande contribuição para a consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática”.

Hebert de Souza (Betinho)

“Devido à crescente pressão por maior responsabilidade das empresas, posso prever o dia em que: além do balanço financeiro anual, certificado por auditores independentes, as empresas terão que publicar um “balanço social” igualmente certificado.”

David Rockefeller (1971)

**Aos verdadeiros mestres que passaram pelo meu caminho e despertaram
em mim o imenso gosto pela aprendizagem e pela arte de ensinar,
OFEREÇO.**

**Aos meus pais, Antônio e Ilma,
DEDICO.**

AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai misericordioso.

Aos meus pais, pelo amor, dedicação e por me ensinarem a cada instante, a ser uma pessoa melhor.

Aos meus familiares, pelo apoio e pela presença constante em minha vida.

À Universidade Federal de Minas Gerais, começo de todos os meus sonhos. Aos professores e grandes incentivadores, Geová e Silvério, por me apoiarem e acreditarem no meu trabalho. Também por lutarem, dia após dia, para o crescimento da produção científica na área contábil.

Aos professores e servidores do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras, em especial a Elizabeth, pela atenção dispensada e a Eveline, pela revisão. Aos professores Edgard Alencar e sua esposa, Clarisse, pela amizade e à professora Cristina Calegário, pela imensa contribuição científica aos nossos artigos. Agradeço também as preciosas contribuições dos professores Robson Amâncio e José Carlos dos Santos Jesus.

Ao amigo e professor German Torres Salazar, que me orientou com sabedoria, capacidade, compreensão e pela confiança em mim depositada.

Ao professor Luiz Marcelo Antonialli, pelo empenho durante a orientação, pela paciência e por me mostrar as possibilidades que surgem da relação dos métodos quantitativos e os demonstrativos contábeis e sociais.

Aos colegas de curso, em especial às amigas-irmãs Myriam e Sabrina, pela paciência na revisão e finalização deste trabalho e por estarem sempre presentes, me apoiando em todos os momentos.

Ao CNPq, pelo auxílio financeiro durante o primeiro ano desta pesquisa.

À Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações (UNINCOR), pela oportunidade de iniciar a minha carreira de docente.

Aos meus alunos, fonte de eterna inspiração, começo, meio e fim de todo o meu ideal de vida.

A Lauisa e aos futuros pesquisadores Gabriel e Adílio (graduação em Administração/UFLA), pela amizade e pela companhia em dias e noites de produção intensa de artigos no Departamento de Administração.

E àqueles que me acompanharam ao longo dessa jornada, meus sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	i
LISTA DE QUADROS.....	ii
LISTA DE TABELAS.....	iii
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 DESCRIÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA.....	4
2.1 Objetivo geral.....	4
2.2 Objetivos específicos.....	4
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
3.1 Empresas e sociedade.....	6
3.2 Responsabilidade social empresarial.....	10
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	22
4.1 Balanço social como ferramenta de análise.....	22
4.2 Vertentes do balanço social.....	24
4.3 Origem do balanço social.....	25
4.4 Legislação sobre balanço social no Brasil.....	29
4.4.1 Projeto de Lei - esfera federal.....	30
4.4.2 Projetos de Lei - esfera estadual.....	32
4.4.3 Leis e Projetos - esfera municipal.....	32
4.5 Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).....	33
5 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E SOCIAIS.....	37
6 METODOLOGIA.....	46
6.1 Tipo de pesquisa.....	46

6.2 Objeto de estudo e amostragem.....	47
6.3 Coleta dos dados.....	49
6.4 Operacionalização das variáveis.....	50
6.5 Análises estatísticas.....	52
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	55
7.1 Análise de cluster para as variáveis referentes aos indicadores sociais internos.....	55
7.1.1 Análises referentes ao ano de 2003.....	56
7.1.2 Análises referentes ao ano de 2002.....	58
7.1.3 Análises referentes ao ano de 2001.....	60
7.1.4 Análises referentes ao ano de 2000.....	62
7.2 Análise de cluster para as variáveis referentes aos indicadores sociais externos.....	65
7.2.1 Análises referentes ao ano de 2003.....	66
7.2.2 Análises referentes ao ano de 2002.....	68
7.2.3 Análises referentes ao ano de 2001.....	70
7.2.4 Análises referentes ao ano de 2000.....	72
7.3 Análise de cluster para as variáveis referentes aos indicadores ambientais.....	75
7.3.1 Análises referentes ao ano de 2003.....	75
7.3.2 Análises referentes ao ano de 2002.....	77
7.3.3 Análises referentes ao ano de 2001.....	78
7.3.4 Análises referentes ao ano de 2000.....	80
7.4 Resumo das análises dos indicadores sociais internos, indicadores sociais externos e dos indicadores ambientais.....	82
8 CONCLUSÕES.....	85
8.1 Sugestões para futuras pesquisas.....	87
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88
10 ANEXOS.....	95

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 A mensuração social na empresa.....	8
FIGURA 2 Dimensões da responsabilidade social.....	12
FIGURA 3 As três abordagens da responsabilidade social.....	13
FIGURA 4 Modelo de balanço social sugerido pelo Ibase.....	96
FIGURA 5 Instruções para preenchimento do modelo de balanço social sugerido pelo Ibase.....	99

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Mudanças na administração empresarial.....	6
QUADRO 2 Incentivos fiscais em projetos culturais e sociais.....	15
QUADRO 3 Efeitos das ações de responsabilidade social, de acordo com o <i>stakeholder</i> envolvido, suas contribuições e demandas básicas.....	18
QUADRO 4 Usuários do balanço social e da contabilidade.....	42
QUADRO 5 Balanço social – panorama internacional.....	43
QUADRO 6 Número de empresas estudadas, por natureza do controle acionário.....	48
QUADRO 7 Ramo de atuação das empresas pesquisadas.....	48
QUADRO 8 Variáveis selecionadas.....	50
QUADRO 9 Desempenho em responsabilidade social empresarial.....	83
QUADRO 10 Variáveis sociais que apresentaram correlação com a receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta.....	83
QUADRO 11 Lista das empresas que publicaram os balanços sociais, de acordo com o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) analisados neste trabalho.....	101

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Relevância da informação.....	38
TABELA 2 Quantidade de balanços sociais pesquisados por ano.....	49
TABELA 3 Codificação das variáveis.....	51
TABELA 4 Variáveis utilizadas.....	55
TABELA 5 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2003.....	56
TABELA 6 Médias das variáveis para cada cluster, em 2003 (mil reais)	56
TABELA 7 Análise de variância para os grupos formados em 2003	57
TABELA 8 Correlações de Pearson entre as variáveis dos indicadores sociais internos com a receita líquida e a folha de pagamento bruta no ano de 2003.....	57
TABELA 9 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2002.....	58
TABELA 10 Médias das variáveis para cada cluster, em 2002 (mil reais).....	59
TABELA 11 Análise de variância para os grupos formados em 2002.....	59
TABELA 12 Correlações de Pearson entre as variáveis dos indicadores sociais internos com a receita líquida e a folha de pagamento bruta, no ano de 2002.....	60
TABELA 13 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2001.....	60
TABELA 14 Médias das variáveis para cada cluster, em 2001 (mil reais)	61
TABELA 15 Análise de variância para os grupos formados em 2001	61
TABELA 16 Correlações de Pearson entre as variáveis dos indicadores sociais internos com a receita líquida e a folha de pagamento bruta no ano de 2001.....	62
TABELA 17 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2000.....	62
TABELA 18 Médias das variáveis para cada cluster, em 2000 (mil reais)	63
TABELA 19 Análise de variância para os grupos formados em 2000	63
TABELA 20 Correlações de Pearson entre as variáveis dos indicadores sociais internos com a receita líquida e a folha de pagamento bruta, no ano de 2000.....	64
TABELA 21 Síntese dos resultados referentes aos indicadores sociais internos.....	65
TABELA 22 Variáveis utilizadas.....	6
TABELA 23 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2003.....	66
TABELA 24 Médias das variáveis para cada cluster, em 2003 (mil reais)	67
TABELA 25 Análise de variância para os grupos formados em 2003.....	67
TABELA 26 Correlações de Pearson entre as variáveis dos indicadores sociais externos com a receita líquida e o resultado operacional no ano de 2003.....	68
TABELA 27 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2002.....	68

TABELA 28 Médias das variáveis para cada cluster, em 2002 (mil reais)	69
TABELA 29 Análise de variância para os grupos formados em 2002	69
TABELA 30 Correlações de Pearson entre as variáveis dos indicadores sociais externos com a receita líquida e o resultado operacional no ano de 2002.....	70
TABELA 31 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2001.....	70
TABELA 32 Médias das variáveis para cada cluster, em 2001 (mil reais).....	71
TABELA 33 Análise de variância para os grupos formados em 2001	71
TABELA 34 Correlações de Pearson entre as variáveis dos indicadores sociais externos com a receita líquida e o resultado operacional no ano de 2001.....	72
TABELA 35 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2000.....	72
TABELA 36 Médias das variáveis para cada cluster, em 2000 (mil reais)	73
TABELA 37 Análise de variância para os grupos formados em 2000	73
TABELA 38 Correlações de Pearson entre as variáveis dos indicadores sociais externos com a receita líquida e o resultado operacional no ano de 2000.....	74
TABELA 39 Síntese dos resultados referentes aos indicadores sociais externos.....	74
TABELA 40 Variáveis utilizadas.....	75
TABELA 41 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2003.....	75
TABELA 42 Médias das variáveis para cada cluster, em 2003 (mil reais)	76
TABELA 43 Análise de variância para os grupos formados em 2003	76
TABELA 44 Correlações de Pearson entre os investimentos relacionados com a produção/operação da empresa com a receita líquida e o resultado operacional no ano de 2003.....	76
TABELA 45 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2002.....	77
TABELA 46 Médias das variáveis para cada cluster, em 2002 (mil reais)	77
TABELA 47 Análise de variância para os grupos formados em 2002	78
TABELA 48 Correlações de Pearson entre as variáveis dos indicadores ambientais com a receita líquida e o resultado operacional no ano de 2002.....	78
TABELA 49 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2001.....	79
TABELA 50 Médias das variáveis para cada cluster, em 2001 (mil reais)	79
TABELA 51 Análise de variância para os grupos formados em 2001.....	79
TABELA 52 Correlações de Pearson entre os investimentos relacionados com a produção/operação da empresa com a receita líquida e o resultado operacional no ano de 2001.....	80
TABELA 53 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2000.....	80
TABELA 54 Médias das variáveis para cada cluster, em 2000 (mil reais).....	81
TABELA 55 Análise de variância para os grupos formados em 2000.....	81
TABELA 56 Correlações de Pearson entre os investimentos relacionados com a produção/operação da empresa com a receita líquida e o resultado operacional no ano de 2000.....	82
TABELA 57 Síntese dos resultados referentes aos indicadores ambientais.....	82

TABELA 58 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial referentes ao ano 2003, utilizando-se as variáveis dos indicadores sociais internos.....	109
TABELA 59 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial, referentes ao ano de 2002, utilizando-se as variáveis dos indicadores sociais internos.....	111
TABELA 60 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial referentes ao ano de 2001, utilizando-se as variáveis dos indicadores sociais internos.....	113
TABELA 61 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial, referentes ao ano de 2000, utilizando-se as variáveis dos indicadores sociais internos.....	115
TABELA 62 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial referentes ao ano de 2003, utilizando-se as variáveis dos indicadores sociais externos.....	117
TABELA 63 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial, referentes ao ano de 2002, utilizando-se as variáveis dos indicadores sociais externos.....	118
TABELA 64 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial referentes ao ano de 2001, utilizando-se as variáveis dos indicadores sociais externos.....	120
TABELA 65 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial, referentes ao ano de 2000, utilizando-se as variáveis dos indicadores sociais externos.....	121
TABELA 66 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial, referentes ao ano de 2003, utilizando-se as variáveis dos indicadores ambientais.....	122
TABELA 67 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial, referentes ao ano de 2002, utilizando-se as variáveis dos indicadores ambientais.....	123
TABELA 68 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial, referentes ao ano de 2001, utilizando-se as variáveis dos indicadores ambientais.....	124
TABELA 69 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial, referentes ao ano de 2000, utilizando-se as variáveis dos indicadores ambientais.....	125

RESUMO

BERNARDO, Denise Carneiro dos Reis. Investimentos em responsabilidade social: um estudo dos balanços sociais publicados pelas sociedades anônimas de capital aberto no Brasil. 2005. 125 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.¹

O objetivo deste trabalho foi verificar se os investimentos em ações sociais das empresas de capital aberto localizadas no Brasil apresentaram correlação com as variáveis receita líquida, folha de pagamento bruta e resultado operacional dessas empresas, bem como se os investimentos em responsabilidade social empresarial são altos médios ou baixos. Foi realizada uma análise quantitativa dos balanços sociais elaborados de acordo com o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e publicados pelas sociedades anônimas de capital aberto localizadas no Brasil, no período de 2000 a 2003. Os resultados demonstraram que houve correlações entre as variáveis sociais e a rentabilidade empresarial no período analisado e que os investimentos em responsabilidade social ainda são baixos. Pode-se dizer que a pesquisa é inovadora, visto que ultrapassa as reflexões teóricas sobre responsabilidade social empresarial e realiza uma análise prática envolvendo as ações sociais e sua relação com a rentabilidade empresarial.

¹ Orientador: German Torres Salazar – UFLA.

ABSTRACT

BERNARDO, Denise Carneiro dos Reis. Investments in social responsibility: study of social reporting published by open capital corporations in Brazil. 2005. 125 p. Dissertation (Master Degree in Administration) – Federal University of Lavras, Lavras, Minas Gerais, Brazil.²

The objective of this research is to verify if social actions developed by open capital located in Brazil have relationship with variable net income, payroll gross and operational result of these companies as well as the degree of investment in social responsibility of the companies that were analyzed. The research has been developed through a quantitative investigation, utilizing data of period from 2000 to 2003. The data has been collected through database of Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) and Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2005). The results showed that social variables have relationship with profitability during the period analyzed and that investments on social responsibility are still low. We can say this research is pioneer since it goes over theoretical reflections.

² Adviser: German Torres Salazar – UFLA.

1 INTRODUÇÃO

Desde o início do século XX, registram-se manifestações em prol do compromisso das empresas com o bem-estar da comunidade onde se encontra. Porém, somente a partir de 1960, nos Estados Unidos da América, diversas empresas passaram a prestar contas de suas ações destinadas à sociedade por meio da divulgação relatórios anuais com informações de caráter social e ambiental, resultando no que se chama hoje de balanço social.

A elaboração do balanço social é obrigatória na França desde 1977, pelas empresas com mais de 300 funcionários. Diversos países da Europa seguiram os passos pioneiros da França e também começaram a pregar a importância da elaboração desse documento, entre eles Alemanha, Holanda, Suécia, Espanha e Inglaterra. Em Portugal, a publicação do balanço social é obrigatória para todas as empresas, desde 1985 e na Bélgica, desde 1986.

No Brasil, foi em 1997, com a atuação do sociólogo Hebert de Souza, o “Betinho”, que a idéia de responsabilidade social das empresas e a proposta da divulgação do balanço social alcançaram maior projeção nacional. Desde então, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) vem incentivando as empresas brasileiras a publicarem esse demonstrativo.

Apesar de não existir uma legislação específica que regule a elaboração e a publicação do balanço social no Brasil até 2005, é cada vez maior o número de empresas que o fazem anualmente, de acordo com o modelo sugerido pelo Ibase, além de existir legislações incentivando a publicação do balanço social em alguns estados e municípios brasileiros.

Aliás, a discussão acerca da responsabilidade social das empresas ultrapassa a questão do repasse das obrigações do estado para a sociedade, do marketing empresarial e assume um lado estratégico no mundo dos negócios.

De acordo com alguns estudiosos, a responsabilidade social é uma variável importante na estratégia competitiva da empresa. A maioria dos consumidores europeus afirma que o compromisso de uma empresa com a sua responsabilidade social é um fator que pesa na aquisição de um produto ou serviço, estando predispostos a pagar mais por produtos de empresas socialmente responsáveis. Estudos realizados pelo Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor (CEATS/USP), em 2002, também demonstraram que o consumidor brasileiro está disposto a pagar mais por produtos de empresas socialmente responsáveis.

Segundo a Comissão das Comunidades Europeias, as instituições financeiras têm recorrido às informações de caráter social e ambiental para avaliarem os riscos da concessão de empréstimos ou de investimentos nas empresas. O reconhecimento de uma empresa socialmente responsável – por meio da sua inscrição num índice bolsista de valores éticos como o *Dow Jones Sustainable Index* – reforça sua cotação, acarretando, assim, vantagens financeiras concretas. Porém, a maior evidência é de que ainda não há uma avaliação fidedigna dos resultados da ação social dos voluntários para a empresa.

Assim, esta pesquisa objetiva verificar se os investimentos em ações sociais pelas empresas de capital aberto localizadas no Brasil mostraram-se correlacionados com a receita líquida, folha de pagamento bruta e o resultado operacional das empresas estudadas, bem como se os investimentos em responsabilidade social empresarial são altos, médios ou baixos. Para tanto, foram analisadas as variáveis sociais e financeiras constantes do modelo de balanço social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) publicados por 72 companhias de capital aberto, no período de 2000 a 2003, totalizando 206 demonstrativos sociais.

Os resultados da pesquisa demonstraram que há correlação entre as variáveis sociais e a receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta das empresas estudadas. Mostraram também que, apesar dos investimentos em responsabilidade social empresarial apresentarem uma alta correlação positiva com a rentabilidade empresarial, o investimento em ações sociais pelas empresas de capital aberto no Brasil ainda é baixo. Ressalta-se também que o balanço social, desde que publicado de forma transparente, auxilia os gestores na implementação de estratégias empresariais, sendo considerado um relatório complementar às informações contábeis.

Pode-se dizer que a pesquisa é inovadora, visto que ultrapassa as reflexões teóricas sobre responsabilidade social empresarial e realiza uma análise prática envolvendo as ações sociais e o seu retorno para as atividades empresariais.

2 DESCRIÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA

No Brasil, a partir da década de 1990, a mídia passou a destacar as “empresas-cidadãs”, ou seja, empresas responsáveis socialmente. Todos os anos, essas empresas publicam relatórios sociais denominados “Balanço Social”, com o objetivo divulgar as ações sociais dirigidas aos seus funcionários, investidores, acionistas e à comunidade onde está inserida. A finalidade é estreitar os laços que a empresa mantém com a sociedade e meio ambiente. Uma das vantagens de publicar o balanço social é o fato dos investidores tenderem a aplicar em empresas preocupadas com a ética e a transparência, partindo do pressuposto de que os riscos são menores. Apesar do grande destaque que vem sendo dado ao tema, tanto pela mídia como pelo meio empresarial e por entidades civis e governamentais, ainda são poucos os estudos envolvendo esse demonstrativo social.

2.1 Objetivo geral

Verificar se há correlação entre os investimentos em responsabilidade social empresarial e a receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta das empresas de capital aberto no Brasil.

2.2 Objetivos específicos

- ♣ Definir quais ações sociais mostraram-se correlacionadas às variáveis receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta em cada ano analisado.
- ♣ Classificar as companhias de capital aberto estudadas nos grupos de alto, médio e baixo investimento em responsabilidade social.

- ♣ Verificar em qual dos grupos formados (alto, médio e baixo) as companhias de capital aberto estudadas mais se encaixaram.
- ♣ Verificar se as sociedades anônimas de capital aberto no Brasil adotam práticas de responsabilidade social dentro das restrições legais (obrigação social), por sofrerem pressão de diversos atores sociais (reação social) ou assumindo um comportamento antecipador e preventivo, em que problemas futuros são previstos e ações são tomadas para evitá-los (sensibilidade social).

A expectativa é de que os resultados do trabalho sejam relevantes para o avanço do conhecimento e auxiliem os gestores a perceberem a importância da adoção de práticas socialmente responsáveis, não só como uma ação filantrópica ou voltada para o marketing, mas como ações que podem influenciar a rentabilidade empresarial.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Empresas e sociedade

O papel das empresas³ tem sido tema de reflexão há algum tempo. De um lado, encontram-se os defensores de que o objetivo das empresas se resume ao lucro. Para outros, as empresas adquirem, em sua existência, a conotação de organismos vivos ou de organizações com missão, crenças e valores que superam a busca simples pelo lucro. Essa visão foi trazida para a administração pelo biólogo Von Bertalanffy, citado por Duarte & Dias (1985) que, propondo o estudo da empresa como um sistema aberto, deu origem aos estudos da chamada Teoria Geral dos Sistemas (Kassai, 2002). Assim, *“(...) a empresa não se reduz à mera ficção jurídica ou abstração mental: é uma entidade realmente existente, um ser vivo e capaz de atuação própria”* (Duarte & Dias, 1985, p. 67).

Essas diferenças de opinião são o reflexo da mudança de valores na sociedade, gerando a necessidade da redefinição do papel das empresas (Borger, 2001; Comissão das Comunidades Europeias, 2001; Duarte & Dias, 1985 e Kassai, 2002). Steiner, adaptado por Varela & Costa (1998), expõe algumas mudanças na administração empresarial.

QUADRO 1 Mudanças na administração empresarial

PASSADO RECENTE	RUMO AO	FUTURO
Pressuposto de que a única responsabilidade de um empresário é otimizar a riqueza do acionista; preponderância da administração operacional.		O lucro ainda é preponderante, mas está modificado pelo pressuposto de que o empresário tem outras responsabilidades sociais; preponderância da administração estratégica.

Continua...

³ Os termos ‘empresa, organização e instituição’, neste trabalho, assumem a mesma conotação.

QUADRO 1 Continuação.

PASSADO RECENTE	RUMO AO	FUTURO
Desempenho das empresas, medido apenas por padrões econômicos.		Aplicação de medidas econômicas e sociais de desempenho.
Ênfase na quantidade de produção.		Ênfase na quantidade e na qualidade.
Prestação de contas financeiras.		Prestação de contas financeiras, de recursos humanos e social.
Concentração no funcionamento interno.		Concentração nos “ingredientes” externos para o sucesso da empresa.
Predominância de previsões unicamente econômicas nas decisões.		Grande uso de previsões sociais, técnicas e políticas e de previsões econômicas.
Empresa vista como um sistema único.		Empresa vista como um sistema dentro de um sistema social maior.
A ideologia da empresa exige um isolamento do governo.		Cooperação entre a empresa e o governo e convergência de planejamento.
A empresa preocupa-se pouco com os custos sociais de produção.		Preocupação cada vez maior com a internalização dos custos sociais de produção.

Fonte: Steiner (1981, p. 59), citado por Varela & Costa (1998, p. 9).

A empresa é uma organização complexa, inserida em um ambiente no qual busca os recursos que utiliza e para o qual se destinam os resultados de suas atividades de transformação. Desse modo, a organização deve procurar manter-se em sintonia com o mercado, com os seus colaboradores internos - empregados, sindicatos - e com os colaboradores externos - fornecedores, clientes, credores, dentre outros - estabelecendo uma rede de trocas e de negociações (Cappellin et al. [s.d.], citados por Silva & Freire, 2001). Nesse contexto, tem-se a empresa como uma coalizão de interesse entre diferentes

grupos sociais cuja intensidade de poder está relacionada à sua organização como um grupo (Tinoco, 2001).

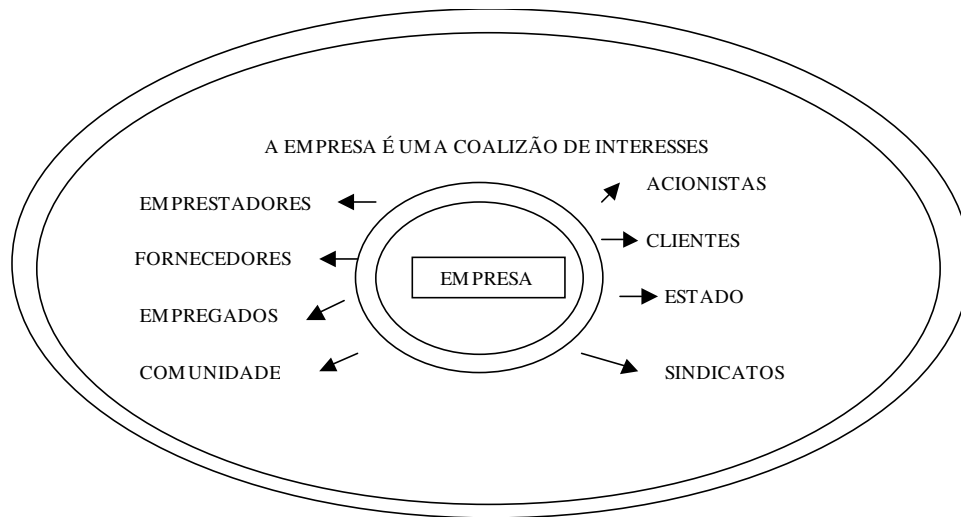


FIGURA 1 A mensuração social na empresa
Fonte: Tinoco, 2001

Aliás, a nova postura da empresa cidadã baseada no resgate de princípios éticos e morais ultrapassa a questão do bem-estar da comunidade à qual a empresa pertence e abrange a questão da própria existência da organização, tornando-se uma questão de estratégia financeira e sobrevivência empresarial (Torres, 1998). Segundo Kassai (2002, p. 6), *‘para perpetuar -se, além de cumprir sua missão e buscar o lucro, ou atender a seus objetivos econômicos, a empresa precisa responder aos anseios do ambiente no qual está inserida, ou aos objetivos sociais’*.

Porém, há necessidade de se considerar que as decisões empresariais envolvem custos e receitas, além do fato dos acionistas quererem assegurar o valor futuro dos seus investimentos e do valor de mercado da empresa ser uma variável importante para os proprietários e não apenas a maximização dos

lucros, como esclarecem Milgrom e Roberts (1992), citados por Borger (2001). Assim, “(...) a maior parte das iniciativas que têm sido empreendidas para compreender e mensurar os fenômenos sociais têm de saída uma motivação de rentabilidade”; segundo Tinoco (1984, p. 24).

Um dos fatores determinantes para o entendimento e a localização de todo esse processo de entrada das empresas no universo das ações de caráter social efetivo foi a crise do *Welfare State*, na metade da década de 1970.

A ideologia predominante em 1960, de que o governo-Estado devia cuidar dos problemas da comunidade, foi superada pelas evidências de que os governos não podem tomar conta dos problemas da sociedade, nem dos negócios mas podem atuar em parcerias com as organizações do terceiro setor. Assim, as empresas *“devem se responsabilizar pelas soluções dos problemas da comunidade, fornecendo os recursos materiais e o trabalho voluntário de seus colaboradores”* (Borger 2001, p. 23).

A crise econômica e o crescimento do desemprego que atingiram a Europa em meados de 1980 contribuíram para que a empresa começasse a ser valorizada, também, pela sua capacidade de salvaguardar o emprego – valor essencial de socialização na sociedade contemporânea. Nesse contexto, o papel da empresa ultrapassa a questão econômica, pois, além de provedora de emprego, passa a ser considerada um agente de estabilização social (Kirschner, 1998, citado por Torres, 1998).

A realização de ações que procuram compensar a ausência ou deficiência do Estado em garantir bem-estar para a sociedade – principalmente na resolução dos problemas que afetam diretamente os custos, a sobrevivência e o lucro das empresas, como a falta de segurança, mão-de-obra desqualificada e mercados consumidores cada vez menores – configura-se como o principal fator motivador dessa nova postura socialmente responsável.

É comum a idéia de que a melhoria das condições de vida da sociedade é responsabilidade do governo, porém *“(...) há lógica em se esperar que a empresa proporcione benefícios em troca dos que obtém em função da permissão de instalação e de continuidade, dos serviços prestados pelos funcionários e de sua aceitação pela sociedade”* Ribeiro (1999, p.8).

A propósito, a mudança da realidade social ultrapassa a responsabilidade do governo. É necessário que haja uma mobilização de toda a sociedade em busca de um objetivo comum, ou seja, de um país com justiça social. Na busca da redução da desigualdade social, é necessário que as empresas tornem-se responsáveis socialmente, contribuindo tanto para o desenvolvimento do público interno quanto externo. Assim, além do lucro econômico, a empresa gera o lucro social, resultado de sua capacidade de transformar o homem, ou seja, contribui para o seu crescimento pessoal e profissional e, conseqüentemente, de toda a sociedade (Carneiro, 2002).

Nesse sentido, ressalta-se que a partir de 1950, especialmente nos Estados Unidos da América e na Europa, ocorreu uma mutação no sistema de valores. Segundo Tinoco (1984, p. 21), *“(...) No Brasil , contudo, parece que tal mutação ainda está por ocorrer. Haja vista a precária situação política, econômica e social, em que nos encontramos e que parece à grande massa populacional um beco sem saída”*.

3.2 Responsabilidade social empresarial

A teoria sobre responsabilidade social surgiu na década de 1950, nos Estados Unidos e na Europa. A preocupação dos estudiosos da época girava em torno da excessiva autonomia dos negócios e do poder destes na sociedade, sem a preocupação com as conseqüências negativas de suas atividades. Porém, as primeiras definições eram dúbias e inconsistentes. De acordo com Duarte & Dias (1985, p. 41):

‘Segundo Howard Bowen, cuja obra é um marco no campo da Responsabilidade Social da Empresa, as primeiras manifestações desta idéia surgiram no início do século, em trabalhos de Charles Eliot (1906), Arthur Hakley (1907) e John Clark (1916). Tais idéias, porém, não tiveram maior aceitação nos meios acadêmicos e empresariais, onde deviam soar, - considerando a época – como heresias socialistas’.

Em 1923, o inglês Oliver Sheldon defendeu a inclusão, entre as preocupações da empresa, de outros objetivos além do lucro dos acionistas, mas na época, não obteve sucesso. Em 1942, num manifesto subscrito por 120 industriais ingleses, a idéia de Sheldon ressurgiu. Em 1953, surgiu nos Estados Unidos, a primeira obra analisando o tema, intitulada “*Social Responsibilities of the Businessman*”, de Howard Bowen. Assim, o tema começou ganhar destaque entre os empresários americanos e centros acadêmicos (Duarte & Dias, 1985).

Na década de 1960, os estudos voltaram-se para a formalização do conceito de responsabilidade social empresarial, predominando a visão de que a responsabilidade das empresa ultrapassa a responsabilidade de maximizar lucros (Borger, 2001).

A expressão responsabilidade social suscita uma série de interpretações. Para alguns, representa a idéia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros, é um dever fiduciário, que impõe às empresas padrões mais altos de comportamento que os do cidadão médio. Já outros a traduzem como prática social, papel social e função social e alguns a vêem associada ao comportamento eticamente responsável ou a uma contribuição caridosa (Ashley & Cardoso, 2002).

Strour (2000) a define como uma tentativa de compatibilizar os interesses e exigências das organizações e dos *stakeholders*, remetendo a uma cidadania organizacional no que concerne ao âmbito interno da empresa e no âmbito externo à implementação de direitos sociais.

Segundo a ótica de Ferrell et al. (2001), a responsabilidade social seria uma espécie de obrigação que a empresa assume junto à sociedade com a única finalidade de maximizar os efeitos positivos e minimizar os impactos negativos gerados por ela.

Uma das tentativas de definição do conceito foi a proposta por Carroll (1991), que aponta quatro fases ou dimensões para a responsabilidade social: econômica, legal, ética e filantrópica. Na Figura 2 estão representados os significados das quatro dimensões da responsabilidade social:

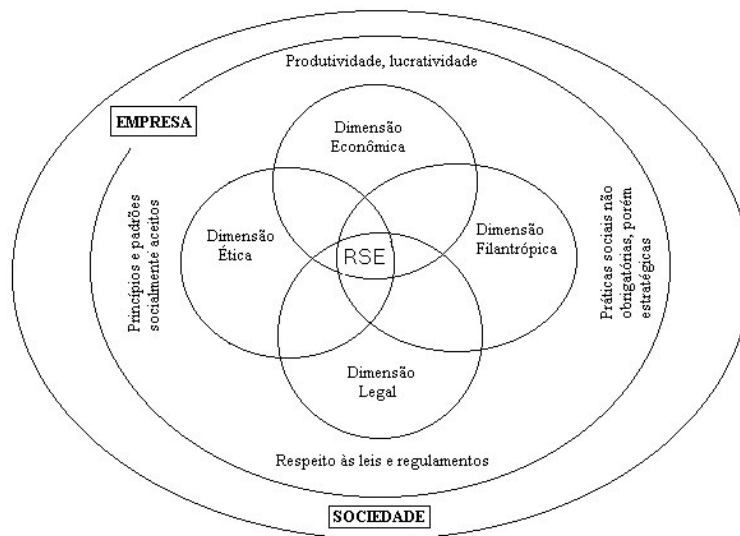


FIGURA 2 Dimensões da responsabilidade social

Fonte: Modelo desenvolvido pela autora baseado em Carroll (1991), Ferrell et al. (2000) e Maignan & Ferrell (2001).

Mais tarde, Carroll (1998), ao rever as quatro faces ou dimensões da responsabilidade social, ressaltou que elas são intimamente relacionadas, embora estejam freqüentemente em conflito umas com as outras. Ainda assim, cada uma dessas dimensões não existe separada ou isoladamente das outras e o conjunto delas significa a adoção da responsabilidade social.

É importante, porém, ressaltar alguns itens pertinentes à compreensão do conceito de responsabilidade social em sua totalidade. O primeiro deles seria a expansão do alcance da responsabilidade social, que não mais se limitaria ao interior da empresa, visando somente o lucro. O segundo seria ultrapassar as suas obrigações legais adotando uma política pautada na moral e ética. Por último, a adoção de políticas diferenciadas, de acordo a sociedade na qual a empresa se encontra (Duarte & Dias, 1985).

Aliás, o professor Prakash Sethi (1975), citado por Duarte & Dias (1985), descreveu o comportamento empresarial em três estágios: o estágio da obrigação social (prescritiva), o estágio da responsabilidade social (normativa) e o estágio da responsividade social (antecipatória e preventiva). Donnelly et. al. (2000) e Montana & Charnov (1998), citados por Lourenço e Schröder (2003), também realizaram estudos na mesma linha, destacando a diferença entre a ausência de responsabilidade social, exceto da exigida por lei e a adoção de uma postura socialmente responsável mais ampla, criando três níveis de abordagem da responsabilidade social a serem adotados como ações das empresas em relação às demandas sociais, representados na Figura 3.

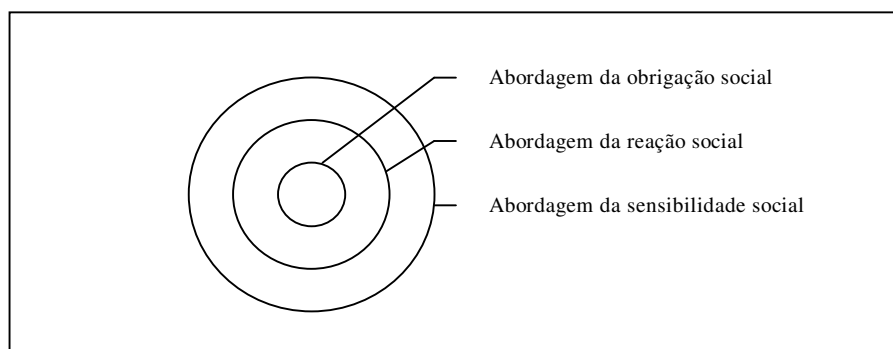


FIGURA 3 As três abordagens da responsabilidade social

Fonte: Donnelly, Gibson & Ivancevich (2000), baseados em Montana & Charnov (1998), citados por Lourenço e Schröder (2003, p. 89).

No círculo central da Figura 3 situa-se a obrigação social. Essa abordagem representa a empresa que possui uma responsabilidade social, procurando o lucro dentro das restrições legais impostas pela sociedade. De acordo com essa perspectiva, a empresa cumpriu as suas obrigações sociais ao criar bens e serviços em troca de lucro e dentro dos limites legais (Donnelly et al., 2000, citados por Lourenço & Schröder, 2003).

O círculo do meio representa a reação social. Essa abordagem considera as empresas como reativas, pressionadas por certos grupos sociais, como sindicatos, ativistas sociais, consumidores, dentre outros. Essa posição demonstra o reconhecimento, por parte do empresariado, de que as organizações dependem da aceitação da sociedade e que ignorar os problemas sociais pode ser prejudicial à imagem da organização (Donnelly et al., 2000, citados por Lourenço & Schröder, 2003). Portanto, quando a empresa auxilia na solução dos problemas da sociedade por meio da adoção dos incentivos fiscais previstos na legislação do imposto de renda, ela está inserida nessa abordagem. Os incentivos e deduções para as empresas que apuram o imposto de renda pelo sistema de lucro real são apresentadas no Quadro 2.

O círculo maior representa a sensibilidade social, ou seja, um comportamento antecipador e preventivo. De acordo com esse comportamento, problemas futuros são previstos e ações são tomadas para evitá-los ou minimizar seus reflexos (Donnelly et al., 2000; citados por Lourenço & Schröder, 2003). Desse modo, quando a empresa ultrapassa a obrigação de cumprir a legislação em vigor e incorpora à sua missão práticas voltadas para o seu público interno, externo e meio ambiente, acreditando que, dessa maneira, está contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, ela estará sendo socialmente responsável (Dornelas, 2005).

QUADRO 2 Incentivos fiscais em projetos culturais e sociais

Incentivos fiscais deduzidos do imposto devido	Programas sociais	Incentivos	Lei
	Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente	Desconto integral de contribuições Limite = 1% do imposto apurado	♣ ECA:Lei 8069/90 ♣ Dec.794.05/04/93
	Cultura	Desconto parcial de doações (40%) e patrocínio (30%) Limite de 4% do imposto devido	♣ PRONAC/Lei Rouanet: Lei 8313/91 ♣ Lei 9874/99 ♣ RIR* (art 475 ♣ MP** 2.132-40 de 28/12/2000
	Cinema e produções Videofonográficas	Desconto integral do investimento Limite de 3% do imposto de renda apurado	♣ Lei 8685/93 ♣ Portaria Sec. Audiovisual 500/98 ♣ RIR art. 486
	Instituições de ensino e pesquisa/MEC	Limite de 1,5% do lucro operacional	♣ RIR art. 365-1
	Doações e patrocínio à cultura	100% sem limite	♣RIR art. 371
	Investimentos em atividades audiovisuais (Cinema nacional)	100%, sem limite	♣RIR art 372

* RIR: Regulamento do Imposto de Renda (1999).

** Brasil (2000)

Fonte: Elaborado pela autora (2005).

Ressalta-se, porém, que é extremamente difícil definir o que é um comportamento socialmente responsável, pois este depende do momento histórico, variando de cultura para cultura (Borger, 2001). Também, nem sempre uma iniciativa empresarial que vem ao encontro das necessidades sociais demonstra um comportamento socialmente responsável por parte da empresa. O fato de uma empresa demonstrar responsabilidade social numa área não significa que esteja agindo de modo socialmente responsável em outros setores. Por isso, é necessário ter certa dose de crítica e autocrítica em face das iniciativas de caráter social. Antes de se afirmar que a empresa está assumindo suas

responsabilidades sociais, é preciso indagar os motivos reais de sua atuação (Duarte & Dias, 1985).

A propósito, Dornelas (op. cit.) aborda a diferença entre responsabilidade social e filantropia. A empresa pratica filantropia quando as suas ações estão voltadas para o ambiente externo da empresa, tendo como beneficiário principal a comunidade em suas diversas formas e organização. Já a responsabilidade social relaciona-se com a cadeia de negócios da empresa e abrange preocupações com um público maior, como acionistas, funcionários, consumidores e fornecedores, dentre outros.

Há um consenso entre os estudiosos com relação ao fato da atividade empresarial possuir uma dimensão ética, complementar às suas dimensões econômica e legal. Porém, há divergência quanto à natureza dessa dimensão ética. Nesse contexto, há duas correntes: a dos defensores dos *stockholders*, ou seja, sócios e acionistas das organizações, e a corrente dos que compartilham a visão dos *stakeholders* – *stockholders* (acionistas ou cotistas/majoritários e minoritários), funcionários, fornecedores, clientes, consumidores, investidores, comunidades, governos - ou seja, grupos que interagem com a empresa.

Os seguidores da corrente dos *stakeholders* pregam que os gestores têm a atribuição ética de respeitar os direitos e promover o bem entre todos os atores sociais afetados pela organização. Evan & Freeman (1988) citados por Machado & Zylbersztajn (2004) argumentam que a visão neoclássica de que a responsabilidade social das organizações é a maximização da riqueza dos *stockholders* deve abranger uma abordagem teórica mais ampla, incorporando os demais *stakeholders*. Esse grupo também tem identificado, nas atividades de responsabilidade social corporativa, um potencial fator de aumento do valor da empresa. Porém, esses estudos, em certos casos, ignoram a realidade das organizações (Duarte & Dias, 1985; Machado Filho & Zylbersztajn, 2004).

Já Friedman (1970) citado por Machado Filho & Zylbersztajn (2004), por exemplo, defende a visão dos *stockholders* em contraposição à dos *stakeholders*. O argumento é o de que se os administradores aumentam os lucros e utilizam-se deles para o aumento do valor da empresa, respeitando os direitos de propriedade dos acionistas/cotistas das empresas, dessa maneira, promovem, de forma agregada, o bem-estar social. Se os administradores atêm-se a problemas de cunho social em decisões do dia-a-dia, por exemplo, podem violar suas atribuições de defesa dos interesses da empresa e interferir na habilidade do mercado em promover o bem-estar geral. O autor argumenta que os gestores podem usar as ações de responsabilidade social como meio para desenvolver suas próprias agendas sociais, políticas e profissionais, às expensas dos acionistas. De acordo com essa visão, os recursos destinados a ações de responsabilidade social seriam mais sabiamente gastos, sob uma perspectiva social, no incremento da eficiência da organização. Assim, a visão crítica da relevância das atividades de responsabilidade social corporativa considera que esses esforços são incompatíveis com o objetivo de maximização de lucro da empresa (Machado Filho & Zylbersztajn, 2004).

Assim, há estudos que defendem a visão de uma corrente em contraposição a outra. Apesar da visão dos *stakeholders* se contrapor à visão dos *stockholders* sobre o papel das empresas na sociedade, ambas se preocupam com o resultado final, ou seja, o bem-estar social (*welfare state*). Apesar de divergentes em seus pressupostos, essas visões podem convergir na prática (Machado Filho & Zylbersztajn, 2004).

No Quadro 3 encontra-se um resumo das contribuições, demandas básicas, oportunidades de ganhos e da minimização de riscos, de acordo com o *stakeholder* envolvido, a partir das ações de responsabilidade social.

QUADRO 3 Efeitos das ações de responsabilidade social, de acordo com o *stakeholder* envolvido, suas contribuições e demandas básicas

Stakeholder envolvido	Contribuições	Demandas básicas	Oportunidades (ganhos de reputação)	Minimização de riscos
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estrutura 	<ul style="list-style-type: none"> • Respeito ao interesse comunitário; • Contribuição à melhoria da qualidade de vida na comunidade; • Conservação dos recursos naturais, etc. 	Criação de legitimidade	Minimizar riscos de má aceitação/conflitos
Mídia	-----	-----	Cobertura favorável	Minimizar risco de cobertura desfavorável
Ativistas, grupos e movimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Aportes sócio-culturais diversos 	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção ambiental; • Respeito aos direitos de minorias; • Respeito aos acordos salariais, etc. 	-----	Minimizar riscos de boicote
Investidores, acionistas	<ul style="list-style-type: none"> • Capital 	<ul style="list-style-type: none"> • Lucros e dividendos; • Preservação do patrimônio. 	Geração de valor	Minimizar riscos de fuga de investidores
Funcionários	<ul style="list-style-type: none"> • Mão-de-obra • Criatividade • Idéias 	<ul style="list-style-type: none"> • Salários justos; • Segurança no emprego; • Realização pessoal; • Condições de trabalho. 	Aumento do comprometimento	Minimizar riscos de comportamento
Agentes reguladores, governo	<ul style="list-style-type: none"> • Suporte institucional, jurídico e político 	<ul style="list-style-type: none"> • Obediência às leis; • Pagamento de tributos. 	Ação legal favorável	Minimizar riscos de ação legal
Parceiros comerciais, fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> • Mercadorias 	<ul style="list-style-type: none"> • Respeito aos contratos; • Negociação leal. 	Colaboração	Minimizar riscos de defeção
Concorrentes	<ul style="list-style-type: none"> • Competição; referencial de mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • Lealdade na concorrência. 	-----	-----

Fonte: Desenvolvido pela autora, com base em Machado Filho & Zylbersztajn (2004) e Duarte & Dias (1985).

Borger (2001, p. 8) afirma que “*a responsabilidade social é uma variável importante na estratégia competitiva da empresa*”. A mesma autora complementa esclarecendo que, embora os estudos realizados envolvendo a relação entre o desempenho social das empresas e seu desempenho financeiro possam ter resultados divergentes – devido à variedade de metodologias e parâmetros adotados, falta de rigor, por exemplo – também demonstraram que a

responsabilidade social empresarial não representa uma restrição à maximização dos lucros. Embora a sua obrigação seja a obtenção de lucros, as empresas podem, ao mesmo tempo, contribuir para o cumprimento dos objetivos sociais e ambientais, os quais devem ser considerados como investimentos.

Um estudo desenvolvido no Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor (CEATS/USP), por Fischer & Falconer (1999), intitulado “Voluntariado Empresarial - Estratégias de Empresas no Brasil”, investigou a seguinte questão: *“Por que as empresas voltadas para o mercado, criadas com a finalidade de produzir e comercializar produtos e serviços e, sobretudo, de gerar lucro, investem em projetos sociais e desenvolvem programas de voluntariado?”*. Os resultados demonstraram que mais da maioria dos entrevistados considera que o voluntariado empresarial melhora a imagem institucional da empresa e que um programa de voluntariado custa menos à empresa do que ela realmente gasta. Outra conclusão é a de que o voluntariado é um poderoso recurso para melhorar a relação da empresa com a comunidade, além de diminuir a rotatividade dos funcionários e propiciar o desenvolvimento de conhecimentos, técnicas e habilidades entre os funcionários, aumentando, assim, a motivação e a produtividade. As empresas estão percebendo que criar esse ambiente agrega valor ao que fazem em seu próprio negócio. Enfim, os resultados demonstraram que o voluntariado empresarial realmente traz bons resultados (Fischer & Falconer, 1999).

Aliás, o número de empresas européias que promovem estratégias de responsabilidade social como reação a diversas pressões de natureza ambiental e econômica é cada vez maior. A Comissão das Comunidades Européias elaborou, em 2001 o “Livro Verde” sobre responsabilidade social com o intuito de promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. De acordo com esse material, apesar do conceito de responsabilidade social ser promovido, em geral, pelas grandes empresas, as práticas sociais existem em

todos os tipos de empresas públicas e privadas, incluindo as pequenas e médias empresas bem como as cooperativas. Outro ponto bastante focado neste mesmo livro é o desenvolvimento econômico sustentável, bem como a proteção ambiental. Novamente, são levantados, como motivos que contribuem para a responsabilidade social pelas empresas, as novas preocupações e expectativas dos cidadãos, autoridades públicas e investidores, critérios sociais que possuem uma influência crescente sobre as decisões dos consumidores, as preocupações acerca dos danos provocados no meio ambiente pelas atividades empresariais e a divulgações das atividades empresariais pela mídia, podendo, assim, resultar em desempenho, crescimento e capacidade de gerar lucros superiores.

No Brasil, ressalte-se, ainda, que em 1998, foi fundado o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que serve como ponte entre os empresários e as causas sociais. O objetivo do instituto é disseminar a prática social por meio de publicações, experiências, programas e eventos para seus associados e para os interessados em geral. Assim, a instituição procura contribuir com o desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável, incentivando a formação de uma nova cultura empresarial baseada na ética, princípios e valores. Em 2000, para fortalecer o movimento pela responsabilidade social no Brasil, o Instituto concebeu os Indicadores Ethos como um sistema de avaliação do estágio em que se encontram as práticas de responsabilidade social nas empresas. Esses indicadores estão divididos entre sete áreas principais ou sete dimensões do papel social das empresas, sendo: público interno, consumidores, comunidade, governo, fornecedores, valores e meio ambiente. O modelo de balanço social do Ibase e os Indicadores Ethos permitem análises complementares. Em geral, são utilizados de forma conjunta, em um mesmo balanço social.

Enfim, ao aprofundar na investigação do significado do termo responsabilidade social, percebe-se que o tema ainda não está consolidado, mas

em construção. No Brasil, o tema é novo, representando um campo fértil para pesquisa (Pereira & Pinto, 2004), havendo poucas obras teóricas (Dias & Duarte, 1985) e estudos envolvendo o impacto da responsabilidade social sobre o desempenho das empresas são necessários (Comissão das Comunidades Européias, 2001). Apesar do comentário de Dias & Duarte sobre obras envolvendo responsabilidade social e balanço social ter sido traçado em 1985, verificou-se que em 2005 há maior quantidade de obras sobre o assunto, porém, elas ainda são poucas.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

4.1 Balanço social como ferramenta de análise

O balanço social, conhecido também como relatório de sustentabilidade ou relatório de responsabilidade social, é um demonstrativo elaborado anualmente pelas empresas para prestar contas das atividades e dos impactos econômicos, sociais e ambientais da organização. Reúne um conjunto de informações sobre projetos, benefícios e ações sociais e serve como instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Segundo Tinoco (2001, p. 14):

‘Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários’.

O objetivo do balanço social é demonstrar uma certa realidade econômica e social num determinado período. As informações contidas nesse relatório devem ser diretas, simples e transparentes, permitindo, tanto à comunidade como aos diversos núcleos que interagem com a empresa, avaliá-la, compreendê-la e criticá-la (Tinoco, 2001). A função principal desse demonstrativo é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente.

Segundo Kroetz (2000), o balanço social é uma ferramenta gerencial que reúne dados qualitativos e quantitativos sobre as relações entidade/ambiente, permitindo identificar problemas e oportunidades, auxiliando a administração na tomada de decisão e na adoção de estratégias empresariais. Assim, o balanço social demonstra, juntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez

da estratégia de sobrevivência e crescimento da organização. Também pode evidenciar, por meio de indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população, ampliando, assim, o grau de confiança da sociedade na entidade e contribuindo para a valorização da marca/*goodwill*⁴.

Os principais conjuntos de indicadores contidos nos modelos de balanços sociais contemplam dois enfoques. O primeiro seria o enfoque na contabilidade sócio-empresarial, no qual a empresa é vista como uma célula social interagindo com o meio no qual está inserida e assumindo responsabilidades com a comunidade e o meio ambiente. O outro enfoque seria o econômico, que tem como indicadores a demonstração do valor adicionado (DVA), capaz de fornecer informações sobre a riqueza gerada no país, por segmentos empresariais e sua distribuição (Carneiro, 2002). Os indicadores destacados também auxiliam os administradores na medida em que podem gerar informações para a tomada de decisão, além de melhorar a rentabilidade empresarial por meio da manutenção da satisfação dos trabalhadores, fator capaz de afetar os resultados empresariais (Tinoco, 2001).

No Brasil, os modelos de balanço social mais difundidos são o da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) da Universidade de São Paulo (USP), que contempla os segmentos laborais, ambientais e a riqueza gerada, destacando-se a demonstração do valor adicionado e o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais (Ibase) que contempla itens relativos ao público interno, ao público externo e meio ambiente.

⁴ Segundo Mosimann & Fisch (1999, p. 34), ‘O *Goodwill* é parte do ativo da empresa que gera riqueza, embora ele exista de forma abstrata. Ele representa um valor existente em função de múltiplas variáveis não visíveis, mas que alteram o valor da empresa de forma substancial, aumentando-o ou diminuindo-o’.

4.2 Vertentes do balanço social

O balanço social é estudado em quatro vertentes: o balanço ambiental, o balanço de recursos humanos, a demonstração do valor adicionado e benefícios e a contribuição à sociedade em geral (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI, 2000; Santos, 2003).

O balanço ambiental demonstra a postura da empresa em relação aos recursos naturais, abordando os gastos com preservação, proteção e recuperação ambiental, investimentos em equipamentos e tecnologias e passivos ambientais⁵. Os indicadores ambientais tratam do impacto das ações promovidas pela entidade no meio ambiente e suas respectivas reações no patrimônio da empresa.

Já o balanço de recursos humanos procura evidenciar o perfil da força de trabalho, como idade, sexo, formação escolar, remuneração e benefícios recebidos na empresa, dentre outros.

Os benefícios e contribuições à sociedade em geral evidenciam *“o que a empresa faz em termos de benefícios sociais como contribuições a entidades assistenciais e filantrópicas, preservação de bens culturais, educação de necessitados, etc.”* (Santos, 2003. p. 11).

A demonstração do valor adicionado (DVA) evidencia a contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico-social da região onde a empresa está inserida, discriminando o que a empresa agregou de riqueza à sociedade (FIPECAFI, 2003).

⁵ Maiores informações sobre passivos ambientais, verificar: RIBEIRO, Maisa de Souza. Contabilidade e Meio Ambiente (dissertação de mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

_____. Custeio das Atividades de Natureza Ambiental. Tese (doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

O valor adicionado pode ser conceituado tanto numa visão econômica quanto numa visão contábil. Também denominado valor agregado, representa um conceito econômico importante: a riqueza gerada.

Simonsen (1974), citado por Tinoco (1984, p. 54), fornece a seguinte definição econômica: *“denomina -se de valor adicionado em determinada etapa de produção a diferença do valor bruto da produção e os consumos intermediários nessa etapa.”* É utilizado pela ciência econômica, no cálculo do Produto Nacional (PN) e do Produto Interno Bruto (PIB).

Entretanto, o valor adicionado, no âmbito da ciência contábil, abrange o ambiente da empresa, considerada como unidade, não como participante de um sistema maior - no caso, o sistema econômico. Dessa forma, o valor adicionado pode ser conceituado como a diferença entre o valor bruto das vendas ou produção e os bens intermediários usados em determinado período. A DVA é uma demonstração formulada a partir da demonstração do resultado do exercício (DRE) e tem como objetivo evidenciar a geração de riqueza pela empresa em determinado período e como esta foi distribuída entre os diversos grupos que participam do processo produtivo (empregados, acionistas, fornecedores, governo, financiadores, sociedade em geral) ou a contribuição de cada uma das filiais da empresa. No entanto, a demonstração do valor adicionado ainda é pouco conhecida no Brasil, existindo poucos trabalhos acadêmicos e profissionais sobre o tema (Santos, 2003; Varela & Costa, 1998).

4.3 Origem do balanço social

Desde o início do século XX, registram-se manifestações em prol do compromisso das empresas com o bem-estar da comunidade onde se encontram. Todavia, foi somente a partir de 1960, nos Estados Unidos da América e no início de 1970, na Europa - particularmente na França, Alemanha e Inglaterra - , que a idéia de responsabilidade social e balanço social difundiu-se rapidamente

no meio acadêmico e tornou-se uma ferramenta para o administrador de relações públicas (Duarte & Dias, 1985).

Em 1960, nos EUA - no governo de Nixon - e na Europa, o repúdio da população à guerra do Vietnã deu início a um movimento de boicote à aquisição de produtos e ações de algumas empresas ligadas ao conflito pela produção de bombas de fragmentação e gases paralisantes, dentre outros. Assim, *“a desumanização que resultava de forma crescente em certas estruturas organizacionais provocou insatisfação, que conduziu à contestação, muitas vezes violenta, contra certos grupos multinacionais”*, como destacou Tinoco (1984, p. 21). A sociedade exigia uma nova postura ética e diversas empresas passaram a prestar contas de suas ações e objetivos sociais. A elaboração e a divulgação anual de relatórios com informações de caráter social resultaram no que hoje se chama de balanço social.

A sociedade civil teve um papel de destaque no estabelecimento da responsabilidade social no meio empresarial. Universidades, igrejas e fundações pressionaram os empresários de diversas formas. Os movimentos ganharam as ruas e, nem sempre, foram manifestações pacíficas (Duarte & Dias, 1985; Tinoco, 2001). Alguns *“éticos investidores”* utilizaram como armas os *portfólios* de ações que detinham nas grandes empresas. Nas assembleias gerais de acionistas, faziam pressão sobre os conselhos de administração para reorientar suas políticas e *“(...) Minoritários agitaram -se, procurando ajuda de especialistas: jornalistas, professores universitários, contadores, economistas, pesquisadores de grandes instituições (o Instituto Battelle, em Seattle, em particular), representantes de interesses coletivos”* (Tinoco, 2001, p. 23).

Já na Europa, a idéia de responsabilidade social das empresas popularizou-se em meados de 1970. Em 1971, a companhia alemã Steag produziu uma espécie de relatório social, um balanço de suas atividades sociais. Porém, o que pode ser classificado como um marco na história dos balanços

sociais aconteceu na França, em 1972, quando a empresa Singer elaborou o primeiro balanço social da história das empresas. Nesse período as empresas francesas começaram a publicar quadros com dados relativos à gestão do pessoal e às condições sociais, juntamente com as demonstrações financeiras. Desde 1977, é obrigatória a elaboração do balanço social na França, pelas empresas com mais de 300 funcionários (a Lei n.º 77.769, de 12 de julho de 1977, incluiu as empresas com 750 ou mais empregados). Em 1982, a obrigatoriedade passou a valer para aquelas com 300 ou mais empregados (Sucupira, 2005).

Diversos países da Europa seguiram os passos pioneiros da França e também começaram a difundir a importância da elaboração do documento. Entre eles, os Estados Unidos, a Alemanha, a Holanda, a Suécia, a Espanha e a Inglaterra. Na Bélgica, a publicação do balanço social é obrigatória para todas as empresas desde 1986. Em Portugal, a elaboração e a publicação do balanço social são determinadas por lei desde 1985.

No Brasil, a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil) publicou, em 1965, a ‘Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas’, por meio da qual percebem-se alterações nos conceitos e práticas empresariais. Na década de 1980, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES) chegou a elaborar um modelo. Porém, só a partir do início de 1990, algumas empresas - muito poucas - passaram a divulgar, sistematicamente, em balanços e relatórios sociais, as ações realizadas para a comunidade, meio ambiente e para seu corpo de funcionários.

O balanço social da Nitrofértil, empresa estatal situada na Bahia, foi realizado em 1984, sendo considerado o primeiro documento brasileiro do gênero. No mesmo período, estava sendo realizado o do Sistema Telebrás, publicado em meados da década de 1980. O Banespa realizou o seu em 1992, compondo a lista das empresas precursoras em balanço social no Brasil.

Destaca-se também a criação do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), na década de 1970, como o primeiro tipo de relatório que aborda aspectos sociais e de recursos humanos, obrigatório para todas as empresas brasileiras: *“apesar de mais antigo que o Balanço Social francês, as informações contidas na RAIS são muito inferiores, tanto qualitativa como quantitativamente”*, como salienta Torres (2001), além de não serem disponibilizados para os empregados e associações de classe (Freire [s.d.] citado por Silva & Freire, 2001).

Entretanto, as transformações ocorridas na sociedade criaram a necessidade da divulgação de um novo conjunto de informações (Santos, 2003). Assim, modificações na RAIS em relação à quantidade, qualidade, bem como na estruturação das informações a serem fornecidas, poderiam transformá-lo em algo mais próximo de um balanço social, sendo *“mais fácil de ser implementado do que a promulgação de uma nova lei em face das dificuldades inerentes ao processo legislativo brasileiro”* (Freire & Rebouças, 2001, p. 113).

Em 1980, a questão da ação social do setor empresarial se fortaleceu. Neste momento, os sindicatos se consolidaram e, juntamente com eles, sedimentaram-se as organizações não governamentais (ONGs). Ampliaram-se as discussões acerca da atuação social das empresas e a necessidade de criação de uma ética empresarial. Com isso, algumas empresas passaram a investir nas áreas sociais e viram a necessidade de tornar públicas essas ações (Martins et al., 2002).

No entanto, foi em 1997, com a atuação do sociólogo Hebert de Souza, o ‘Betinho’, que a idéia de responsabilidade social das empresas e a proposta da divulgação do Balanço Social alcançaram maior projeção nacional. Naquele ano, em 16 de junho, Betinho, representando o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, em parceria com a Petrobrás e o Jornal Gazeta Mercantil, lançou uma campanha para a divulgação anual do balanço social, sob a alegação

de que este passaria a ser o *“primeiro passo para uma empresa tornar -se uma verdadeira empresa-cidadã”*. Foi nessa perspectiva que se viu aflorar e desenvolver, no Brasil, a concepção da importância da elaboração e publicação do balanço social.

Os fatores que contribuíram para o amadurecimento do conceito de cidadania empresarial e da publicação de balanço social na cultura das organizações brasileiras são múltiplos e complexos. Dentre esses, destacam-se a pressão por parte das agências internacionais de fomento, as campanhas de várias instituições de preservação da natureza para que as empresas privadas e públicas reduzissem o impacto ambiental e a Constituição de 1988, que representou um grande avanço, tanto em questões sociais quanto ambientais, bem como o apoio cultural de grandes empresas multinacionais e nacionais (Torres, 2001).

Outra questão tangente ao estudo do balanço social diz respeito à terminologia, fonte de muitas discussões. Entretanto, destaca-se que essa discussão, bem como outras metodologias adotadas para divulgar e avaliar a atuação social das empresas, como inventário social, relatório social, balanço de lucros e perdas sociais⁶, por exemplo, não fazem parte dos objetivos deste trabalho.

4.4 Legislação sobre balanço social no Brasil

Há, no Brasil, algumas leis e projetos de lei voltados para a questão da publicação do balanço social. Porém, todas representam apenas uma iniciativa dos gestores públicos em âmbito federal, estadual e municipal, não havendo, ainda, nenhuma legislação específica que obrigue ou regule a elaboração desse demonstrativo social. A falta de regulamentação de um modelo único de balanço

⁶ Maiores informações sobre esses relatórios sociais verificar: DUARTE, Gleuso D. Responsabilidade Social da Empresa: modismo ou Sinal dos Tempos? Belo Horizonte dissertação de mestrado). Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, 1985.

social dificulta a análise comparativa e impede o acesso a informações socioeconômicas nos planos regional e nacional (Carneiro, 2002).

Aborda-se, a seguir, a legislação existente até 2005 nos âmbitos federal, estadual e municipal.

4.4.1 Projeto de Lei - esfera federal

As ex-deputadas Marta Suplicy (PT/SP), Maria da Conceição Tavares (PT/RJ) e Sandra Starling (PT/MG), que terminaram seus mandatos em 31 de janeiro de 1998 - apresentaram o Projeto de Lei (PL) 3.116/97, que criava e tornava obrigatório o balanço social para todas as empresas públicas e para as empresas privadas com cem ou mais empregados. Este PL chegou até a Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados em 19/06/1997 e foi arquivado em 01/02/98. O relator foi o deputado Jair Meneghelli (PT-SP). Este PL foi arquivado, de acordo com o artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que determina que os projetos que não tenham sido aprovados por todas as comissões temáticas (além da Comissão do Trabalho, o projeto do balanço social teria que passar ainda pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio e pela Comissão de Constituição e Justiça) até o fim da legislatura, sejam automaticamente arquivados quando inicia-se a próxima. Depois, esse mesmo projeto foi reapresentado pelo deputado Paulo Rocha (PT/PA), transformando-se no PL 032/99, tendo sido apresentado no dia 03/02/99. O PL 32/99 foi aprovado na Comissão do Trabalho em 17/11/1999 e seguiria tramitando na Comissão de Finanças. Posteriormente, se aprovado, seguiria para a Comissão de Constituição e Justiça (Ibase, [199-]).

Esse projeto de lei estabelecia ainda que o balanço social deveria conter dados, como faturamento bruto, lucro operacional, folha de pagamento, valores pagos a empresas prestadoras de serviços, encargos sociais e tributos pagos, detalhamentos sobre os empregados, os benefícios concedidos a eles e

investimentos realizados na comunidade e no meio ambiente. As ex-deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling argumentaram, em seu projeto de lei, que elaborar o balanço social estimula a reflexão sobre as ações das empresas no campo social, bem como o controle sobre o uso dos incentivos fiscais ou outros mecanismos de compensação de gastos com trabalhadores.

De acordo com Ribeiro (1999), a minuta do balanço social divulgada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para discussão foi elaborada com base nesse projeto de lei. Esse modelo foi apoiado pelo Ibase. A autora ainda relata que o modelo proposto reúne dados sobre a responsabilidade social das empresas, bem como seu relacionamento com as comunidades nas quais interagem. Outra vantagem são os parâmetros para avaliação, representados pelos percentuais sobre a folha de pagamento bruto, sobre o lucro operacional e sobre o faturamento bruto. Complementa a autora que a existência de tal parâmetro é essencial para que o usuário da informação tenha noção do número apresentado.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) apresentou, em audiência pública, a proposta de inclusão do balanço social nas demonstrações financeiras exigidas para as empresas de capital aberto. Na época, não houve consenso sobre o assunto. Então, a CVM elaborou um Projeto de Lei que prevê alterações e inovações nas demonstrações contábeis divulgadas pelas sociedades anônimas e limitadas. Entre estas, destaca-se a obrigatoriedade da divulgação do balanço social por empresas de grande porte, com faturamento anual superior a R\$ 150 milhões e ativos de mais de R\$ 120 milhões, mesmo que não tenham capital aberto (Tinoco, 2001).

4.4.2 Projetos de Lei - esfera estadual

No estado do Amazonas, a Lei nº 2.843, de 31/10/2003, criou o Certificado de Responsabilidade Social para empresas estabelecidas no âmbito do estado do Amazonas que publicam seus balanços sociais e dá outras providências (Amazonas, 2003).

Já no Rio Grande do Sul, o Projeto de Lei sobre Responsabilidade Social, de autoria do Deputado Estadual César Buzatto, cujo texto contou com a contribuição deste Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, foi transformado na Lei nº 11.440. Esta lei institui o balanço social para empresas estabelecidas no estado do Rio Grande do Sul, o qual será assinado por contador ou técnico em contabilidade devidamente habilitado pelo Conselho Regional de Contabilidade/RS para o exercício profissional (Rio Grande do Sul, 2000).

4.4.3 Leis e Projetos - esfera municipal

O município de São Paulo/SP, aprovou a Resolução nº 005/98 que "*Cria o Dia e o Selo da Empresa Cidadã às empresas que apresentarem qualidade em seu balanço social e dá outras providências*". A autora é a vereadora Aldaiza Sposati. Esta Resolução está em vigor e já premiou diversas empresas (São Paulo, 1998).

O município de Santo André, SP, elaborou o projeto de Lei 004/97, que tornou-se a Lei nº 7.672, de 18 de junho de 1998, de autoria do vereador Carlinhos Augusto. Essa lei "*Cria o Selo Empresa-Cidadã concedido às empresas que instituírem e apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências*" (Santo André, 1998).

O município de Porto Alegre/RS, estabeleceu a Lei 8118/98, de autoria do vereador Hélio Corbelini que "*Cria o Balanço Social das Empresas estabelecidas no âmbito do Município de Porto Alegre e dá outras*

providências". Esta lei foi sancionada em 05/01/98 e publicada em 09/01/98 no Diário Oficial.

O município de João Pessoa, PB, criou o Projeto de Resolução nº 004/98 do Vereador Júlio Rafael, que "*Institui o Selo Herbert de Souza às empresas que apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências*" (João Pessoa, 2003).

O município de Uberlândia, MG, instituiu, em novembro de 1999, o "Selo Empresa-Cidadã", por meio do Decreto Legislativo nº 118 de 11/11/99 (Uberlândia, 1999). As organizações selecionadas serão contempladas com um certificado e terão direito de usar o "Selo Empresa Cidadã", pelo prazo de um ano, em seus produtos, peças de comunicação, publicidade e propaganda, podendo um mesmo estabelecimento receber mais de uma premiação.

4.5 Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) foi criado em 1981. É uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos e sem vinculação religiosa ou partidária. Sua missão é a construção da democracia, combatendo desigualdades – especialmente de gênero e raça – e estimular a participação cidadã, exigindo transparência dos representantes eleitos e gestores(as) quanto ao uso de recursos públicos. Também tem por missão cobrar ética, responsabilidade social e cidadã dos setores empresariais. O Ibase procura estabelecer alianças estratégicas na busca pelos seus objetivos, vinculando o global e o local, *passos fundamentais para a construção de uma verdadeira sociedade democrática* (Ibase, [199-]).

O público para o qual suas ações estão direcionadas é composto por movimentos sociais populares, organizações comunitárias, agricultores(as) familiares e trabalhadores(as) sem terra, lideranças, grupos e entidades de cidadania ativa, escolas, estudantes e professores(as) da rede pública de ensino

fundamental e médio, rádios comunitárias e experiências em comunicação alternativa, formadores(as) de opinião nos meios de comunicação de massa, parlamentares e assessores(as) e gestores(as) de políticas públicas.

Em relação à divulgação do balanço social, o Ibase, em 1997, liderou uma campanha com esse objetivo e lançou um modelo de apresentação deste relatório socioambiental para garantir um padrão mínimo de informações simplificadas que assegure a avaliação e a divulgação adequada da ação da empresa. Essa campanha teve o objetivo de mostrar aos empresários e à sociedade a importância da elaboração e divulgação do balanço social anualmente e num único modelo.

De acordo com Torres (2001), o modelo elaborado tinha algumas peculiaridades, como ter sido desenvolvido pela iniciativa de uma ONG, diferenciar as ações e os benefícios obrigatórios dos realizados de forma voluntária, possuir essencialmente dados quantitativos, além de permitir a comparação entre diferentes empresas e uma avaliação de uma mesma corporação, ao longo dos anos, se for preenchido de forma transparente.

O modelo elaborado teve o apoio de técnicos, pesquisadores e diversos representantes de instituições públicas e privadas. O balanço social do Ibase contou com o apoio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio de uma Instrução Normativa, que indicava que as empresas de capital aberto deveriam elaborar o balanço anualmente. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), reguladora das empresas do setor, também apoiou a elaboração do balanço social no modelo do Ibase. Esta é a razão pela qual as empresas que publicam esse demonstrativo desde a sua origem são, em sua maioria, de capital aberto e do setor elétrico (Torres, 2001).

Em 1998, foi lançado o Selo Balanço Social Ibase/Betinho, conferido anualmente a todas as empresas que publicam o balanço social de acordo com o modelo proposto. Por meio deste selo, as empresas podem mostrar - em seus

anúncios, embalagens, balanço social, *sites* e campanhas publicitárias - que investem em educação, saúde, cultura, esportes e meio ambiente. Em 2000, 2001 e 2002 foram lançadas versões atualizadas do modelo de balanço social. Em 2003, o Ibase coordenou a elaboração de um modelo de balanço social específico para o terceiro setor e outro para micro e pequenas empresas.

Um outro projeto apoiado pelo Ibase é o *Red Latinoamericana de Responsabilidad Social Empresarial (Red Puentes)*, que tem como objetivos fortalecer parcerias internacionais que estimulem práticas empresariais socialmente responsáveis, utilizando o balanço social como ferramenta e a ética como princípio; construir, consolidar e disseminar o conceito de responsabilidade social das empresas e sensibilizar as organizações da sociedade sobre a importância do balanço social e seus indicadores como ferramentas de controle público cidadão.

De acordo com o Ibase ([199-]), *“a idéia do Balanço Social é, sem dúvida, uma interpelação às empresas, mas sobretudo um convite para que demonstrem, de forma transparente, como assumem a sua responsabilidade social e cidadã.”*

Como incentivo à publicação do balanço social, o Ibase enumera algumas justificativas, como o fato de ser um moderno instrumento de gestão, por meio do qual a empresa pode gerir, medir e divulgar o exercício da responsabilidade social. Também é um instrumento de avaliação, pois os analistas de mercado, investidores e órgão de financiamento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o International Finance Corporation (IFC), já incluem esse demonstrativo na lista dos documentos necessários para conhecer e avaliar os riscos e as projeções de uma empresa, visto que uma estratégia empresarial voltada para a ética e transparência está sendo cada vez mais valorizada (Ibase, [199-] e Borger, 2001). Enfim, publicar o balanço social demonstra que os

objetivos das empresas estão incorporando as práticas de responsabilidade social e ambiental, em contraposição à antiga visão, indiferente à satisfação e ao bem-estar dos funcionários.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas esclarece que, apesar de incentivar a publicação do balanço social, a responsabilidade social das empresas e o princípio da empresa cidadã devem ser construídos e concretizados antes de serem obrigatórios (Ibase, [199-]).

Dessa forma, o Instituto vem colocando em foco este tema, por acreditar que a parceria entre empresas, governo e sociedade é fundamental para reduzir a pobreza e a injustiça social, promovendo um maior progresso e desenvolvimento social e humano. O instituto reconhece que *“(...) muito ainda precisa ser estudado, pesquisado, e realizado na prática para que esta idéia possa, de fato, gerar frutos concretos para toda sociedade”* (Ibase [199-]).

5 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E SOCIAIS

A informação contábil é necessária em qualquer processo decisório, seja para o controle ou para o planejamento por parte da administração. Pelas informações contidas nos demonstrativos contábeis e da aplicação de índices - como o índice de liquidez, administração de ativos ou de lucratividade - é possível levantar a situação financeira e patrimonial das entidades, avaliando o risco ou retorno do negócio.

A divulgação financeira deve fornecer informações que sejam úteis para investidores e credores atuais e em potencial, bem como para outros usuários que visem a tomada racional de decisões de investimento, crédito e outras semelhantes. As informações devem ser compreensíveis aos que possuem uma noção razoável dos negócios e das atividades econômicas e estejam dispostos a estudar as informações com diligência razoável.

A qualidade da informação, bem como a confiabilidade (fidelidade de representação, verificabilidade e neutralidade), é importante, pois auxilia os usuários a tomarem decisões mais exatas sob determinado assunto. Nesse sentido, destacam-se questões como quais dados devem ser incluídos no modelo de tomada de decisão pelos investidores e quais dados podem auxiliar na tomada de decisão em conjunto com os dados contábeis (Hendriksen & Breda, 1999).

Quanto à relevância da informação, *“em seu nível mais básico, a informação relevante é a informação pertinente à questão sendo analisada”* (Hendriksen & Breda, 1999, p. 97). A informação pode ser pertinente quando afeta metas, afeta a compreensão ou afeta as decisões. Assim, a informação é relevante quando auxilia na tomada de decisão reduzindo a incerteza. Nesse ponto, pode-se inserir questões como “O que deve ser informado? E para quem deve ser informado?” A Tabela 1 aborda a relevância das informações.

TABELA 1 Relevância da informação

	Relevância
Relevância para metas	Alcançada quando a informação permite que as metas dos usuários sejam atingidas. Determinação difícil quando as metas são subjetivas.
Relevância semântica	Alcançada quando o destinatário da informação compreende o significado pretendido da informação divulgada. Um pré-requisito essencial, mas não um objetivo primordial.
Relevância para tomada de decisões	Alcançada quando a informação facilita a tomada de decisões pelos usuários. Este é o objetivo primordial para o Fasb ⁷ .

Fonte: Hendriksen & Breda, 1999.

Quanto ao destaque que é dado à divulgação de informações financeiras ressalta-se o trabalho de Hendriksen & Breda (1999, p. 511) que afirmam: *“que informação deve divulgar a alta administração de uma empresa a pessoas que não pertencem a esse pequeno grupo? Essa é a pergunta que tem dominado este livro desde sua primeira página e continuará a dominá-lo até a última”*. Segundo Santos (2003), duas premissas da ciência contábil são a identificação e a aproximação das relações entre os diversos atores sociais e/ou entidades de uma sociedade.

A propósito, a qualidade das informações contábeis divulgadas pelas empresas tem sido amplamente discutida e a transparência na divulgação das demonstrações financeiras está sendo relacionada ao exercício da responsabilidade social das empresas, propondo-se, assim, a agregação às demonstrações tradicionalmente divulgadas o balanço social (Kassai, 2002).

No Brasil, as informações financeiras são evidenciadas como estabelece a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), especificamente no seu artigo

176, que trata dos demonstrativos de publicação obrigatória e os de publicação voluntária (Brasil, 1976).

Os demonstrativos contábeis obrigatórios para sociedades anônimas (Lei nº 6.404/76) são: balanço patrimonial, demonstrativo de resultado do exercício (DRE), demonstração das mutações do patrimônio líquido e de lucros ou prejuízos acumulados e a demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR).

A finalidade do balanço patrimonial é demonstrar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinado momento.

O demonstrativo de resultado do exercício (DRE) apresenta as receitas, despesas, ganhos e perdas, demonstrando o lucro ou prejuízo líquido do exercício, bem como o lucro por ação, no caso de sociedade anônima. Esse demonstrativo não considera os benefícios obtidos pelos financiadores, trabalhadores e clientes, enfocando o lucro ou prejuízo apurado que interessa apenas ao proprietário, sócio ou acionista e, por isso, é uma demonstração exclusivista (Santos, 2003).

Quanto à demonstração das mutações do patrimônio líquido e de lucros ou prejuízos acumulados, as sociedades por ações aceitam as duas demonstrações. Porém, a demonstração das mutações do patrimônio líquido é considerada mais completa e evidencia a mutação do patrimônio líquido de forma geral. E a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados gera informações acerca do resultado do exercício, indicando a destinação do lucro ou a compensação de reservas no caso de prejuízos.

A demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR) evidencia as origens de recursos que geram a capacidade da empresa honrar com seus compromissos financeiros a curto prazo, bem como onde esses recursos são consumidos.

⁷ Financial Accounting Standards Board

Já os demonstrativos contábeis voluntários - ainda não exigidos por lei - (Lei nº 6.404/76) abrangem a demonstração de fluxo de caixa (DFC), a demonstração do valor adicionado e o balanço social, tratado especificamente neste trabalho. A demonstração de fluxo de caixa (DFC) demonstra as movimentações de disponibilidades em um determinado período e a demonstração do valor adicionado tem por objetivo informar o valor da riqueza criada pela empresa e sua respectiva distribuição.

Em relação à demonstração do valor adicionado, há, no inciso II, do artigo 188 do Anteprojeto da Lei 6.404/76, uma proposta de tornar essa demonstração obrigatória (Carneiro, 2002).

Tinoco (1984) também destaca a contabilidade de excedentes (Surplus) que “avalia a eficácia social alcançada pela empresa na realização de sua atividade” (Tinoco, 1984, p. 67).

A divulgação de informações de caráter financeiro no Brasil refere-se essencialmente, aos eventos operacionais da empresa, sem demonstrar sua inserção na vida social, bem como a forma como se relacionam com seus *stakeholders*. As informações contábeis prescritas pela lei são substanciosas quantitativamente, mas essas informações não são suficientes. A legislação trata essencialmente do capital, pois todas as demonstrações contábeis exigidas possuem informações exclusivamente financeiras. Reconhece-se que essas informações são importantes, mas, são dirigidas, basicamente, para a administração da empresa, fornecedores, clientes e fisco. Para os trabalhadores, parte importante do processo produtivo, pouca informação é ministrada (Tinoco, 2001; 1984).

Segundo esse autor, a crítica a ser feita a esse tipo de postura passa pela geração de relatórios contábeis e sociais que permitam relacionar o desempenho econômico-financeiro ao desempenho operacional e social, bem como

explicitem a riqueza gerada pela atividade empresarial e sua distribuição entre os agentes de produção (Tinoco, 1993).

Nos países onde o capitalismo está mais desenvolvido, o balanço social é visto como um instrumento de gestão, não havendo um balanço para os acionistas e outros para os trabalhadores. Nesses países, o lucro é considerado uma vocação normal da empresa, permitindo que a relação entre dirigentes e assalariados seja consensual e não conflituosa (Tinoco, 2001).

A propósito, a publicação do balanço social é ressaltada por Hendriksen & Breda (1999). Estes autores americanos esclarecem que, principalmente na Europa, os interesses dos funcionários e do governo são colocados no mesmo nível do interesse dos acionistas, demonstrando a importância que é dada aos diversos grupos de interesses nas informações contábeis. Também discorrem sobre a publicação desse demonstrativo na França, onde esse relatório é obrigatório e possui informações sobre empregos, custos associados a salários (pacotes de benefícios), proteção à saúde e à segurança, treinamento de funcionários, outras condições de vida relacionadas à empresa, incluindo alojamento e transporte proporcionados a empregados da empresa, dentre outras informações *“Sem dúvida, isso vai além de qualquer exigência às empresas americanas”* (Hendriksen & Breda, 1999, p. 512).

Considera-se que o balanço social é uma demonstração contábil, sendo o contabilista responsável por esse demonstrativo, visto que a principal fonte dos dados é a escrituração contábil. Alguns dos dados que compõem o balanço social são de caráter patrimonial, administrativo, econômico, social, ecológico, dentre outros. Dessa forma, procura-se refletir sobre os gastos e as influências recebidas e transmitidas pelas entidades à sociedade, abrangendo um campo de informações ainda pouco explorado pela contabilidade (Kroetz, 2000).

Porém, apesar do balanço social ter sua origem na contabilidade, esse relatório não deve ser visto apenas como um demonstrativo contábil, mas como

uma forma das empresas demonstrarem o cumprimento da sua responsabilidade social, representando um diferencial para aquelas que o adotam (Sucupira, 2001).

QUADRO 4 Usuários do balanço social e da contabilidade

Usuários	Metas relevantes
Clientes	Produtos com qualidade, recebimento de produtos em dia, produtos mais baratos, cortesia no atendimento.
Fornecedores	Parceria, segurança no recebimento, continuidade.
Colaboradores	Geração de caixa, salários adequados, incentivos à promoção, produtividade, valor adicionado, segurança no emprego, efetivo.
Investidores potenciais	Custo de oportunidade, rentabilidade, liquidez da ação.
Acionistas controladores	Retorno sobre o patrimônio líquido, retorno sobre o ativo, continuidade, crescimento no mercado, valor adicionado.
Acionistas minoritários	Fluxo regular de dividendos, valorização da ação, liquidez.
Gestores	Retorno sobre o patrimônio líquido, continuidade, valor patrimonial da ação, qualidade, produtividade, valor adicionado.
Governo	Lucro tributável, valor adicionado, produtividade.
Vizinhos	Contribuição social, preservação do meio ambiente, segurança, qualidade, cidadania.

Fonte: Adaptado de Tinoco, 2001.

Em certos países, como Estados Unidos, Bélgica, França, Portugal e Canadá, por exemplo, a motivação para elaborar o balanço social está relacionada à necessidade de um planejamento estratégico de amplo alcance. Assim, para o desenvolvimento de planos, é necessário ter conhecimento das variáveis contábeis e das variáveis sócio-culturais (Cappellin & Giuliani, 1999). Em relação às informações demandadas pelos usuários do balanço social em diversos países, percebe-se que cada Estado-Nação enfatiza uma das suas

vertentes (balanço ambiental, balanço de recursos humanos, valor adicionado, outros), como demonstrado no Quadro 5.

QUADRO 5 Balanço social – panorama internacional

País	Balanço social – enfoque
Estado Unidos	Ênfase para os consumidores/clientes e a sociedade em geral; qualidade dos produtos, controle da poluição, contribuição da empresa às obras culturais, transportes coletivos e outros benefícios à coletividade; abordagem de caráter ambiental. Porém, contém pouca informação para seus trabalhadores – valor adicionado.
Holanda	Enfoque em informações sobre as condições de trabalho.
Suécia	Ênfase nas informações para os empregados.
Alemanha	Enfoque nas condições de trabalho e nos aspectos ambientais. Não há legislação específica.
Inglaterra	Ênfase no conceito de <i>stakeholders</i> , relatórios abrangentes.
França	Enfoque em informações aos empregados, nível de emprego, remuneração, condições de trabalho e formação profissional. Não possui informações de ordem econômica ou de gestão financeira.
Espanha	Informações dirigidas aos acionistas, estado, trabalhadores, comunidade, sindicatos, dentre outros. Não há obrigatoriedade legal de elaborar e publicar o balanço social.
Portugal	Ênfase nas informações sobre emprego, custos com pessoal, higiene e segurança. A elaboração e a publicação do balanço social são lei desde 1985. Atualmente, o balanço social é feito pelas empresas com, pelo menos, 100 pessoas.
Bélgica	Ênfase nas informações sobre os empregados. A publicação do balanço social é obrigatória para todas as empresas, desde 1986.

Fonte: Adaptado de De Luca, Márcia Martins Mendes (1998) citado por Instituto Ethos – Guia de Relatório e Balanço Anual de Responsabilidade Social Empresarial, 2001.

As instituições financeiras têm recorrido a listas de verificação de caráter social e ambiental para avaliarem os riscos da concessão de empréstimos a empresas ou de investimentos nelas. O reconhecimento de uma empresa socialmente responsável – por meio, por exemplo, da sua inscrição num índice bolsista de valores éticos – reforça sua cotação, acarretando, assim, vantagens financeiras concretas (Comissão das Comunidades Européias, 2001).

Os índices sociais de mercado de valores constituem indicadores úteis para demonstrar o impacto positivo da seleção social em matéria de resultados

financeiros. Desde seu lançamento, em maio de 1990, o *Domini 4000 Social Index* superou o *S&P 500* por uma margem superior a 1% em termos de rendimento total anual e considerando um ajustamento de riscos, enquanto o *Dow Jones Sustainable Index* cresceu cerca de 180% desde 1993, contra os 125% do *Dow Jones Global Index* no mesmo período. Espera-se que os lucros financeiros das empresas socialmente responsáveis se situem acima da média, constituindo num indicador da qualidade da gestão. Porém, é difícil avaliar com rigor os fatores que determinam a rentabilidade financeira de uma empresa socialmente responsável (Comissão das Comunidades Européias, 2001).

Nesse contexto, destaca-se a importância da elaboração de normas contábeis, relatórios e auditorias sociais. Como exemplo, citam-se algumas iniciativas internacionais, como a *Social Accountability 8000*, lançada em 1997 pelo *Council on Economic Priorities Accreditation Agency* (CEPAA), redominado *Social Accountability International* (SAI) que centra-se nas práticas laborais como a exploração do trabalho infantil e a liberdade de associação, dentre outras disposições. A Iniciativa *Global Reporting*, trata da globalização de requisitos sociais, disponibilização ao público de informações e o desenvolvimento de relatórios sociais. No entanto, há dificuldades na elaboração de relatórios desse tipo, devido às diversidades culturais. Visando à publicação de relatórios consistente, é necessário que seja feita uma verificação das informações publicadas por entidades independentes (Comissão das Comunidades Européias, 2001; Duarte & Dias, 1985).

Também algumas empresas têm desenvolvido rótulos sociais para os seus produtos, procurando demonstrar que adotam práticas sociais. Entretanto, a falta de critérios e clareza pode dificultar avaliações. De acordo com o Comissão das Comunidades Européias (2001, p. 1), *(...) as principais empresas de auditoria já começaram a oferecer serviços desta natureza, que deverão ser prestados em conformidade com as normas estabelecidas. O envolvimento de*

sindicatos e de ONG contribuiria também para aumentar a qualidade da verificação”.

Outras empresas analisam os resultados das entidades beneficiadas pela comparação de relatórios técnico-financeiros, no início e término do projeto, ou somente pelo resultado financeiro da entidade. Muitas vezes, os auditores são os próprios funcionários das instituições. Porém, a maior evidência é de que ainda não há uma avaliação fidedigna dos resultados da ação social dos voluntários para as organizações (Comissão das Comunidades Européias, 2001).

6 METODOLOGIA

6.1 Tipo de pesquisa

Quanto à concepção metodológica, o presente estudo utilizou o método quantitativo. A escolha desse método deu-se em função do universo de empresas a ser pesquisado. Os processos estatísticos permitem obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si. Assim, o método estatístico significa redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos, dentre outros, a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações de fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado. O papel do método estatístico é, antes de tudo, fornecer uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado (Marconi & Lakatos, 2005).

A pesquisa realizada pode ser classificada, quanto aos seus fins, como descritiva-conclusiva. Esse tipo de pesquisa permite descrever as características quantitativas e qualitativas das informações evidenciadas nos balanços sociais das empresas em estudo, bem como, pelo fato do processo ser formal e estruturado e a amostra ser representativa, empregar a análise quantitativa dos dados, procurando verificar o grau de associação das variáveis e gerar informações para a tomada de decisão (Malhotra, 2001).

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias externas, teve como principais fontes as publicações em livros, teses, monografias, publicações avulsas e internet, utilizadas, no momento inicial, para identificar a relevância da pesquisa e os trabalhos publicados sobre o tema (Malhotra, 2001). O conjunto de publicações foi utilizado, conforme Marconi & Lakatos (2005), em oito fases: 1) escolha do tema, 2) elaboração de um plano de trabalho, 3) identificação das principais publicações sobre o assunto, 4) localização das fontes e aquisição do

material, 5) compilação dos dados por capítulos a serem elaborados, 6) fichamento dos pontos a serem utilizados em cada material coletado, 7) análise e interpretação dos resultados e 8) redação do trabalho.

A pesquisa documental utilizada foi de fonte principal contemporânea e teve como principais tipos de documentos: escritos oficiais, parlamentares e estatísticos e publicações administrativas.

6.2 Objeto de estudo e amostragem

O objeto de estudo desta pesquisa foram os investimentos em ações sociais realizados pelas empresas de capital aberto no Brasil e divulgados nos balanços sociais, publicados de acordo com o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), no período de 2000 a 2003.

O modelo de balanço social do Ibase fornece a posição bienal de dados qualitativos e quantitativos, reunindo indicadores de faturamento, laborial, social, ambiental e indicadores do corpo funcional da empresa. Para os indicadores sociais internos, é proposta uma comparação percentual em relação à receita líquida e à folha de pagamento bruta da empresa. Já os indicadores sociais externos e ambientais se propõem à mesma comparação percentual, contudo, em relação à receita líquida e ao resultado operacional. O modelo também oferece oportunidades para a realização de diversos estudos. Isso porque os indicadores *“rastream grande número de informações sociais, que são de imensa valia para análises do desempenho social da entidade, bem como servirão de parâmetro para previsões orçamentárias da própria organização e das instituições governamentais”* (Kroetz, 2000, p. 74). O balanço social adotado pelo Ibase encontra-se no ANEXO A.

A maioria das empresas pesquisadas é de capital privado nacional, tendo sido privatizadas na década de 1990, seguidas pelas estatais, nacionais holding, estrangeiras e as estatais holding, sucessivamente. A empresa mais antiga

pesquisada está no mercado desde 1808 e a mais nova, desde 2001. A natureza do controle acionário das empresas pesquisadas é apresentada no Quadro 6.

QUADRO 6 Número de empresas estudadas, por natureza do controle acionário

Natureza do controle acionário	Quantidade
Privada nacional	50
Estatual	12
Nacional holding	6
Estrangeira	3
Estatual holding	1

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Quanto à adesão das empresas de capital aberto à publicação do balanço social, observou-se que os três setores que mais se destacaram foram as empresas prestadoras de serviços de energia elétrica, a indústria no ramo da metalurgia e o setor de finanças/holding, respectivamente. Desse modo, verifica-se a influência tanto da Comissão de Valores Mobiliários como da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ao apoiarem a publicação desse demonstrativo social no modelo do Ibase, como afirmou Torres (2001).

Os dados do Quadro 7 demonstram a adesão das empresas que publicaram o balanço social seguindo o modelo proposto pelo Ibase, segundo o ramo de atuação.

QUADRO 7 Ramo de atuação das empresas pesquisadas

Ramo de atuação	Quant.	Ramo de atuação	Quant.
Serviços/energia elétrica	26	Ind./ minerais não-metálicos	1
Indústria/metalurgia	7	Construção pesada	1
Finanças/ holdings	6	Indústria/mineração	1
Serviços/telecomunicações	4	Indústria/ madeiras e móveis	1
Indústria /celulose e papel	4	Indústria/ mecânica	1
Finanças/ banco estatal	4	Indústria/ veículos	1
Finanças/ banco privado	3	Serviços/ construção	1
Indústria/ têxtil	2	Serviços/ tecnologia da informação	1
Indústria/ petroquímica	2	Indústria/autopeças	1
Finanças/ banco desenvolvimento	1	Bebidas e fumo	1
Finanças	1	Indústria/ couro e calçados	1
Serviços/ Água e saneamento	1		

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os dados relativos às empresas pesquisadas encontram-se no Anexo C.

6.3 Coleta dos dados

As fontes utilizadas para a coleta de dados foram o banco de dados do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2005).

Até o primeiro bimestre de 2005, o banco de dados do Ibase era composto por 351 empresas que publicaram balanços sociais de acordo com o modelo sugerido por essa instituição.

Dessas, apenas os balanços sociais de 251 empresas estavam disponíveis no *site*, dos quais apenas 86 foram identificadas como sociedade anônima de capital aberto. Entretanto, não foi identificada claramente a qual empresa pertenciam 13 desses balanços e uma empresa publicou-o apenas nos anos de 1997 e 1998. Assim, foram estudados os balanços sociais de 72 empresas, entre os anos de 2000 a 2003, totalizando 206 demonstrativos sociais, como demonstram os dados da Tabela 2.

Optou-se por escolher as sociedades anônimas de capital aberto pela facilidade de acesso aos seus demonstrativos contábeis, disponibilizados para consulta no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2005).

TABELA 2 Quantidade de balanços sociais pesquisados por ano

Ano	Quantidade de balanços sociais analisados
2003	47
2002	58
2001	56
2000	45
Total	206

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

6.4 Operacionalização das variáveis

Uma variável pode ser considerada como uma classificação ou medida, uma quantidade que varia, um conceito operacional que contém ou apresenta valores, aspecto, propriedade ou fator, discernível em um objeto de estudo e passível de mensuração. Os valores que são adicionados ao conceito operacional para transformá-lo em variável podem ser quantidades, qualidades, características, magnitudes, traços, dentre outros, que se alteram em cada caso particular e são totalmente abrangentes e mutuamente exclusivos. Por sua vez, o conceito operacional pode ser um objeto, um processo, um agente, um fenômeno ou um problema (Marconi & Lakatos, 2005).

As variáveis utilizadas para a realização deste trabalho são todas aquelas que compõem o balanço social do Ibase, descritas no quadro abaixo:

QUADRO 8 Variáveis selecionadas

Indicadores	Variáveis analisadas
Financeiros	Receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta
Internos	Alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, participação nos lucros ou resultados, outros.
Externos	Educação, cultura, saúde e saneamento, habitação, esporte, lazer e diversão, creches, alimentação, combate à fome e segurança alimentar, tributos, outros.
Ambientais	Investimentos relacionados com a produção/operação na empresa, investimentos em programas e/ou projetos externos.

Fonte: Elaborado pela autora (2005).

A escolha dessas variáveis decorre da possibilidade de se calcular o retorno dos investimentos em ações sociais. A codificação das variáveis para a realização do trabalho está demonstrada na Tabela 3.

TABELA 3 Codificação das variáveis

INDICADORES FINANCEIROS	
Composto pelas seguintes variáveis:	
Receita líquida	RL
Resultado operacional	RO
Folha de pagamento bruta	FPB
INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	
Composto pelas seguintes variáveis:	
Alimentação.....	x1
Encargos sociais compulsórios.....	x2
Previdência privada.....	x3
Saúde.....	x4
Segurança e medicina no trabalho.....	x5
Educação.....	x6
Cultura.....	x7
Capacitação e desenvolvimento profissional.....	x8
Creches ou auxílio-creche.....	x9
Participação nos lucros ou resultados.....	x10
Outros.....	x11
INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	
Composto pelas seguintes variáveis:	
Educação.....	x12
Cultura.....	x13
Saúde e saneamento.....	x14
Esporte.....	x15
Outros(2003).....	x16
Outros(2002).....	x17
Outros(2001).....	x18
Outros(2000).....	x19
Tributos (excluídos encargos sociais)(2003).....	x20
Tributos (excluídos encargos sociais)(2002).....	x21
Tributos (excluídos encargos sociais)(2001).....	x22
Tributos (excluídos encargos sociais)(2000).....	x23
INDICADORES AMBIENTAIS	
Composto pelas seguintes variáveis:	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa (2003).....	x24
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa(2002).....	x25
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa(2001).....	x26
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa(2000).....	x27
Investimentos em programas e/ou projetos externos(2003).....	x28
Investimentos em programas e/ou projetos externos(2002).....	x29
Investimentos em programas e/ou projetos externos(2001).....	x30
Investimentos em programas e/ou projetos externos(2000).....	x31

Fonte: Elaborado pela autora (2005).

Os balanços sociais e os demonstrativos contábeis foram armazenados em um banco de dados, de acordo com a empresa e ano de publicação, sendo tabulados e processados por meio do *software* SAS versão 6.0.

Após a formação do banco de dados envolvendo os balanços sociais e os demonstrativos contábeis, partiu-se para as análises estatísticas.

6.5 Análises estatísticas

Para cada indicador avaliado, a análise estatística consistiu nas seguintes etapas:

a) Determinação dos grupos classificatórios

A formação dos grupos que caracterizam os investimento em responsabilidade social empresarial em alto médio e baixo ocorreu por meio da técnica multivariada conhecida por análise de cluster por K-médias (Johnson & Wichern, 1998). Essa técnica consiste em considerar simultaneamente todas as variáveis, de modo que os grupos são formados pela similaridade das observações multivariadas, sendo cada observação representada pelos valores investidos por cada empresa nas variáveis sociais distribuídas entre os indicadores sociais internos, indicadores sociais externos e indicadores ambientais.

A denominação de cada grupo é feita mediante a média de cada grupo em relação ao centróide, sendo este definido como uma média ponderada de todas as variáveis.

b) Verificação de quais variáveis foram relevantes para essa discriminação.

Definidos os grupos no item (i) para cada variável, foi feita uma análise de variância. Por meio do teste F, concluiu-se quais variáveis foram relevantes na formação dos grupos.

c) Estudo da correlação das variáveis importantes na formação dos grupos com os indicadores financeiros.

Após a identificação das variáveis mais importantes para a formação dos grupos de alto investimento, médio investimento e baixo investimento em responsabilidade social empresarial, utilizou-se o coeficiente de correlação de Pearson (Mood et al., 1974) para investigar quais dessas variáveis apresentam maior contribuição para a rentabilidade empresarial.

Foram empregadas as técnicas de análise de clusters e análise de correlação.

De acordo com Aaker & Kumar (2001) e Malhotra (2001), em todas as áreas do conhecimento científico existe a necessidade agrupar ou conglomerar objetos semelhantes. A análise de clusters ou conglomerados é uma técnica para o agrupamento de indivíduos ou objetos em grupos desconhecidos, permitindo segmentar elementos em grupos homogêneos internamente, heterogêneos entre si e mutuamente exclusivos, segundo algum critério e a partir de um rol de informações.

A premissa mais importante da análise de conglomerados é a de que a medida de similaridade na qual o processo de agrupamento baseia-se é uma medida válida da similaridade entre os objetos. A segunda premissa mais importante é a de que existe uma justificativa teórica para estruturar os objetos em conglomerados. Como em outras técnicas multivariadas, deve haver teoria e lógica guiando e dando base à análise de conglomerados.

Logo, a idéia central da análise de cluster é dividir a população em subpopulações que possuem características homogêneas dentro dos clusters e heterogêneas entre clusters, ou seja, dentro do grupo (cluster), a variância é mínima e, entre grupos (clusters), a variância é máxima.

Já a análise de correlação evidencia a intensidade da associação do comportamento de duas variáveis métricas a partir do índice de correlação de

Pearson. O índice de correlação serve para determinar se existe uma relação linear entre x e y e indica o grau em que a variação de uma variável x está relacionada com a variação de outra variável y . Ele também é conhecido como correlação simples, correlação bivariada ou simplesmente coeficiente de correlação (Malhotra, 2001).

A correlação, segundo Mattar (1996), é uma técnica de análise estatística que tem grande utilidade na identificação e na quantificação do relacionamento entre uma variável critério e uma ou mais variáveis prognóstico. Procura-se expressar esse relacionamento, com base em dados observados, sob a matemática de uma equação que interligue as variáveis e permita que, conhecendo-se o(s) valor(es) de uma(s), possa ser previsto o valor da outra. Os conceitos de correlação e regressão, apesar de diferentes, estão intimamente ligados. Enquanto a correlação diz respeito ao grau de associação ou correspondência existente entre uma variável-critério e uma ou mais variáveis-prognóstico, a regressão refere-se à natureza da associação estatística (Malhotra, 2001).

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

7.1 Análise de cluster para as variáveis referentes aos indicadores sociais internos

A análise de cluster utilizada nas variáveis referentes aos indicadores sociais internos foi realizada com a finalidade de determinar grupos denominados por alto, baixo e médio investimento em responsabilidade social empresarial. Importante ressaltar que a formação desses grupos é dada por meio das observações homogêneas dentro de cada grupo. Por ser uma técnica multivariada, consideram-se, simultaneamente, todas as variáveis independentes. A nomeação dos grupos é realizada analisando-se a distância média do centróide, isto é, uma média ponderada de todas as variáveis, conforme apresentado por Bussab et al. (1990). Os resultados são apresentados a seguir.

TABELA 4 Variáveis utilizadas

Indicadores sociais internos	
Composto pelas seguintes variáveis:	
Alimentação.....	x1
Encargos sociais compulsórios.....	x2
Previdência privada.....	x3
Saúde.....	x4
Segurança e medicina no trabalho.....	x5
Educação.....	x6
Cultura.....	x7
Capacitação e desenvolvimento profissional.....	x8
Creches ou auxílio-creche.....	x9
Participação nos lucros ou resultados.....	x10
Outros.....	x11
Indicadores financeiros	
♣ Receita líquida	RL
♣ Folha de pagamento bruta	FPB

Fonte: Elaborado pela autora (2005).

7.1.1 Análises referentes ao ano de 2003

Conforme os resultados demonstrados na Tabela 5, nota-se que a maior distancia média do centróide é representada pelo Cluster 1. Portanto, o mesmo é denominado de alto investimento. Analogamente, tem-se a classificação dos outros grupos de acordo com o valor da distância média do centróide.

TABELA 5 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2003

Clusters	N. obs.	Distancia média do centróide
Cluster 1 (alto investimento)	3	365214,811
Cluster 2 (baixo investimento)	35	25105,716
Cluster 3 (médio investimento)	9	167480,894

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Desse modo, verifica-se que, no ano de 2003, a maioria das empresas pesquisadas apresentou baixo investimento interno em responsabilidade social empresarial. A classificação das empresas quanto aos investimentos em responsabilidade social empresarial internos encontra-se no Anexo D.

TABELA 6 Médias das variáveis para cada cluster, em 2003 (mil reais)

Variáveis	Cluster1	Cluster2	Cluster3	Média
X1	360814,33	6381,05	27393,77	33028,17
X2	967965,66	28967,05	157209,66	113460,23
X3	235390,00	6647,28	110460,55	41127,02
X4	156895,66	5141,11	25034,00	18636,85
X5	5661,33	1464,88	6342,66	2666,78
X6	1156,33	637,02	1305,66	798,21
X7	6,00	103,08	265,88	128,06
X8	46735,33	1744,42	11978,11	6575,82
X9	24754,66	392,34	345,88	1938,48
x10	246426,66	7459,22	65770,55	33878,46
x11	26422,00	2966,05	17965,33	7335,44

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os resultados mostrados na Tabela 6 referem-se apenas às médias de cada variável dentro de cada grupo classificado. Entretanto, esses valores não

revelam quais variáveis foram relevantes para a classificação dos grupos. Em virtude dessa deficiência, foi realizado o teste F para cada variável, comparando-se as médias entre os grupos formados (Tabela 7).

TABELA 7 Análise de variância para os grupos formados em 2003

Variável	GL. (Grupos)	Fobs	p-valor
X1	2	181,17	0,000
X2	2	149,04	0,000
X3	2	8,13	0,001
X4	2	225,33	0,000
X5	2	6,47	0,003
X6	2	1,95	0,154
X7	2	1,12	0,334
X8	2	65,41	0,000
X9	2	182,77	0,000
x10	2	125,08	0,000
x11	2	22,36	0,000

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Pela Tabela 7 pode-se observar que apenas a variável x6 (Educação) dos indicadores sociais internos não contribuiu para a formação dos grupos; as demais, por serem significativas, foram relevantes. Identificadas as variáveis importantes para a formação dos grupos, procedeu-se a análise de correlação entre essas variáveis com os indicadores financeiros receita líquida e a folha de pagamento bruta.

TABELA 8 Correlações de Pearson entre as variáveis dos indicadores sociais internos com a receita líquida e a folha de pagamento bruta no ano de 2003.

	X1	X2	X3	X4	X5	X8	X9	X10	X11
RL	0,8014	0,8763	0,4850	0,7513	0,2259	0,5976	0,6765	0,7585	0,2555
p-valor	0001*	0001*	0006*	0001*	0,1268	0001*	0001*	0001*	0,0830
FPB	0,9867	0,9779	0,5603	0,9708	0,2335	0,8196	0,9513	0,8655	0,4547
p-valor	0001*	0001*	0001*	0001*	0,1142	0001*	0001*	0001*	0,0013*

*significativo a 1%

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os resultados da Tabela 8 evidenciam que as variáveis alimentação (x1), encargos sociais compulsórios (x2), saúde (x4) e participação nos lucros e resultados (x10) apresentaram correlação com as variáveis receita líquida e folha de pagamento bruta. Já as variáveis capacitação e desenvolvimento profissional (x8), creches ou auxílio-creche (x9) apresentaram correlação apenas com a variável dependente folha de pagamento bruta.

7.1.2 Análises referentes ao ano de 2002

Conforme os resultados demonstrados na Tabela 9, percebe-se que a maior distância média do centróide é representada pelo Cluster 1; portanto, o mesmo é denominado de alto investimento. Analogamente, tem-se a classificação dos outros grupos de acordo com o valor da distância média do centróide.

TABELA 9 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média em 2002

Clusters	N. obs.	Distancia média do centróide
Cluster 1 (alto investimento)	3	219259,314
Cluster 2 (baixo investimento)	45	27118,910
Cluster 3 (médio investimento)	10	141932,515

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Nesse ano, a maioria das empresas pesquisadas apresentou um baixo investimento em responsabilidade social relacionado às variáveis sociais internas. A classificação das empresas analisadas quanto aos investimentos em responsabilidade social empresarial internos para o ano de 2002 encontra-se no Anexo E.

TABELA 10 Médias das variáveis para cada cluster, em 2002 (mil reais)

Variável	Cluster1	Cluster2	Cluster3	Média
X1	276221,66	6414,93	18252,50	22411,41
X2	824344,33	30680,51	118424,60	86860,37
X3	117713,00	7131,71	94387,10	27895,46
X4	140216,66	6068,60	20205,80	15444,74
X5	4321,33	1349,40	5762,20	2263,94
X6	6791,00	715,33	2055,50	1260,65
X8	34209,66	1992,15	8333,00	4751,82
X9	22846,00	234,42	391,80	1431,12
x10	154693,00	8825,13	51556,10	23737,43
x11	28142,66	3066,11	9906,90	5542,62

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os resultados da Tabela 10 referem-se apenas às médias de cada variável dentro de cada grupo. Para uma análise confirmatória de quais delas apresentaram contribuição significativa, a análise de variância para os grupos formados consta na Tabela 11.

TABELA 11 Análise de variância para os grupos formados, em 2002

Variável	GL. (Grupos)	Fobs	p-valor
x1	2	358,00	0,000
x2	2	263,65	0,000
x3	2	6,35	0,003
x4	2	173,75	0,000
x5	2	3,32	0,043
x6	2	8,48	0,001
x8	2	32,53	0,000
x9	2	235,85	0,000
x10	2	76,37	0,000
x11	2	21,13	0,000

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Observa-se que praticamente todas as variáveis foram relevantes na formação dos grupos. Convém salientar que a mais crítica foi a variável x5 (segurança e medicina no trabalho), devido à sua probabilidade ser próxima a 5% de significância.

TABELA 12 Correlações de Pearson entre as variáveis dos indicadores sociais internos com a receita líquida e a folha de pagamento bruta no ano de 2002.

	X1	X2	X3	X4	X5	X6	X8	X9	X10	X11
RL	0,3970	0,4182	0,1604	0,4085	-0,7723	0,3854	0,3748	0,3738	0,4532	0,4155
p-valor	0,0020	0,0011	0,2289	0,0015	0,5645	0,0028	0,0037	0,0038	0,0004	0,0012
FPB	0,6336	0,7538	0,2727	0,6783	0,2246	0,0124	0,4614	-0,6129	0,5372	0,1000
p-valor	0001	0001	0,0384**	0001	0,0888	0,9262	0,0003	0001	0001	0,4548

*significativo a 1%

** significativo a 5%

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os dados da Tabela 12 evidenciam que a variável encargos sociais compulsórios (x2) apresentou correlação com a variável folha de pagamento bruta. Observa-se que a mesma encontra-se em negrito.

Entretanto, nenhuma das variáveis componentes dos indicadores sociais internos apresentou correlação com a variável receita líquida, em 2002.

7.1.3 Análises referentes ao ano de 2001

Os resultados expressos na Tabela 13 demonstraram que a maior distância média do centróide é representada pelo Cluster 3; portanto, o mesmo é denominado como de alto investimento. Analogamente, tem-se a classificação dos outros grupos de acordo com o valor da distância média do centróide.

TABELA 13 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2001

Clusters	N. obs.	Distancia média do centróide
Cluster 1 (médio investimento)	7	106698,62
Cluster 2 (baixo investimento)	45	28668,54
Cluster 3 (alto investimento)	03	266475,82

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Assim, verifica-se que, no ano de 2001, a maioria das empresas pesquisadas apresentou baixo investimento interno em responsabilidade social empresarial. A classificação das empresas quanto aos investimentos em

responsabilidade social empresarial internos para o ano de 2001 encontra-se no Anexo F.

TABELA 14 Médias das variáveis para cada cluster, em 2001 (mil reais)

Variável	Cluster1	Cluster2	Cluster3	Média
x1	25026,85	6352,64	252545,00	22158,03
x2	156937,42	32458,88	789542,33	89597,07
x3	46772,42	8651,68	158293,33	21665,69
x4	24531,42	6306,04	172950,33	17715,32
x5	969,85	1867,44	4166,00	1878,58
x6	7107,28	904,48	4772,66	1904,92
x8	2200,57	1541,84	35858,00	3497,47
x9	303,71	200,20	21960,00	1400,27
x10	54064,57	7640,77	146265,33	21110,60
x11	88168,71	3432,13	21996,33	15229,38

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os resultados da Tabela 14 referem-se apenas às médias de cada variável dentro de cada grupo. Para uma análise confirmatória de quais delas apresentaram contribuição significativa, na Tabela 15 encontra-se a análise de variância para os grupos formados.

TABELA 15 Análise de variância para os grupos formados em 2001

Variável	GL. (Grupos)	Fobs	p-valor
x1	2	378,50	0,000
x2	2	193,80	0,000
x3	2	24,86	0,000
x4	2	86,53	0,000
x5	2	0,42	0,659
x6	2	7,04	0,002
x8	2	183,79	0,000
x9	2	225,49	0,000
x10	2	73,28	0,000
x11	2	26,11	0,000

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Conforme pode-se observar pelos dados da Tabela 15, apenas a variável segurança e medicina no trabalho (x5) não contribuiu para a formação dos grupos; as demais, por serem significativas, foram relevantes.

TABELA 16 Correlações de Pearson entre as variáveis dos indicadores sociais internos com a receita líquida e a folha de pagamento bruta, no ano de 2001

	X1	X2	X3	X4	X6	X8	X9	X10	X11
RL	0,4684	0,4323	0,3268	0,3715	0,5749	0,4514	0,4166	0,6281	0,1906
p-valor	0,0003*	0,0010*	0,0149**	0,0052*	0001*	0,0005*	0,0016*	0001*	0,1632
FPB	0,6390	0,8174	0,8015	0,8400	0,2059	0,4740	0,5974	0,4314	0,1354
p-valor	0001*	0001*	0001*	0001*	0,1314	0,0003*	0001*	0,0010*	0,3242

*significativo a 1%

**significativo a 5%

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os resultados da Tabela 16 evidenciam que as variáveis encargos sociais compulsórios (x2), previdência privada (x3) e saúde (x4) apresentaram correlação com a variável folha de pagamento bruta.

Porém, como observado no ano de 2002, nenhuma das variáveis sociais internas apresentou correlação com a variável receita líquida, em 2001.

7.1.4 Análises referentes ao ano de 2000

Conforme os resultados expressos na Tabela 17, percebe-se que a maior distância média do centróide é representada pelo Cluster 1; portanto, o mesmo é denominado como alto investimento. Analogamente, tem-se a classificação dos outros grupos de acordo com o valor distância média do centróide.

TABELA 17 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2000

Clusters	N. obs.	Distancia média do centróide
Cluster 1 (alto investimento)	3	354098,59
Cluster 2 (baixo investimento)	30	16403,89
Cluster 3 (médio investimento)	12	76519,30

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Novamente, observa-se que, em 2000, a maioria das empresas pesquisadas apresentou baixo investimento em responsabilidade social empresarial interno. A classificação das empresas, quanto aos investimentos em responsabilidade social empresarial internos para o ano de 2000, encontra-se no Anexo G.

TABELA 18 Médias das variáveis para cada cluster, em 2000 (mil reais)

Variável	Cluster1	Cluster2	Cluster3	Média
x1	187923,33	4669,70	14763,58	19578,31
x2	707993,00	21072,83	94479,58	86442,64
x3	240759,00	5190,03	32705,41	28232,06
x4	132698,66	3650,83	13427,50	14861,13
x5	5116,00	693,13	3152,66	1643,86
x6	5571,00	694,06	2715,16	1558,15
x8	26715,00	693,06	3021,50	3048,77
x9	16819,66	193,43	366,66	1348,04
x10	102381,33	2754,00	25953,16	15582,26
x11	25004,00	3182,16	38806,25	14136,71

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os resultados da Tabela 18 referem-se apenas às médias de cada variável dentro de cada grupo. Para uma análise confirmatória de quais delas apresentaram contribuição significativa, os dados da Tabela 19 mostram a análise de variância para os grupos formados.

TABELA 19 Análise de variância para os grupos formados em 2000

Variável	GL. (Grupos)	Fobs	p-valor
x1	2	533,63	0,000
x2	2	112,95	0,000
x3	2	16,15	0,000
x4	2	35,95	0,000
x5	2	4,52	0,017
x6	2	14,62	0,000
x8	2	173,88	0,000
x9	2	172,33	0,000
x10	2	82,39	0,000
x11	2	4,28	0,020

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os dados da Tabela 19 revelam que todas as variáveis foram relevantes na formação dos grupos. Importante ressaltar que esses resultados foram comparados com o nível de significância fixado em 5%.

TABELA 20 Correlações de Pearson entre as variáveis dos indicadores sociais internos com a receita líquida e a folha de pagamento bruta, no ano de 2000

	X1	X2	X3	X4	X5	X6	X8	X9	X10	X11
RL	0,5428	0,4782	0,1948	0,3206	0,29724	0,2972	0,5630	0,5625	0,4460	0,6306
P-valor	0,0001*	0,0009*	0,1996*	0,0318**	0,0474	0,0474**	0001*	0001*	0,0021*	0001*
FPB	0,8485	0,9482	0,8926	0,9447	0,57517	0,5752	0,2719	0,7991	0,8888	0,6018
P-valor	0001*	0001*	0001*	0001*	0,0001	0001*	0,0708	0001*	0001*	0001*

*significativo a 1%

**significativo a 5%

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os resultados da Tabela 20 evidenciam quais variáveis apresentaram correlação com a variável folha de pagamento bruta, as quais estão em negrito (alimentação, x1; encargos sociais compulsórios, x2; previdência privada, x3; saúde, x4; creches ou auxílio-creche, x9; e participação nos lucros e resultados, x10).

Novamente, nenhuma das variáveis sociais internas apresentaram correlação com a variável receita líquida.

A síntese dos resultados obtidos a partir da análise dos indicadores sociais internos e sua relação com as variáveis receita líquida (RL) e folha de pagamento bruta (FPB), entre os anos de 2000 e 2003, é apresentada na Tabela 21.

TABELA 21 Síntese dos resultados referentes aos indicadores sociais internos

		Indicadores sociais internos			
		2003	2002	2001	2000
Desempenho em responsabilidade social empresarial		Baixo	Baixo	Baixo	Baixo
Variáveis sociais que mostraram-se correlacionadas à variável folha de pagamento bruta	<ul style="list-style-type: none"> ♣ alimentação (X1); ♣ Encargos sociais compulsórios (X2); ♣ Saúde (X4); ♣ Capacitação e desenvolvimento profissional (X8); ♣ Creches ou auxílio-creche (X9). ♣ Participação nos lucros e resultados (X10) 		<ul style="list-style-type: none"> ♣ Encargos sociais compulsórios (X2) 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Encargos sociais compulsórios (X2); ♣ previdência privada (X3); ♣ saúde (X4). 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Alimentação (X1); ♣ encargos sociais compulsórios (X2); ♣ previdência privada (X3); ♣ saúde (X4); ♣ creches ou auxílio-creche (X9). ♣ participação nos lucros e resultados (X10)
Variáveis sociais que mostraram-se correlacionadas à variável receita líquida	<ul style="list-style-type: none"> ♣ alimentação(X1); ♣ Encargos sociais compulsórios (X2); ♣ saúde (X4); ♣ participação nos lucros e resultados (X10) 		-----	-----	-----

Fonte: Elaborado pela autora (2005).

7.2 Análise de cluster para as variáveis referentes aos indicadores sociais externos

Seguindo a mesma metodologia adotada na análise das variáveis dos indicadores sociais internos, apresentam-se os resultados relacionados ao estudo das variáveis referentes aos indicadores sociais externos.

TABELA 22 Variáveis utilizadas

Indicadores sociais externos	
Composto pelas seguintes variáveis:	
Educação.....	x12
Cultura.....	x13
Saúde e saneamento.....	x14
Esporte.....	x15
Outros(2003).....	x16
Outros(2002).....	x17
Outros(2001).....	x18
Outros(2000).....	x19
Tributos (excluídos encargos sociais)(2003).....	x20
Tributos (excluídos encargos sociais)(2002).....	x21
Tributos (excluídos encargos sociais)(2001).....	x22
Tributos (excluídos encargos sociais)(2000).....	x23
Indicadores financeiros	
♣ Receita líquida	RL
♣ Resultado operacional	RO

Fonte: Elaborado pela autora (2005).

7.2.1 Análises referentes ao ano de 2003

Conforme os resultados expressos na Tabela 23, nota-se que a maior distância média do centróide é representada pelo Cluster 3; portanto, o mesmo é denominado de alto investimento. Analogamente, tem-se a classificação dos outros grupos de acordo com o valor da distância média do centróide.

TABELA 23 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2003

Clusters	N. obs.	Distancia média do centróide
Cluster 1 (médio investimento)	38	240500,786
Cluster 2 (baixo investimento)	1	0,000
Cluster 3 (alto investimento)	7	608114,662

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Em relação aos indicadores sociais externos, verifica-se que, no ano de 2003, a maioria das empresas pesquisadas apresentou médio investimento em responsabilidade social empresarial. A classificação das empresas quanto aos

investimentos em responsabilidade social empresarial voltados para o ambiente externo no ano de 2003, encontra-se no Anexo H.

TABELA 24 Médias das variáveis para cada cluster, em 2003 (mil reais)

Variável	Cluster1	Cluster2	Cluster3	Média
x12	6171,0526	802,00	14564,000	7345,2174
x13	1395,2105	729,00	16113,000	3620,3913
x14	695,3004	20444,00	1297,7143	1216,3478
x15	240,0604	10,000	7964,85	1411,2391
x16	2077,2368	316,000	17784,00	4429,1087
x20	275405,42	1,496E+07	2287865,5714	901045,8261

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os resultados demonstrados na Tabela 24 referem-se apenas às médias de cada variável dentro de cada grupo classificado. Para melhor interpretação de quais variáveis foram relevantes na formação dos grupos, na Tabela 25 apresenta-se a análise de variância para cada variável independente.

TABELA 25 Análise de variância para os grupos formados em 2003

Variável	GL. (Grupos)	Fobs	p-valor
x12	2	0,26	0,774
x13	2	20,78	0,000
x14	2	14,81	0,000
x15	2	4,97	0,000
x16	2	6,74	0,003
x20	2	786,03	0,000

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Pode-se observar, pelos dados da Tabela 25, que apenas a variável x12 (educação) não contribuiu para a formação dos grupos. As demais, por serem significativas, foram relevantes. Identificadas as variáveis importantes para a formação dos grupos, procedeu-se a análise de correlação entre essas variáveis e os indicadores financeiros receita líquida e resultado operacional.

TABELA 26 Correlações de Pearson entre as variáveis dos indicadores sociais externos com a receita líquida e o resultado operacional no ano de 2003

Variáveis dependentes	x13	x14	x15	x16	x20
RO	0,7395	0,0348	0,2949	0,0568	0,1427
p-valor	0001*	0,8162	0,0442	0,7045	0,3385
RL	0,7785	-0,0045	0,9027	0,2196	0,2078
p-valor	0001*	0,9762	20,0001	0,1381	0,1610

*significativo a 1%

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os resultados da Tabela 26 evidenciam que a variável cultura (x13), componente dos indicadores sociais externos, apresentou correlação com os indicadores financeiros receita líquida e resultado operacional no ano de 2003.

Já a variável esporte (x15) apresentou correlação com a receita líquida.

7.2.2 Análises referentes ao ano de 2002

Conforme os resultados expressos na Tabela 27, nota-se que a maior distância média do centróide é representada pelo Cluster 2; portanto, o mesmo é denominado como alto investimento. Analogamente, tem-se a classificação dos outros grupos de acordo com o valor distancia média do centróide. Desse modo, verifica-se que, no ano de 2002, a maioria das empresas pesquisadas apresentou baixo investimento externo em responsabilidade social.

TABELA 27 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2002

Clusters	N. obs.	Distancia média do centróide
Cluster1 (médio investimento)	20	110826,111
Cluster2 (alto investimento)	10	550129,966
Cluster3 (baixo investimento)	28	64590,910

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

A classificação das empresas quanto aos investimentos em responsabilidade social empresarial externos para o ano de 2002 encontra-se no Anexo I.

TABELA 28 Médias das variáveis para cada cluster, em 2002 (mil reais)

Variável	Cluster1	Cluster2	Cluster3	Média
x12	829,85	10351,80	907,53	2509,06
x13	1355,10	9791,60	1171,25	2720,91
x14	4262,90	6045,30	1245,03	3113,31
x15	116,60	4364,20	288,35	931,86
x17	1879,50	13816,90	466,60	3255,58
x21	408405,70	1872263,00	66337,75	495658,63

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os resultados da Tabela 28 referem-se apenas às médias de cada variável dentro de cada grupo classificado. Para melhor interpretação de quais variáveis foram relevantes na formação dos grupos, na Tabela 29 encontra-se a análise de variância para cada variável independente.

TABELA 29 Análise de variância para os grupos formados em 2002

Variável	GL.	Fobs	p-valor
x12	2	7,65	0,001
x13	2	10,94	0,000
x14	2	0,65	0,525
x15	2	3,33	0,043
x17	2	12,52	0,000
x21	2	124,60	0,000

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Conforme se pode observar, apenas a variável saúde e saneamento (x14) não contribuiu para a formação dos grupos. As demais, por serem significativas, foram relevantes. Identificadas as variáveis importantes para a formação dos grupos, procedeu-se a análise de correlação entre essas variáveis e os indicadores financeiros.

TABELA 30 Correlações de Pearson entre as variáveis dos indicadores sociais externos com a receita líquida e o resultado operacional no ano de 2002.

Variáveis dependentes	X12	X13	X15	X17	X21
RO	0,2914	0,3610	0,1857	0,3056	0,4974
p-valor	0,0265**	0,0054*	0,1627*	0,0196**	0001*
RL	0,4376	0,8154	0,8311	0,5740	0,4817
p-valor	0,0006*	0001*	0001*	0001*	0,0001*

*significativo a 1%

**significativo a 5%

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os resultados da Tabela 30 evidenciam que as variáveis cultura (x13) e esporte (x15) apresentaram correlação com a variável receita líquida, porém, nenhuma das variáveis sociais externas apresentou correlação com a variável dependente resultado operacional, no ano de 2002.

7.2.3 Análises referentes ao ano de 2001

Pelos resultados da Tabela 31 nota-se que a maior distância média do centróide é representada pelo Cluster 3; portanto, o mesmo é denominado de alto investimento. Analogamente, tem-se a classificação dos outros grupos de acordo com o valor da distância média do centróide. Assim, em 2001, as empresas apresentaram baixo investimento em responsabilidade social empresarial relacionado às variáveis externas.

TABELA 31 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2001

Clusters	N. obs.	Distancia média do centróide
Cluster1 (médio investimento)	11	218311,698
Cluster2 (baixo investimento)	38	141829,272
Cluster3 (alto investimento)	3	526339,882

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

A classificação das empresas quanto aos investimentos em responsabilidade social empresarial voltados para o público externo no ano de 2001 encontra-se no Anexo J.

TABELA 32 Médias das variáveis para cada cluster, em 2001 (mil reais)

Variável	Cluster1	Cluster2	Cluster3	Média
x12	10385,00	376,36	10266,00	3064,13
x13	7835,00	977,94	4819,00	2650,07
x14	2053,81	182,50	219,00	580,46
x15	2470,54	74,89	1484,00	662,96
x18	7921,45	956,26	1111,66	2438,63
x22	1059212,45	209247,60	2835481,66	540561,36

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os resultados da Tabela 32 referem-se apenas às médias de cada variável dentro de cada grupo classificado. Para melhor interpretação de quais variáveis foram relevantes na formação dos grupos, na Tabela 33 encontra-se a análise de variância para cada variável independente.

TABELA 33 Análise de variância para os grupos formados em 2001

Variáveis	GL.	F	p-valor
x12	2	6,71	0,003
x13	2	8,00	0,001
x14	2	7,66	0,001
x15	2	4,60	0,015
x18	2	7,14	0,002
x22	2	208,07	0,000

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Conforme-se pode observar, todas as variáveis foram significativas; portanto, há evidências estatísticas de que as mesmas mostraram importantes contribuições para a formação dos grupos. Assim, considerando-se essas variáveis, procedeu-se a análise de correlação entre elas e os indicadores financeiros.

TABELA 34 Correlações de Pearson entre as variáveis dos indicadores sociais externos com a receita líquida e o resultado operacional no ano de 2001.

Variáveis dependentes	x12	x13	x14	x15	x18	x22
RO	0,3550	0,3109	0,1417	0,1810	0,2044	0,3442
p-valor	0,0078*	0,0209**	0,3022*	0,1860*	0,1344*	0,0101**
RL	0,4396	0,7604	0,4554	0,8316	0,5255	0,5082
p-valor	0,0008*	0001*	0,0005*	0001*	0001*	0001*

*significativo a 1%

**significativo a 5%

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os resultados da Tabela 34 evidenciam que as variáveis cultura (x13) e esporte (x15) apresentaram correlação apenas com a variável dependente receita líquida, resultado idêntico ao ano de 2002.

7.2.4 Análises referentes ao ano de 2000

Conforme os resultados expressos na Tabela 35, nota-se que a maior distância média do centróide é representada pelo Cluster 2; portanto, o mesmo é denominado alto investimento. Analogamente, tem-se a classificação dos outros grupos de acordo com o valor distância média do centróide.

TABELA 35 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2000

Clusters	N. obs.	Distância média do centróide
Cluster1(médio investimento)	14	77723,747
Cluster2 (alto investimento)	10	288850,963
Cluster3 (baixo investimento)	20	45654,740

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Novamente, verifica-se um baixo investimento em responsabilidade social empresarial relativo às variáveis externas, no ano de 2000. A classificação das empresas quanto aos investimentos em responsabilidade social empresarial voltados para o público externo no ano de 2000 encontra-se no Anexo L.

TABELA 36 Médias das variáveis para cada cluster, em 2000 (mil reais)

Variável	Cluster1	Cluster2	Cluster3	Média
x12	493,21	3646,70	879,20	1385,36
x13	681,14	4218,10	1423,35	1822,36
x14	110,85	987,10	294,00	393,25
x15	154,64	2400,40	174,70	674,15
x19	421,64	2848,30	1690,90	1550,09
X23	294838,78	1095555,70	59696,04	369936,83

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os resultados da Tabela 36 referem-se apenas às médias de cada variável dentro de cada grupo classificado. Para melhor interpretação de quais variáveis foram relevantes na formação dos grupos, na Tabela 37 encontra-se a análise de variância para cada variável independente.

TABELA 37 Análise de variância para os grupos formados em 2000

Variáveis	GL.	F	p-valor
x12	2	3,53	0,039
x13	2	2,22	0,122
x14	2	3,25	0,049
x15	2	2,87	0,068
x19	2	0,96	0,390
x23	2	114,45	0,000

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Conforme-se pode observar, as variáveis cultura (x13), esporte (x15) e outros(x19) ano 2000, não contribuíram para a formação dos grupos, as demais, por serem significativas, foram relevantes na formação dos grupos. Identificadas as variáveis importantes para a formação dos grupos, procedeu-se a análise de correlação entre essas variáveis com os indicadores financeiros.

TABELA 38 Correlações de Pearson entre as variáveis dos indicadores sociais externos com a receita líquida e o resultado operacional no ano de 2000

	X12	x14	x23
RO	0,4209	0,3355	0,2664
p-valor	0,0040*	0,0243**	0,0769*
RL	0,8935	0,7594	0,2810
p-valor	0001*	0001*	0,0615*

*significativo a 1%

**significativo a 5%

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os resultados da Tabela 38 evidenciam que as variáveis educação (x12); saúde e saneamento (x14) apresentaram correlação com a variável receita líquida, mas não com a variável resultado operacional, no ano de 2000.

A Tabela 39 apresenta uma síntese dos resultados obtidos a partir da análise dos indicadores sociais externos e sua relação com as variáveis receita líquida (RL) e resultado operacional (RO), entre os anos de 2000 e 2003.

TABELA 39 Síntese dos resultados referentes aos indicadores sociais externos

	Indicadores sociais externos			
	2003	2002	2001	2000
Desempenho em responsabilidade social empresarial	Médio	Baixo	Baixo	Baixo
Variáveis sociais que mostraram-se correlacionadas à variável resultado operacional	♣ Cultura (x13).	-----	-----	-----
Variáveis sociais que mostraram-se correlacionadas à variável receita líquida	♣ Cultura (x13). ♣ Esporte (X15).	♣ Cultura (X13); ♣ Esporte (X15).	♣ Cultura (X13); ♣ Esporte (X15)	♣ Educação (X12); ♣ Saúde e saneamento (X14);

Fonte: Elaborado pela autora (2005).

7.3 Análise de cluster para as variáveis referentes aos indicadores ambientais

A seguir, apresentam-se os resultados relacionados ao estudo das variáveis referentes aos indicadores ambientais.

TABELA 40 Variáveis utilizadas

Indicadores ambientais	
Composto pelas seguintes variáveis:	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa(2003).....	x24
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa(2002).....	x25
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa(2001).....	x26
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa(2000).....	x27
Investimentos em programas e/ou projetos externos(2003).....	x28
Investimentos em programas e/ou projetos externos(2002).....	x29
Investimentos em programas e/ou projetos externos(2001).....	x30
Investimentos em programas e/ou projetos externos(2000).....	x31
Indicadores financeiros	
♣ Receita líquida	RL
♣ Resultado operacional	RO

Fonte: Elaborado pela autora.

7.3.1 Análises referentes ao ano de 2003

Conforme os resultados demonstrados na Tabela 41, nota-se que a maior distância média do centróide é representada pelo Cluster 1, portanto, o mesmo é denominado como de alto investimento. Analogamente, tem-se a classificação dos outros grupos, de acordo com o valor da distância média do centróide. Assim, verifica-se que, em relação às variáveis ambientais, o investimento em responsabilidade social empresarial foi baixo.

TABELA 41 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2003

Clusters	N. obs.	Distancia média em relação ao centróide
Cluster1 (alto investimento)	5	11981,989
Cluster2 (baixo investimento)	20	2302,736
Cluster3 (médio investimento)	7	2444,521

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

A classificação das empresas quanto aos investimentos em responsabilidade social empresarial voltados para meio ambiente no ano de 2003, encontra-se no Anexo M.

TABELA 42 Médias das variáveis para cada cluster, em 2003 (mil reais)

Variável	Cluster1	Cluster2	Cluster3	Média
x24	33550,40	538,38	7195,75	5183,46
x28	799,60	1200,73	267,50	999,21

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os resultados demonstrados na Tabela 42 referem-se apenas às médias de cada variável dentro de cada grupo classificado. Para melhor interpretação sobre quais variáveis foram relevantes na formação dos grupos, na Tabela 43 encontra-se a análise de variância para cada variável independente.

TABELA 43 Análise de variância para os grupos formados em 2003

Variável	Gl.	Pr>Fc	p-valor
x24	2	94,32	0,000
x28	2	0,842	0,842

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Conforme pode-se observar, apenas a variável investimentos em programas e/ou projetos externos (x28) não contribuiu para a formação dos grupos. A variável investimentos relacionados com a produção/operação da empresa(2003) x24, por ser significativa, foi relevante. Identificada a variável importante para a formação dos grupos, procedeu-se a análise de correlação entre essa variável e os indicadores financeiros.

TABELA 44 Correlações de Pearson entre os investimentos relacionados com a produção/operação da empresa com a receita líquida e o resultado operacional no ano de 2003

Variáveis dependentes	x24
RO	0,0968
p-valor	0,517**
RL	0,3598
p-valor	0,013**

** significativo a 5%

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Conforme pode-se observar por meio dos dados da Tabela 44, a variável x24 (investimentos relacionados com a produção – operação da empresa, 2003) apresentou baixa correlação com a receita líquida e o resultado operacional, embora a mesma tenha sido importante para a formação dos grupos.

7.3.2 Análises referentes ao ano de 2002

Conforme os resultados expressos na Tabela 45, nota-se que a maior distância média do centróide é representada pelo Cluster 1; portanto, o mesmo é denominado como alto investimento. Analogamente, tem-se a classificação dos outros grupos de acordo com o valor da distância média do centróide.

TABELA 45 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2002

Clusters	N. obs.	Distancia média em relação ao centróide
Cluster1 (alto investimento)	4	36342,003
Cluster2 (baixo investimento)	1	0,000
Cluster3 (médio investimento)	39	3309,794

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Nesse ano, a maioria dos investimentos em responsabilidade social empresarial relacionados ao meio ambiente foi classificada como médio. A classificação das empresas quanto aos investimentos em responsabilidade social empresarial voltados para meio ambiente, no ano de 2002, encontra-se no Anexo N.

TABELA 46 Médias das variáveis para cada cluster, em 2002 (mil reais)

Variável	Cluster1	Cluster2	Cluster3	Média
x25	85525,75	399,00	2596,30	8277,68
x29	715,25	63483,00	374,58	1486,15

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os resultados demonstrados na Tabela 46 referem-se apenas às médias de cada variável dentro de cada grupo classificado. Para melhor interpretação de quais variáveis foram relevantes na formação dos grupos, os dados da Tabela 47 apresentam a análise de variância para cada variável independente.

TABELA 47 Análise de variância para os grupos formados em 2002

Variável	Gl.	Pr>Fc	p-valor
X25	2	104,32	0,000
X29	2	888,79	0,000

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Conforme se pode observar, as duas variáveis contribuíram para a formação dos grupos. Assim, procedeu-se a análise de correlação entre essas variáveis e os indicadores financeiros.

TABELA 48 Correlações de Pearson entre as variáveis dos indicadores ambientais com a receita líquida e o resultado operacional no ano de 2002

Variáveis dependentes	x25	x29
RO	-0,0271	-0,0538
p-valor	0,840	0,688
RL	0,1988	-0,0566
p-valor	0,135	0,673

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

De acordo com os dados da Tabela 48, as variáveis x25 (investimentos relacionados com a produção/operação da empresa 2002) e x29 (investimentos em programas e/ou projetos externos 2002) apresentaram baixa correlação com os indicadores financeiros, embora as mesmas tenham sido importantes para a formação dos grupos.

7.3.3 Análises referentes ao ano de 2001

Conforme os resultados expressos na Tabela 49, nota-se que a maior distância média do centróide é representada pelo Cluster 2; portanto, o mesmo é denominado de alto investimento. Analogamente, tem-se a classificação dos

outros grupos de acordo com o valor distância média do centróide. Dessa forma, verifica-se que a maioria dos investimentos em responsabilidade social empresarial relacionados ao meio ambiente foi classificada como média, como no ano de 2002.

TABELA 49 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2001

Clusters	N. obs.	Distância Máxima em relação ao centróide
Cluster1 (baixo investimento)	1	0,000
Cluster2 (alto investimento)	4	11559,537
Cluster3 (médio investimento)	24	2698,509

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

A classificação das empresas quanto aos investimentos em responsabilidade social empresarial voltados para meio ambiente no ano de 2001, encontra-se no Anexo O.

TABELA 50 Médias das variáveis para cada cluster, em 2001 (mil reais)

Variável	Cluster1	Cluster2	Cluster3	Média
X26	150937,00	57478,50	2309,54	15044,13
X30	749,00	1349,75	870,54	932,44

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os resultados da Tabela 50 referem-se apenas às médias de cada variável dentro de cada grupo classificado. Para melhor interpretação de quais variáveis foram relevantes na formação dos grupos, na Tabela 51 encontra-se a análise de variância para cada variável independente.

TABELA 51 Análise de variância para os grupos formados em 2001

Variável	Gl.	Pr>Fc	p-valor
X26	2	353,17	0,000
x30	2	0,09	0,913

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Conforme pode-se observar, apenas a variável x30 (investimentos em programas ou projetos externos, 2001) não contribuiu para a formação dos grupos a outra, por ser significativa, foi relevante. Identificada a variável importante para a formação dos grupos, procedeu-se a análise de correlação entre essa variável com os indicadores financeiros.

TABELA 52 Correlações de Pearson entre os investimentos relacionados com a produção/operação da empresa com a receita líquida e o resultado operacional no ano de 2001

Variáveis dependentes	X26
RO	0,2474
p-valor	0,069
RL	0,3082
p-valor	0,022**

** significativo a 5%

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Conforme se observa pelos dados da na Tabela 52, a variável investimentos em programas ou projetos externos (2001) x30, apresentou baixa correlação com os indicadores financeiros.

7.3.4 Análises referentes ao ano de 2000

Conforme os resultados expressos na Tabela 53, nota-se que a maior distância média do centróide é representada pelo Cluster 1; portanto, o mesmo é denominado de alto investimento. Analogamente, tem-se a classificação dos outros grupos de acordo com o valor da distância média do centróide.

TABELA 53 Observações classificadas dentro de cada grupo, com a respectiva distância média, em 2000.

Clusters	N. obs.	Distância média em relação ao centróide
Cluster1 (alto investimento)	3	50894,359
Cluster2 (baixo investimento)	13	2320,545
Cluster3 (médio investimento)	4	4913,062

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Assim, no ano de 2000, a maioria dos investimentos em responsabilidade social empresarial relacionados ao meio ambiente foi classificada como baixa. A classificação das empresas quanto aos investimentos em responsabilidade social voltados para meio ambiente no ano de 2000 encontra-se no Anexo P.

TABELA 54 Médias das variáveis para cada cluster, em 2000 (mil reais)

Variável	Cluster1	Cluster2	Cluster3	Média
x27	96230,66	1135,76	14291,25	18031,10
x31	1851,66	1564,00	70,50	1308,45

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Os resultados demonstrados na Tabela 54 referem-se apenas às médias de cada variável dentro de cada grupo classificado. Para melhor interpretação de quais variáveis foram relevantes na formação dos grupos, na Tabela 55 observa-se a análise de variância para cada variável independente.

TABELA 55 Análise de variância para os grupos formados em 2000

Variável	Gl.	Pr>Fc	p-valor
x27	2	21,16	0,000
x31	2	1,26	0,310

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Pode-se observar que apenas a variável x31 - investimento em programas e/ou projetos externos (2000) - não contribuiu para a formação dos grupos; a outra, por ser significativa, foi relevante. Identificada a variável importante para a formação dos grupos, procedeu-se a análise de correlação entre essa variável com os indicadores financeiros.

TABELA 56 Correlações de Pearson entre os investimentos relacionados com a produção/operação da empresa com a receita líquida e o resultado operacional no ano de 2000

Variáveis dependentes	x27
RO	0,3647
p-valor	0,014**
RL	0,0460
p-valor	0,764

** significativo a 5%

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

A variável x27 - investimento relacionados com a produção/operação da empresa (2000) - não mostrou-se correlacionada com os indicadores financeiros.

Os resultados obtidos a partir da análise dos indicadores ambientais e sua relação com as variáveis receita líquida (RL) e resultado operacional (RO), entre os anos de 2000 e 2003, estão representados na Tabela 57.

TABELA 57 Síntese dos resultados referentes aos indicadores ambientais

	Indicadores ambientais			
	2003	2002	2001	2000
Desempenho em responsabilidade social empresarial	Baixo	Médio	Médio	Baixo
Variáveis sociais que mostraram-se correlacionadas à variável receita líquida e resultado operacional	-----	-----	-----	-----

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

7.4 Resumo das análises dos indicadores sociais internos, indicadores sociais externos e dos indicadores ambientais

Após a realização das análises referentes aos indicadores sociais internos, externos e ambientais, no período de 2000 a 2003, expõem-se uma síntese dos resultados obtidos. Os dados do Quadro 9 mostram o desempenho em responsabilidade social das companhias de capital aberto estudadas, de acordo com o ano analisado.

QUADRO 9 Desempenho em responsabilidade social empresarial

	2003	2002	2001	2000
ISI*	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo
ISE**	Médio	Baixo	Baixo	Baixo
IA***	Baixo	Médio	Médio	Baixo

* Indicadores sociais internos

** Indicadores sociais externos

*** Indicadores ambientais

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

Já as variáveis que apresentaram correlação com os indicadores financeiros receita líquida (RL), folha de pagamento bruta (FPB) e resultado operacional (RO), no período estudado, são demonstradas no Quadro 10.

QUADRO 10 Variáveis sociais que apresentaram correlação com a receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta

ANO	ISI*		ISE**		IA***
	FPB	RL	RO	RL	RL /RO
2003	♣ alimentação (X1); ♣ encargos sociais compulsórios (X2); ♣ saúde (X4); ♣ capacitação e desenvolvimento profissional (X8); ♣ creches ou auxílio-creche (X9). participação nos lucros e resultados (X10)	♣ alimentação (X1); ♣ encargos sociais compulsórios (X2); ♣ saúde (X4); ♣ participação nos lucros e resultados (X10)	Cultura (x13)	♣ Cultura (x13) ♣ Esporte (X15).	-----
2002	♣ encargos sociais compulsórios (X2);	-----	-----	♣ Cultura (X13); ♣ Esporte (X15).	-----
2001	♣ encargos sociais compulsórios (X2); ♣ previdência privada (X3); ♣ saúde (X4).	-----	-----	♣ Cultura (X13); Esporte (X15)	-----

Continua...

QUADRO 10. Continuação.

2000	<ul style="list-style-type: none"> ♣ alimentação (X1); ♣ encargos sociais compulsórios (X2); previdência privada (X3); ♣ saúde (X4); ♣ creches ou auxílio-creche (X9). ♣ participação nos lucros e resultados (X10); 	-----	-----	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Educação (X12); ♣ Saúde e saneamento (X14) 	-----
------	--	-------	-------	---	-------

* Indicadores sociais internos

** Indicadores sociais externos

*** Indicadores ambientais

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

8 CONCLUSÕES

O estudo realizado demonstrou que há correlação entre os investimentos em responsabilidade social empresarial e a receita líquida, resultado operacional e a folha de pagamento bruta das empresas estudadas. Entretanto, no período analisado, estes investimentos foram baixos.

Observou-se que a maioria das ações de sociais está voltada para o público interno além das empresas estudadas oferecem benefícios ao corpo funcional. Tais resultados podem ser verificados pelos investimentos em previdência privada (x3), saúde (x4), capacitação e desenvolvimento profissional (x8) e participação nos lucros e resultados (x10).

Já em relação aos indicadores sociais externos, as variáveis cultura (x13) e esporte (x15) demonstraram uma alta correlação com as variáveis receita líquida e resultado operacional no período estudado. Dessa forma, pode-se afirmar ainda que um aumento nos investimentos em cultura e esporte tem uma estreita relação com o aumento na receita líquida e no resultado operacional.

Os maiores investimentos em responsabilidade social empresarial foram observados nos indicadores ambientais. Entretanto, como pode ser observado por meio dos resultados obtidos, as empresas estudadas praticamente procuraram cumprir a legislação ambiental vigente, visto que nenhuma das variáveis ambientais mostrou-se correlacionada à receita líquida e ao resultado operacional. Pode-se, assim, entender que os recursos destinados ao meio ambiente foram aplicados em ativos ambientais, como investimentos em máquinas, instalações destinadas a amenizar os impactos causados ao meio ambiente ou gastos com pesquisas, por exemplo. Todavia, verifica-se que essa variável está se tornando cada vez mais importante visto que produtos de empresas que se preocupam com o meio ambiente e publicam relatórios sociais têm maior aceitação no mercado internacional. Ressalta-se que no Brasil, em

2005, há um projeto para a implantação de um índice de sustentabilidade pela Bovespa.

Quanto às práticas de responsabilidade social adotadas pelas sociedades anônimas de capital aberto no Brasil, verificou-se que as empresas pesquisadas se encaixam na abordagem da obrigação social - procurando lucro dentro das restrições legais - e na abordagem da reação social - pressionadas por agências internacionais, que incluem o balanço social como um dos relatórios exigidos para a concessão de empréstimos e investimentos, e por instituições de preservação do meio ambiente.

Outra constatação é a imensa participação das empresas do setor de energia elétrica, apoiada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A maioria dessas empresas foi privatizada na década de 1990 e, ainda assim, continuou a publicar esse demonstrativo social. Também observou-se que a publicação do balanço social não está associada ao tempo em que a empresa encontra-se no mercado, visto que a mais antiga foi fundada em 1808 e a mais nova em 2001.

Destaca-se a iniciativa do Ibase de realizar, em 1997, uma campanha para a publicação voluntária desse demonstrativo no país, colocando o assunto na pauta das discussões do Congresso Nacional, em 1997. Outra iniciativa desse instituto foi divulgar um modelo único para a apresentação das informações, visto que a publicação desse demonstrativo no Brasil é feita de forma voluntária. A ausência de uma forma de apresentação única compromete a comparação dos dados de ano para ano ou de empresa para empresa, reduzindo este demonstrativo a um simples instrumento de marketing.

Considerando que há legislações nos estados e municípios brasileiros incentivando a publicação do balanço social e premiando as empresas que apresentarem qualidade nos seus demonstrativos sociais, destaca-se a importância da padronização da divulgação dessas informações, permitindo,

assim, a comparabilidade dos dados bem como o desenvolvimento de métodos que permitam verificar a transparência das informações divulgadas.

8.1 Sugestões para futuras pesquisas

O balanço social do Ibase reúne um grande número de indicadores e pode servir como relatório de informações sociais auxiliando os gestores na tomada de decisão e na formulação de estratégias empresarias, desde que publicado de forma transparente.

Ressalta-se o fato do modelo de balanço social do Ibase permitir traçar outras análises relacionadas às práticas de responsabilidade social voltadas para o corpo funcional, para a sociedade e para o meio ambiente. O trabalho realizado demonstrou que há uma alta correlação entre os investimentos em responsabilidade social empresarial e a receita líquida, resultado operacional e a folha de pagamento bruta das empresas pesquisadas. Sendo assim, seria interessante a realização de um estudo que demonstrasse quais variáveis sociais influenciam a rentabilidade empresarial em setores empresariais específicos. Sugere-se também a realização de uma análise comparada entre os modelos de balanço social publicados nos países onde esse demonstrativo seja obrigatório. Inclui-se, ainda, a realização de estudos envolvendo práticas de auditoria social. A expectativa do pesquisador é de que o estudo realizado possa servir de ponto de partida para diversos trabalhos. Enfim, o assunto é relativamente novo no país e oferece um leque imenso de opções para a realização de trabalhos.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G. S. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2001. 745 p.

AMAZONAS. Lei n. 2. 843, de 31 de outubro de 2003. **CRIA** o Certificado de Responsabilidade Social para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências. Amazonas: Governo do Estado do Amazonas, 2003. Disponível em:
<<http://www.balancosocial.org.br/media/lei2843Amaz.doc>>. Acesso em: 10 ago. 2005.

ASHLEY, P. A. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002. 205 p.

BERNARDO, D. C. dos R.; CALEGÁRIO, C. L. L.; PESSANHA, G. R. G.; PINTO, L. B. Responsabilidade Social Empresarial: Uma Análise dos Balanços Sociais das Sociedades Anônimas de Capital Aberto. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: ENANPAD, 2005.

BERNARDO, D. C. dos R.; MADEIRA, G. J. Balanço Social: o caso das empresas juniores do Estado de Minas Gerais – transformando o tempo em qualidade de vida. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 35-52, dez. 2002.

BORGER, F. G. **Responsabilidade Social**: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial. 2001. 254 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia e Administração, São Paulo.

BRASIL. Decretos, Leis etc. Sociedades por ações. Lei n. 6. 404 de 15 de dezembro de 1976. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, dez. 1976. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em: 22/03/05.

BRASIL. Medida Provisória N° 2. 132-40, de 28 de dezembro de 2000. Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou

domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 29 set. 2000. Disponível: http://legislação.planalto.gov.br/legislação.nsf/View_Identificacao/mpv2.132-40-2000?OpenDocument>. Acesso em: 11 jul. 2005.

BUSSAB, W. O.; MIAZAKI, E. S.; ANDRADE, D. F. Introdução a análise de agrupamentos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA, 9., 1990. **Anais...** IME-USP, 1990.

CAPPELLIN, P.; GIULIANI, M. Compromisso social no mundo dos negócios. **Boletim do Ibase/"Orçamento e Democracia"**, v. 6, n. 11, p. 10-11, fev. 1999. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2005.

CARNEIRO, C. M. B. **O Balanço Social de Empresas Incentivadas sob Enfoque da Redução de Desigualdade Social: Uma Investigação no Estado do Ceará. 2002.** Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARROL, A. B. The four faces of corporate citizenship. **Business and Society Review**, Boston, v. 100, p. 1-7, 1998.

CARROL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organization *stakeholders*. **Business Horizons**, New York, v. 34, n. 4, p. 39-48, July/Aug. 1991.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Comissão das Comunidades Europeias – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas (apresentado pela comissão). Bruxelas, 18/07/2001. Disponível em: <http://europa.eu.int/lex/pt/com/gpr/2001/com2001_0366pt01.pdf> . Acesso em: 29 jun. 2005.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em 15/02/05.

DORNELAS, M. A. **Responsabilidade Social versus Filantropia Empresarial: um estudo de casos na cadeia automobilística de Minas Gerais.** 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, M. G.

DUARTE, G. D.; DIAS, J. M. **Responsabilidade social: a empresa hoje**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1985. 139 p.

FERREL, O. C. Measuring corporate citizenship in two countries: the case of the United States and France. **Journal of Business Ethics**, Dordrecht, v. 23, n. 3, p. 283-297, Feb. 2000.

FERREL, O. C.; FRAEDRICH, J.; FERREL, L. **Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisão e casos**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.

FISCHER, R. M.; FALCONER, A. P. **Voluntariado empresarial – estratégias de empresas no Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor – CEATS/USP, 1999. Disponível em: <www.ceats.org.br>. Acesso em: 31 jun. 2005.

FREIRE, F. de S.; REBOUÇAS, T. R. da S. Uma descrição sucinta do Balanço Social francês, português, belga e brasileiro. In: SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. de S. (Org.). **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001. cap. 4, p. 69-115.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2000.

HENDRIKSEN, E. S.; BRENDA, M. F. Van. **Teoria da contabilidade**. Trad. de Antônio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 550 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (Ibase). Disponível em: <<http://www.Ibase.org.br>>. Acesso em: 15 fev. 2005.

INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Peirópolis: Instituto Ethos, 2003. v. 2, Prêmio Ethos-Valor.

INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Guia de elaboração de relatório e balanço anual de responsabilidade social empresarial**. São Paulo: Instituto Ethos, versão 2001.

JOÃO PESSOA. Resolução nº 004/98. Institui o Selo Herbert de Souza às empresas que apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências". João Pessoa: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2003.

JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. **Applied multivariate statistical analysis**. 4. ed. New York: Prentice Hall, 1998. 816 p.

KASSAI, S. **Utilização da análise por envoltória de dados (DEA) na análise de demonstrações contábeis**. 2002. 350 p. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo.

KROETZ, C. E. S. **Balço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. 162 p.

LOURENÇO, A. G.; SCHRODER, D. de S. **Vale investir em responsabilidade social empresarial? Stakeholders, ganhos e perdas**. Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis: Instituto Ethos, 2003. v. 2, p. 79-120. Prêmio Ethos-Valor.

MACHADO, C. **Responsabilidade social corporativa e a criação de valor para as organizações: um estudo multicase**. 2002. 204 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo.

MACHADO, C.; ZYLBERSTAJN, Décio. A empresa socialmente responsável: o debate e as implicações. **RAUSP – Revista de Administração**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 242-254, jul./set. 2004.

MAIGNAN, I.; FERRELL, O. C. Antecedents and benefits of corporation citizenship: an investigation of french businesses. **Journal of Business Research**, New York, v. 51, p. 37-51, 2001.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, C. M. F.; BERNARDO, D. C. dos R.; MADEIRA, G. J. Origem e evolução do balanço social no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 1035-116, abr. 2002.

MALHOTA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Trad. Nivaldo Montingelli Jr. E Alfredo Alves de Farias. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 719 p.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. São Paulo: Atlas, 1996. v. 1, 336 p.

MOOD, A. M.; GRAYBILL, F. A.; BOES, D. C. **Introduction to theory of statistics**. 3. ed. New York: Wiley & Sons, 1974. 842 p.

MOSIMANN, C. P.; FISCH, S. **Controladoria: seu papel na administração de empresas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 137 p.

PEREIRA, D. R. de M.; PINTO, M. de R. Perfis de empresas varejistas quanto à adoção de práticas de responsabilidade social. **RAUSP – Revista de Administração**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 153-163, abr. /jun. 2004.

PORTO ALEGRE. Lei n. 8118, de 05 de janeiro de 1998. Cria o Balanço Social das Empresas estabelecidas no âmbito do Município de Porto Alegre e dá outras providências. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1998.

REGULAMENTO DO IMPOSTO DE RENDA/RIR/99. Decreto nº 3. 000, de 26 de março de 1999. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/RIR/default.htm>>. Acesso em: 11 de jul. 2005.

RIBEIRO, M. de S. Balanço Social: Instrumento de Divulgação da Interação da Empresa com a Sociedade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 1999, Foz do Iguaçu/PR. Disponível em:
<<http://www.eac.fea.usp.br/eac/ublicações/artigos.asp>>. Acesso em: 24 jul. 2004.

RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade e meio ambiente**. 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo.

RIBEIRO, M. de S. **Custeio das atividades de natureza ambiental**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 11. 440, de 18 de janeiro de 2000. Cria o Certificado Responsabilidade Social – RS – para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Rio Grande do Sul: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2000.

SANTO ANDRÉ. Lei n. 7. 672, de 18 de junho de 1998. Cria o Selo Empresa-Cidadã às Empresas que instituírem e apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências. Santo André: Câmara Municipal de Santo André, 1998.

SANTOS, A. dos. **Demonstração do valor adicionado:** como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003. 266 p.

SÃO PAULO. Resolução nº 005/98. Cria o Dia e o Selo da Empresa Cidadã às empresas que apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1998.

SAS® INSTITUTE. SAS Procedures guide for computers. 6 ed. Cary N. C. : SAS® Institute. 1999. v. 3, 373 p.

SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. de S. (Org.). **Balanço social:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001. 173 p.

SOUZA, H. J. de. Empresa pública e cidadã. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 mar. 1997. Caderno A2, p. 2.

SROUR, R. H. **Ética Empresarial:** posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 286 p.

SUCUPIRA, J. Ética nas empresas e balanço social. In: SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. de S. (Org.). **Balanço social:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001. cap. 5, p 117-133.

SUCUPIRA, J. **A Responsabilidade social das empresas.** Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em 22 fev. 2005.

TINOCO, J. E. P. Balanço social e a contabilidade no Brasil. **Caderno de Estudos - FIPECAFI**, São Paulo, n. 9, out. 1993.

TINOCO, J. E. P. **Balanço social:** uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001. 243 p.

TINOCO, J. E. P. **Balanço social:** uma abordagem sócio-econômico da contabilidade. 1984. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TORRES, C. Responsabilidade social das empresas (RSE) e balanço social no Brasil. In: SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. de S. (Org.). **Balanço social:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001. cap. 2, p. 15-31.



TORRES, C. Responsabilidade social e transparência. **Orçamento e Democracia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, 1998. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em 22 fev. 2005.

VARELA, P. S.; COSTA, R. da R. **Balço social**: demonstrativo da função social da empresa. 1998. (Monografia apresentada ao Sistema de Bolsas – PET/CIC/FACE/UFMG) - Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte.

UBERLÂNDIA. Decreto n. 118, de 11 de novembro de 1999. Institui título de Desempenho Comunitário Empresarial e dá outras providências e revoga o decreto legislativo n. 063 de 08/05/98. Uberlândia: Câmara Municipal de Uberlândia, 1999.

10 ANEXOS

ANEXO A
MODELO DE BALANÇO SOCIAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE
ANÁLISES ECONÔMICAS E SOCIAIS (IBASE)

Balanco Social Anual / 2004						
Empresa:						
1 - Base de Cálculo		2004 Valor (Mil reais)		2003 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)						
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e medicina no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total - Indicadores sociais internos						
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores sociais externos						
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						

Continua...

FIGURA 4 Continuação.

Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)						
Nº de estagiários(as)						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros(as) que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)						
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais						
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2004			Metas 2005		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça

Continua...

FIGURA 4 Continuação.

% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2004:			Em 2003:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	_____% governo	_____% colaboradores(as)		_____% governo	_____% colaboradores(as)	
	_____% acionistas	_____% terceiros	_____% retido	_____% acionistas	_____% terceiros	_____% retido
7 – Outras informações						
0						

FIGURA 4 Modelo de Balanço Social Sugerido pelo Ibase.

Fonte: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

ANEXO B

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO MODELO DE BALANÇO SOCIAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES ECONÔMICAS E SOCIAIS

Instruções para o preenchimento

Realização	Este Balanço Social (BS) deve apresentar os projetos e as ações sociais e ambientais efetivamente realizados pela empresa Sugestão: este BS deve ser o resultado de amplo processo participativo que envolva a comunidade interna e externa
Publicação	Este BS deve ser apresentado como complemento em outros tipos de demonstrações financeiras e socioambientais; publicado isoladamente em jornais e revistas; amplamente divulgado entre funcionários(as), clientes, fornecedores e a sociedade. Pode ser acompanhado de outros itens e de informações qualitativas (textos e fotos) que a empresa julgue necessários
Selo "Balanço Social Ibase/Betinho"	A empresa que realizar e publicar o seu balanço social, utilizando este modelo mínimo sugerido pelo Ibase, pode receber o direito de utilizar o Selo Balanço Social Ibase/Betinho nos seus documentos, relatórios, papelaria, produtos, embalagens, site etc. Mais informações e normas: www.balancosocial.org.br RESTRIÇÕES: o Selo Ibase/Betinho NÃO será fornecido às empresas de cigarro/fumo/tabaco, armas de fogo/munições, bebidas alcoólicas ou que estejam envolvidas em denúncias e/ou processos judiciais relativos à exploração de trabalho infantil e/ou qualquer forma de trabalho forçado e à prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente
1. Base de cálculo	Itens incluídos
Receita líquida	Receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais
Resultado operacional	Este se encontra entre o Lucro Bruto e o LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda), ou seja, antes das receitas e despesas não operacionais
Folha de pagamento bruta	Somatório de remuneração (salários, gratificações, comissões e abonos), 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS e contribuição social).
2. Indicadores sociais internos	
Alimentação	Gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação de empregados(as)
Previdência privada	Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados(as) e seus dependentes
Saúde	Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive de aposentados(as)
Educação	Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação
Cultura	Gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes)
Capacitação e desenvolvimento profissional	Recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados(as)
Creches ou auxílio-creche	Creche no local ou auxílio-creche a empregados(as)
Participação nos lucros ou resultados	Participações que não caracterizem complemento de salários
Outros benefícios	Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados(as) podem ser aqui enumerados

Continua...

FIGURA 5 Continuação.

3. Indicadores sociais externos	
Total das contribuições para a sociedade	Somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados Os itens na tabela aparecem como indicação de setores importantes onde a empresa deve investir (como habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Porém podem aparecer aqui somente os investimentos focais que a empresa realiza regularmente
Tributos (excluídos encargos sociais)	Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais
4. Indicadores ambientais	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	Investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluente, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os(as) funcionários(as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa
Investimentos em programas/projetos externos	Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação socioambiental para a comunidade externa e para a sociedade em geral
Metas anuais	Resultado médio percentual alcançado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como o Global Reporting Initiative (GRI)
5. Indicadores do corpo funcional	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	Considerar como trabalhadores(as) negros(as) o somatório de indivíduos classificados/autodeclarados como de pele preta e parda (conforme a RAIS)
6. Informações relevantes	
Relação entre a maior e a menor remuneração	Resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor
Número total de acidentes de trabalho	Todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano
Normas	Conforme as Convenções 87, 98, 135 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os itens da norma Social Accountability 8000 (SA 8000)
Valor adicionado	Mais informações: www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=9&sid=13
7. Outras informações	
	Outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência. Critério 3 para as empresas que solicitarem o Selo Balanço Social Ibase/Betinho.

FIGURA 5 Instruções para preenchimento do Modelo de Balanço Social Sugerido pelo Ibase.

Fonte: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

ANEXO C

QUADRO 11 Lista das empresas que publicaram os balanços sociais, de acordo com o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) analisados neste trabalho

Empresas		Ramo de atuação	Ano de fundação	Ano de publicação do balanço social (Ibase)
1.	Acesita S/A	Ind./metalurgia	Fundada em 31/10/1944. Em 1971, a companhia foi registrada na CVM como companhia aberta, sob o ne 265-8.	2000/2001/2002/2003
2.	AES Sul Dist Gaúcha de Energia	Serv. /Energia elétrica	Fundada em 1981 nos Estados Unidos. Em 1996 iniciou as suas atividades o Brasil. O controle acionário, representando 96,6% do capital, foi indiretamente adquirido, em 21/10/1997.	2000/2001/2002/2003
3.	Amazônia Celular	Serv. /telecomunicações	A Amazônia Celular S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, controlada pela Tele Norte Celular Participações S.A. que, em 31 de dezembro de 2002, possuía 89,79% do capital votante e 74,96% do capital social.	2002/2003
4.	Bahia Sul	Ind. /Celulose e papel	A Bahia Sul Celulose S/A, foi constituída em 08/12/1987 pela Companhia Suzano de Papel e Celulose	2000/2001/2002
5.	Banco Bradesco	Finanças/ banco privado	10/03/1943	2001/2002/2003
6.	Banco da Amazônia-BASA	Finanças/ banco estatal	Em 09 de julho de 1942, através do Decreto-Lei nº 4.451, foi criado o Banco de Crédito da Borracha (Bcb). Em 1950, através da Lei nº 1.184/50, o BCB foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia S.A (BCA), Em 1966, com a deflagração– o BCA foi transformado, através da Lei nº 5.122, de 28.09.66, em Banco da Amazônia S.A. (BASA).	2000/2001
7.	Banco do Brasil	Finanças/ banco estatal	12/10/1808	2001/2002/2003
8.	Banco do Nordeste	Finanças/ banco estatal	Criado pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952	2002/2003
9.	Banco Itaú	Finanças/ banco privado	O Banco Itaú teve sua origem no Banco Central de Crédito, fundado por Alfredo Egydio de Souza Aranha, iniciando suas operações em 2 de janeiro de 1945	2000/2001/2002/2003
10.	Bandeirante Energia	Serv./ Energia elétrica	A Bandeirante tem suas origens em 07/04/1899 com a fundação da The São Paulo Tramway, Light and Power Co., Ltd., em Toronto, Canadá. Em 17 de julho do mesmo ano, a empresa foi autorizada, por decreto do presidente Campos Sales, a atuar no Brasil.	2000/2001/2002/2003

Continua...

QUADRO 11 Continuação

Empresas		Ramo de atuação	Ano de fundação	Ano de publicação do balanço social (Ibase)
11.	Bank Boston	Finanças/ banco privado	Presente no Brasil desde 1947.	2002
12.	Banrisul	Finanças /banco estatal	Foi fundada em 12 de novembro de 1953, sendo uma sociedade anônima cujo controle acionário é detido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A. - BANRISUL, possuidor de 99,48% do seu capital votante, o restante do capital votante a diversas pessoas físicas e jurídicas.	2000/2001/2002/2003
13.	Belgo Mineira (Empresas Belgo Mineira)	Metalurgia /aço	Fundada em 1921, faz parte do Grupo Arbed (Luxemburgo) e, em 2002, passou a integrar o maior grupo siderúrgico do mundo, Arcelor, resultado da união da Arbed, Usinor (França) e Aceralia (Espanha).	2000/2001/2002
14.	BNDES	Finanças/ banco desenvolvimento	Fundado em 20 de junho de 1952.	2001/2002
15.	Brasil Telecom	Telecomunicações	A partir das privatizações em 1998, a (Anatel), elaborou o Plano Geral de Outorgas (PGO). Segundo esse modelo, a área de atuação da Brasil Telecom é a Região II, que abrange o Distrito Federal e os Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.	2000/2001/2002/2003
16.	Brasil Telecom Participações	Finanças/ holdings	1998	2000/2001
17.	CAGECE	Serv./ Água e saneamento	Criação da Companhia de Água e Esgoto do Ceará, mediante a Lei n.º 3.499, de 20 de julho de 1971	2002/2003
18.	Calçados Azaléia	Ind./ Couro e calçados	02 de dezembro de 1958	2000/2001/2002/2003
19.	Camargo Corrêa	Construção pesada	1968	2001/2002/2003
20.	CEB (Cia Energética de Brasília)	Serv./ Energia elétrica	Criação autorizada pela Lei n.º 4.545, de 10.12.64, e sua denominação atual instituída pela Lei n.º 383, de 16.12.92.	2000/2001/2002/2003
21.	Cecrisa	Ind./ Minerais não-metálicos	08/06/1966	2000
22.	CELESC	Serv./ Energia elétrica	30/01/1956	2002/2003
23.	Celg (Centrais Elétricas de Goiás)	Serv./Energia elétrica	Através da Lei Estadual n.º 1.087/55, em 19 de agosto de 1975, foi efetivamente constituída a Centrais Elétricas de Goiás S/A - CELG e autorizada a funcionar pelo Decreto Federal n.º 38.868/56, de 13 de março de 1956	2000/2001

Continua...

QUADRO 11 Continuação.

Empresas		Ramo de atuação	Ano de fundação	Ano de publicação do balanço social (Ibase)
24.	Celpe (Centrais Elétricas do Pará)	Serv./Energia elétrica	Através da Lei Estadual nº 2.023, de 31 de agosto de 1960, o Governo do Estado foi autorizado a criar uma sociedade por ações de economia mista, sob a denominação "CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A"	2000/2001/2002/2003
25.	Celpe (Centrais Elétricas de Pernambuco)	Serv./Energia elétrica	Autorizada a funcionar através do Decreto nº 58.284 de 28/04/66.	2000/2001/2002/2003
26.	Cemat (Centrais Elétricas Matogrossenses)	Serv./Energia elétrica	Criada em outubro de 1958 pela Lei Estadual n.º 832 de 04 de agosto de 1956 e autorizada a funcionar como empresa de energia elétrica através do Decreto Federal n.º 44.647 de 17 de outubro de 1958, colocando fim ao risco de colapso do suprimento no Estado.	2000/2001/2002/2003
27.	Cesp (Companhia Energética de São Paulo)	Serv./Energia elétrica	Constituída em 05.12.1966 e com a abertura do capital social ocorrendo em 27.12.1971	2000/2001
28.	Cia Ind. Cataguases	Ind./têxtil	Data de fundação:17 de outubro de 1936. Início da operação:01 de março de 1938.	2001/2002/2003
29.	Cia Suzano de Papel e Celulose	Ind./Papel e celulose	As origens da Companhia Suzano de Papel e Celulose remontam a 1923, quando foi constituída a Leon Feffer & Cia., cujo objetivo era revender papéis nacionais e importados.	2000/2001/2002
30.	Coelba	Serv./Energia elétrica	Constituída nos termos da Lei Estadual nº 1.196/59, obtendo autorização para funcionar como empresa concessionária de energia elétrica, nos termos da legislação específica federal, através do Decreto nº 48.161/60. Em julho de 1994, a COELBA tornou-se companhia de capital aberto.	2000/2001/2002/2003
31.	Coelce (Cia Energética do Ceará)	Serv./Energia elétrica	Criada pela Lei Estadual n.º 9.477/71. Autorizada para prestação do serviço público de energia pelo Decreto n.º 69.469/71, tendo como principais acionistas as Prefeituras Municipais do Estado do Ceará, a Eletrobrás e o Governo Estadual. A Coelce tornou-se uma companhia de capital aberto em outubro de 1995.	2001/2002/2003
32.	Copel (Cia Paranaense de Energia Elétrica)	Serv./Energia elétrica	Através do Decreto nº 4.947, de 26 de outubro de 1954, o governo estadual criou a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL	2000/2001/2002/2003
33.	Copesul - Cia Petroquímica do Sul	Ind./petroquímica	08/06/1976	2000/2001/2002/2003

Continua...

QUADRO 11 Continuação.

Empresas		Ramo de atuação	Ano de fundação	Ano de publicação do balanço social (Ibase)
34	Cosern (Cia Energética do Rio Grande do Norte)	Serv./ Energia elétrica	A Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte – COSERN, foi criada como uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através da Lei nº 2.721, de 14 de dezembro de 1961, tendo por objetivo promover a produção, o aproveitamento e o comércio, sob qualquer modalidade, de energia elétrica através do Dec. Federal nº 1.302, de 03 de agosto de 1962.	2000/2001/2002/2003
35	COSIPA - CIA SIDERÚRGICA PAULISTA	Ind./ metalúrgia	A COSIPA foi fundada em 23 de novembro de 1953 Em 14/06/99 através do ofício CVM/SEP/RIC nº 018/99 a Comissão de Valores Mobiliários - CVM concedeu o registro como companhia aberta – registro nº 01831-7 – para a Companhia Siderúrgica Paulista - COSIPA (CNPJ: 02.790.893/0001-41).	2000/2001/2002/2003
36	CPFL (Cia Piratininga de Força e Luz)	Serv./ Energia elétrica	Fundada em 16 de novembro de 1912, na cidade de São Paulo. Holding.	2001
37	CPFL Geração de Energia	Serv./ Energia elétrica	Fundada em 16 de novembro de 1912, na cidade de São Paulo. Holding.	2000/2001
38	CSN (Companhia Siderúrgica Nacional)	Ind./ metalurgia	09/04/1941	2000/2001/2002
39	CST (Cia Siderúrgica de Tubarão)	Ind./ metalurgia	Cumprindo rigorosamente o orçamento e o cronograma de implantação, a Companhia Siderúrgica de Tubarão-CST, com um custo aproximado de US\$ 3,1 bilhões, foi inaugurada em novembro de 1983.	2001/2002/2003
40	CTEEP (Cia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista)	Serv./ Energia elétrica	Em 04/02/99, a Assembléia Geral aprovou a constituição da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – CTEEP.	2000/2001
41	CVRD (Companhia Vale do Rio Doce)	Ind./mineração	Criada pelo Governo Federal em 1º de junho de 1942.	2000/2001/2002/2003

Continua...

QUADRO 11 Continuação.

Empresas		Ramo de atuação	Ano de fundação	Ano de publicação do balanço social (Ibase)
42.	DuPont	Ind./têxtil	<i>DuPont</i> é resultado de uma Joint Venture entre duas corporações altamente respeitadas no mercado têxtil internacional: O <i>Grupo Vicunha</i> - com grande experiência e tradição no mercado têxtil brasileiro, proveniente da produção de fios e fibras e operação de venda direta ao varejo - e a <i>DuPont A Fibra DuPont</i> iniciou suas atividades em agosto de 1994. Desde 1951, a companhia possui suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. A primeira unidade industrial da Duratex, localizada no município de Jundiá, Estado de São Paulo, entrou em atividade em 1954	2002
43.	Duratex	Ind./ madeiras e móveis	31/03/1951	2002/2003
44.	Elektro Eletricidade e Serviço	Serv. /Energia elétrica	06/01/1998	2001/2002/2003
45.	Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras)	Finanças /holdings	Em 1962, é assinado o Decreto nº 1.178, que regulamenta a criação da Eletrobrás.	2000/2001/2002/2003
46.	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo	Serv./ Energia elétrica	Em 1981, a Light em São Paulo passa para o controle do governo do Estado. É criada a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A.	2000/2001/2002/2003
47.	Embraco – Emp. Bras. de Compressores	Ind./ mecânica	1971 - Em 10 de março, três empresas fabricantes de refrigeradores - Consul, Springer e Prosdócimo - fundam a Empresa Brasileira de Compressores S.A. - EMBRACO.	2001/2002/2003
48.	Embraer	Ind./ Veículos	1960	2000/2001/2002/2003
49.	Embratel	Serv./ telecomunicações	A Embratel Participações S.A. foi constituída de acordo com o artigo 189 da Lei nº 9.472/97 – Lei Geral das Telecomunicações e com base no Decreto nº 2.546, de 14 de abril de 1998, resultante da cisão da TELEBRÁS, cujo protocolo/justificação foi aprovado em Assembléia de Acionistas realizada em 22 de maio de 1998. O laudo de avaliação foi elaborado com data-base de 28 de fevereiro de 1998.	2000/2001/2002

Continua...

QUADRO 11 Continuação.

Empresas		Ramo de atuação	Ano de fundação	Ano de publicação do balanço social (Ibase)
50	Energipe – Emp. Brás. De Sergipe	Serv./ Energia elétrica	A história da energia elétrica no Estado de Sergipe remonta ao início do século, em 26 de fevereiro de 1905 quando foi criada a Fundação da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina.	2000/2001
51	Enersul (Emp. Energética de Mato Grosso do Sul)	Serv./ Energia elétrica	Através do Decreto-Lei nº 10 de 01/01/79, retificado pelo Decreto-Lei nº 46 de 06/01/79, o Governo Estadual, autorizou a criação da Empresa de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul S/A - ENERSUL.	2000/2001
52	EPTÉ (Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica)	Serv./ Energia elétrica	01/04/1999	2000
53	Escelsa (Espírito Santo Centrais Elétricas)	Serv./ Energia elétrica	11/03/1988.	2000
54	Gafisa	Serv./ construção	1954.	2001/2002/2003
55	Gerdau (Metalúrgica Gerdau S/A)	Ind./ metalurgia	1901	2000/2001/2002/2003
56	ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A	Serv./ Energia elétrica	Criada em 10/1999	2003
57	Itausa	Finanças/holding	No dia 16/11/1979	2000
58	Itaotec Philco	Serv./ Tecnologia da informação	1994	2001/2002
59	Jari Celulose	Ind./ Papel e celulose	A origem da Jari Celulose, remonta à constituição da sua controladora, a Companhia do Jari, em 22 de janeiro de 1982, quando 23 grupos empresariais brasileiros adquiriram e levaram adiante os empreendimentos econômicos conhecidos como "Projeto Jari", implantados a partir de 1967, na Amazônia Brasileira.	2000/2001/2002/2003
60	Light - Serviços de Eletricidade	Serv./ Energia elétrica	A LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A. foi constituída no Canadá em 07 de abril de 1899 e autorizada a funcionar no Brasil, em 17 de julho de 1899.	2000/2001/2002

Continua...

QUADRO 11 Continuação.

Empresas		Ramo de atuação	Ano de fundação	Ano de publicação do balanço social (Ibase)
61.	Marcopolo	Ind./ autopeças	1949	2000/2001/2002/2003
62.	PetroFlex	Ind./petroquímica	Fundada em 06/08/199. Em 1977 iniciou a operação da unidade produtora de estireno, localizada em Duque de Caxias - RJ. O etilbenzeno utilizado como matéria-prima era adquirido de terceiros. Com a implantação do 3º Pólo Petroquímico em Triunfo (RS), em 1982, a PETROFLEX ali instalou uma unidade produtora de etilbenzeno, a qual entrou em funcionamento em 1984.	2000/2001/2002/2003
63.	POLIBRASIL (SUZANO PETROQ.)	Finanças/ holding	1997	2001/2002
64.	RGE - Rio Grande Energia	Serv./ Energia elétrica	Foi privatizada em outubro de 1997.	2002/2003
65.	SOUZA CRUZ	Bebidas e fumo	25/04/1903	2002/2003
66.	Telemar	Finanças/ holding	Em 1998, o Ministério das Comunicações decidiu dividir a Telebrás em doze companhias: três holdings das concessionárias regionais de telefonia fixa, uma holding da operadora de longa distância e oito holdings das concessionárias da telefonia móvel Banda A. A maior delas era a Tele Norte Leste, transformada em Telemar em Abril de 1999.	2001/2002/2003
67.	TELE NORTE CELULAR	Holding	Atua como holding da Amazônia Celular S.A., operadora de telefonia móvel celular nos respectivos estados da região Norte.	2002/2003

Continua...

QUADRO 11 Continuação.

Empresas		Ramo de atuação	Ano de fundação	Ano de publicação do balanço social (Ibase)
68.	TRACTEBEL ENERGIA	Serv./ Energia elétrica	09/1998 – aquisição da estatal Gerasul, com capacidade instalada para gerar 3.719 MW. 07/2000 – início das operações da UHE Ita. 12/2000 – assinatura do 1º contrato de venda direta a um consumidor final. 06/2001 – início das operações da UTE William Arjona, usando gás natural. 02/2002 – a empresa assume a marca de sua controlada e passa a se chamar Tractebel Energia S. A .	2001/2002/2003
69.	TUPY	Ind. Metalurgia	Fundada em 09/03/1938	2002/2003
70.	ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES	Finanças/ holding	1956	2001/2002
71.	Usiminas (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais)	Ind./ metalurgia	1988	2000/2001/2002/2003
72.	Votorantim Celulose e Papel	Ind./celulose e papel	Fundado em 1918.	2000/2001/2002/2003

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

ANEXO D

TABELA 58 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial referentes ao ano 2003, utilizando-se as variáveis dos indicadores sociais internos

Empresas	x1	x2	x3	x4	x5	x6	x8	x9	x10	x11	GRUPOS
Acesita/03	5017	40816	4539	10256	2825	145	3123	180	7071	1217	2
AES/03	1967	7715	2929	1688	606	503	174	35	1920	1106	2
Amazonia/03	2809	10944	715	1403	307	0	1083	119	4501	0	2
Bradesco/03	396441	831487	302013	193046	0	0	61168	31928	170579	40906	1
BB/03	477621	1415030	401647	177067	7650	0	40862	27692	273401	0	1
B. Nordeste/03	16943	55881	6037	10647	1044	418	3365	1056	0	6219	2
Itau/03	208381	657380	2510	100574	9334	3469	38176	14644	295300	38360	1
Bandeirante/03	6156	33456	14347	5142	2279	0	1036	133	2909	782	2
Banrisul/03	51301	27237	7754	11588	1113	671	1585	2843	19383	8033	2
BR Telecom/03	18271	172389	18869	23184	0	3380	0	364	46165	12210	3
CAGECE/03	2674	11787	0	1640	154	7	535	0	1267	1899	2
Azaléia/03	8618	41354	0	3644	2881	1560	2327	1598	2684	1257	2
CC/03	37869	225225	18493	24543	4223	1779	6909	40	43977	13841	3
CEB/03	5878	22405	28260	11496	128	1795	1344	269	0	1390	2
CELESC/03	6869	57333	13501	5284	1570	0	3131	508	0	1479	2
CELPA/03	5579	21141	3348	1073	1123	266	559	666	0	178	2
CELPE/03	3053	18037	4897	2157	470	0	1360	31	2544	14643	2
CEMAT/03	1188	15388	1526	3814	532	260	319	40	0	457	2
CIA. Cata./03	1504	6387	0	497	418	49	380	3	0	18	2
COELBA/03	6569	32071	6199	7364	114	142	1535	143	7426	0	2
COELCE/03	3265	19334	7013	4091	84	941	5594	5482	503	487	2
COPEL/03	28007	94989	91856	14334	26252	2647	772	348	16000	394	3
COPEUL/03	4424	4597	4624	3687	3066	2497	2581	17	10000	6600	2
COSERN/03	1129	6296	1282	749	298	122	361	25	1462	0	2
COSIPA/03	6202	79555	11560	5382	0	0	0	0	6500	12025	2
CST/03	16379	57304	13019	16009	5963	1132	11236	72	50610	2511	2
CVRD/03	76	351	82	62	0	42	0	0	146	96	2
Duratex/03	7623	67617	403	6894	3472	177	1060	12	5213	5459	2
Elektro/03	7321	28687	3891	6354	3077	391	1453	109	9434	0	2
Eletrabras/03	3758	14539	9349	4294	0	2700	0	0	10500	1700	2
Eletrópaulo/03	14296	52948	732984	15561	0	1950	96	507	27274	19078	3
Embraço/03	3649	41589	0	9134	5387	1216	2617	129	17558	2700	2
Embraer/03	17163	202976	15131	30901	3085	1995	42002	0	45991	13912	3
Gafisa/03	2542	9015	0	2302	67	216	1021	0	11062	157	2

Continua...

TABELA 58 Continuação.

Empresas	x1	x2	x3	x4	x5	x6	x8	x9	x10	x11	GRUPOS
Gerdau/03	22922	195204	14923	36789	10465	0	20956	0	140341	38647	3
Itapebi/03	71	632	68	150	3	12	3	0	0	0	2
Jari/03	1436	9589	0	3128	1018	1718	1716	0	5025	4670	2
Marcapolo/03	4154	41096	3367	6316	2914	710	1327	27	9950	7388	2
Petroflex/03	1090	12294	2885	3795	727	568	1019	0	4970	2661	2
RGE/03	3944	12311	7170	828	856	471	0	106	2643	623	2
Souza Cruz/03	14334	47190	36627	3976	3890	0	4500	18	34929	7837	2
Telemar/03	46769	188512	721	35177	2622	0	16409	927	118389	29277	3
Tele norte/03	46769	188512	721	35177	2622	0	16409	927	118389	29277	3
Tractebel/03	3826	21157	33566	3421	0	1753	0	0	8500	912	2
Tupy/03	4218	98657	0	11049	3424	874	1014	13	12732	2539	2
USIMINAS/03	14478	94132	100447	9640	7815	0	4250	0	35409	5052	3
Votorantim/03	7771	40085	3697	10625	1461	940	3697	98	9631	6769	2

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

ANEXO E

TABELA 59 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial referentes ao ano de 2002, utilizando-se as variáveis dos indicadores sociais internos

Empresas	x1	x2	x3	x4	X5	x6	x8	x9	x10	x11	Grupo
Acesita/02	3571	39388	4070	9292	2324	153	2468	165	4542	852	2
AES/02	2209	6755	2585	1295	384	459	0	53	1920	404	2
Amazonia/02	3113	11763	871	1406	100	120	1410	127	3754	51	2
Bahia Sul/02	2166	16178	2483	0	3483	33	1355	23	4692	0	2
Bradesco/02	336052	752560	134903	180236	0	0	48993	30445	139764	41763	1
BB/02	304622	1112590	172604	158935	12436	0	29763	24922	144876	0	1
B. Nord./02	11020	51084	6201	8557	1039	465	5209	807	0	5146	2
Itau/02	187991	607883	45632	81479	528	20373	23873	13171	179439	42665	1
Band./02	5833	32015	11348	3922	2323	0	933	141	3089	1082	2
Boston/02	18542	78129	7440	16200	737	6000	0	1272	115784	0	3
Banrisul/02	43717	25187	7439	9813	840	703	1777	2876	16247	6236	2
Belgo/02	8030	93960	7715	11417	4126	0	5774	0	35626	5015	2
BNDES/02	6629	71683	37422	25400	234	776	3192	801	29475	500	2
BR Tel./02	14946	197769	19916	6260	0	5554	5544	605	41813	11691	3
CAGECE/02	2154	6750	0	1860	144	0	724	0	2532	1526	2
Azaléia/02	7157	36201	0	3663	2442	2134	3278	1628	5576	4145	2
CC/02	24761	155177	18415	16815	0	3947	0	249	26480	8322	3
CEB/02	5327	18468	10773	13211	124	1246	1250	265	0	814	2
CELES/02	6795	57044	53862	21250	689	0	4935	580	0	1332	2
CELPA/02	5272	15166	3268	991	656	171	223	417	0	498	2
CELPE/02	3255	16056	2482	1964	27	0	915	26	5344	4398	2
CEMAT/02	720	14443	2192	2856	412	236	245	27	0	422	2
Cl.A.Catag./02	1168	5994	0	412	454	75	244	3	0	210	2
Cl.A. Suz./02	7880	0	0	8777	349	804	1211	76	11388	5913	2
COELBA/02	5348	29154	5633	6708	349	190	1021	138	14141	0	2
COELCE/02	2825	17986	6448	3692	67	0	470	637	4719	5004	2
COPEL/02	24886	87492	74442	13979	1349	2016	2228	639	0	272	3
COPEUL/02	3636	4444	4035	4026	2306	1519	2071	15	6686	5941	2
COSERN/02	1001	5385	1307	677	378	84	378	39	3121	0	2
COSIPA/02	6936	72978	11059	4323	0	0	1953	0	2039	26924	2
CSN/02	8599	93437	33295	36600	37644	719	1698	81	53757	2541	3
CST/02	13500	48000	11000	1400	9500	1000	11259	45	38723	7500	2
CVRD/02	37	277	66	44	0	34	0	0	117	74	2
DU PONT/02	271	21041	3715	3034	1802	837	84	15	13015	0	2
Duratex/02	6583	58638	377	6334	3664	99	1128	10	2889	4563	2
Elektro/02	6460	27352	3755	5300	64	566	1334	92	8604	148	2
Eletrobras/02	2910	11455	8773	3792	0	3057	0	0	9500	1953	2
Eletropaulo/02	12447	46012	662104	24748	0	938	156	284	7045	18342	3
Embraer/02	3029	36041	0	7912	4747	2099	3847	117	21403	2344	2
Embraer/02	14076	170829	11729	25829	3198	1381	48340	0	64719	12375	3

Continua....

TABELA 59 Continuação.

Empresas	x1	x2	x3	x4	X5	x6	x8	x9	x10	x11	Grupo
Embratel/02	28684	102595	17067	22330	268	0	12157	1009	10789	0	2
Gafisa/02	1395	5878	0	1157	17	278	449	0	9450	126	2
GERDAU/02	12551	121179	11730	19304	6425	0	11963	0	75070	20877	3
ITAUTEC/02	6044	46196	2167	4133	75	1014	0	61	3251	3574	2
Jari/02	1464	11800	0	2488	619	1786	928	0	441	2628	2
LIGHT/02	12359	46959	8748	12289	0	4569	0	0	13385	10697	2
Marcopolo/02	3608	32810	2729	5806	2413	1097	789	27	8646	6496	2
Petroflex/02	921	10274	0	3110	337	1239	0	0	4104	2391	2
Polibrasil/02	1200	13101	0	1717	3067	202	604	10	3502	0	2
RGE/02	3529	10810	5826	924	826	868	0	66	1200	461	2
Souza Cruz/02	14680	46700	36800	5469	3366	0	5331	20	34269	3777	2
Telemar/02	41194	157565	10507	36056	1938	0	10333	788	130893	17885	3
Tele norte/02	3113	11763	871	1406	100	120	1410	127	4794	51	2
Tractebel/02	3324	17051	31962	3034	0	1804	0	0	0	887	2
TUPY/02	3344	81515	0	9277	2188	893	1435	13	11259	2000	2
ULTRAPAR/02	20253	58993	2930	18010	3225	732	3634	0	34194	6279	2
USIMINAS/02	10523	76657	94293	6267	6331	0	3068	0	0	6764	3
Votorantim/02	6202	33292	2948	8609	1195	728	4222	93	8705	5613	2

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

ANEXO F

TABELA 60 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial referentes ao ano 2001, utilizando-se as variáveis dos indicadores sociais internos

Empresas	x1	x2	x3	x4	x5	x6	x8	x9	x10	x11	Grupo
Acesita/01	3360	36842	4122	4705	2356	227	3507	180	4604	409	2
Bahia Sul/01	3012	15256	0	2287	2059	49	970	22	4101	0	2
Bradesco/01	309550	660268	119951	172580	0	0	37328	29365	159703	24363	3
Basca/01	6203	48552	18733	3855	4097	841	5534	728	0	741	2
BB/01	258380	1113890	317811	274191	12005	0	27521	23745	66346	6706	3
Itau/01	189705	594469	37118	72080	493	14318	42725	12770	212747	34920	3
Band./01	9122	32594	23177	6232	4695	57	1309	238	3753	338	2
Banrisul/01	41301	24321	9633	9216	891	588	2308	2918	13087	5397	2
Belgo/01	5966	81050	4164	11838	3569	0	3779	0	34157	3970	2
BNDES/01	6088	60863	30768	25000	51	573	3150	616	22955	446	2
BR	27032	180897	35517	16817	0	7202	0	813	50833	94594	1
Telecom/01											
BR T.	27035	182280	35567	7204	0	2725	0	813	52783	95759	1
Partic./01											
Azaléia/01	6255	32122	0	2633	2012	1488	2171	1374	9839	4138	2
CC/01	23996	102476	9076	7322	0	1609	0	0	17254	9297	2
CEB/01	4390	17895	11023	7691	120	420	494	199	8017	910	2
CELG/01	1836	39121	14428	2662	0	0	0	0	0	420	2
CELPA/01	4649	23933	2599	789	1653	62	393	236	0	338	2
CELPE/01	3307	12609	1215	2338	547	0	1187	22	1499	1973	2
CEMAT/01	406	14195	1953	3071	426	183	226	26	0	350	2
CESP/01	3441	24538	6695	3500	0	651	0	0	0	866	2
CIA. Cata./01	984	6561	0	390	428	36	270	3	136	204	2
CIA.	7617	27053	0	6561	288	621	1428	75	7034	5576	2
Suzano/01											
COELBA/01	4	0	6305	5780	462	614	558	132	2485	0	2
COELCE/01	2645	15713	5624	3224	97	0	181	518	2922	11084	2
COPEL/01	23366	86833	22297	14787	1362	3207	3749	0	24000	654	2
COPEL/01	3544	4231	4239	3319	1999	1822	0	0	0	4755	2
COSERN/01	849	5364	1247	561	0	176	0	114	2635	345	2
COSIPA/01	5220	63383	14940	4107	0	0	2394	0	7876	25785	2
CPFL/01	1196	3819	5552	942	0	0	0	0	1583	197	2
CPFL	222	2351	363	299	0	0	20	0	306	0	2
Geração/01											
CSN/01	8	92858	19500	31057	35000	495	1673	90	31795	1643	2
CST/01	10000	43000	8000	12700	4300	0	8000	40	0	4700	2
CTEEP/01	5469	37920	8096	7419	0	3130	0	61	0	161	2
CVRD/01	31000	221000	51000	38000	0	32000	0	0	112000	65000	1
Elektro/01	6161	24995	3600	5165	63	0	1220	91	5646	24	2
Eletrabras/01	2743	8801	6936	3624	0	3923	0	0	2345	1732	2
Eletrapaulo/01	14371	52709	185221	26728	0	1489	400	500	7185	70549	1

Continua...

TABELA 60 Continuação.

Empresas	x1	x2	x3	x4	X5	x6	x8	x9	x10	x11	Grupo
Embraco/01	2546	30711	0	7240	2654	1310	3216	117	14035	1875	2
Embraer/01	14136	119276	9216	20303	2214	1086	10842	0	83676	11229	1
Embratel/01	30460	103163	17851	22902	171	0	12564	1105	35563	0	2
Energipe/01	1395	6212	1330	556	0	158	0	0	0	238	2
Enersul/01	1750	10108	1888	1544	0	1007	0	0	5108	1106	2
Gafisa/01	728	3883	0	1136	15	52	275	0	4959	130	2
Gerdau/01	9200	104757	7316	16252	4575	4161	4162	0	43565	261708	1
ITAUTEC/01	0	42588	0	0	0	0	1254	0	0	14123	2
Jari/01	2066	9367	0	1769	645	1763	1014	0	968	3015	2
LIGHT/01	14922	46560	40168	10279	0	5199	0	0	17798	18398	2
Marcopolo/01	3293	25581	4206	4893	2007	819	841	19	8400	3535	2
Petroflex/01	891	9512	0	2366	305	600	0	4	1292	2276	2
Polibrasil/01	845	12045	0	1174	2280	260	571	14	3742	5304	2
Telemar/01	52414	237643	3570	46416	0	1088	0	0	28410	18342	1
Tractebel/01	2929	16288	32220	2700	0	1784	0	0	5780	1322	2
ULTRAPAR/01	17794	53865	2029	18508	2930	2247	2247	0	21762	5822	2
USIMINAS/01	7490	69247	42603	7901	5548	3974	0	1	8257	4370	2
Votorantim/01	5400	32271	2746	7730	1005	757	2880	66	8142	6479	2

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

ANEXO G

TABELA 61 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial referentes ao ano 2000, utilizando-se as variáveis dos indicadores sociais internos

Empresas	x1	x2	x3	X4	X5	x6	x8	x9	x10	x11	Grupo
Acesita/00	2612	30982	4002	5017	1958	311	2056	53	3351	382	2
AES/00	1575	9025	2824	1907	0	480	0	53	171	122	2
Bahia Sul/00	2420	13199	0	2777	447	1345	739	21	4039	0	2
Basa/00	6219	46308	17560	3175	3984	643	2973	801	3134	272	2
BB/00	219519	1087412	579485	263846	15348	0	28482	24179	60361	10133	1
Itau/00	166771	465282	71150	62179	0	8344	24893	13125	112187	29121	1
Bandeirante/00	13374	43147	24395	7302	4952	57	1212	278	4627	885	2
Banrisul/00	38867	21854	4846	8303	729	575	2138	2984	16649	4751	2
Belgo/00	4978	74611	3130	9065	3114	0	3542	0	15835	4135	3
BR Telecom/00	17394	103932	13668	10257	0	2725	0	1311	22780	78201	3
BR T.	21570	133107	15824	12502	0	2703	0	1311	30155	96344	3
Partic./00											
Azuléia/00	3658	25947	0	2646	2701	1199	1945	731	6788	2970	2
CEB/00	4414	17819	13140	7996	0	241	1053	85	4868	833	2
CECRISA/00	1374	10887	0	952	0	0	248	0	0	719	2
CELG/00	1068	34597	5886	1788	0	0	0	0	0	434	2
CELPA/00	3628	23446	2273	1068	591	2	369	155	0	432	2
CELPE/00	5013	17440	7075	2540	556	0	966	36	0	43566	2
CEMAT/00	431	13843	2021	3117	391	208	160	27	0	265	2
CESP/00	3861	26144	6109	5025	0	690	0	0	0	385	2
CIA.	7132	25565	0	4825	184	153	1310	77	9201	4340	2
Suzano/00											
COELBA/00	5940	0	6351	5923	195	998	773	119	4102	0	2
COPEL/00	22634	72219	18531	18073	982	3620	3080	0	20000	670	3
COPEUL/00	3640	7366	0	3007	2045	1916	0	0	0	4641	2
COSERN/00	836	5556	1388	543	0	222	0	163	498	236	2
COSIPA/00	5414	57006	16887	4025	0	0	1672	0	0	12815	2
CPFL	53	485	68	56	0	1	2	0	123	0	2
Geração/00											
CSN/00	7371	92324	16665	25534	7500	440	4000	86	32430	1560	3
CTEEP/00	5075	41759	8541	7807	0	718	0	59	0	143	2
CVRD/00	13000	140000	23000	0	15000	0	0	58	30	306	3
Eletrobras/00	2720	10991	4520	4096	0	3092	0	0	2457	1826	2
Eletropaulo/00	16822	71437	172368	22058	0	1762	208	466	15787	2923	3
Embraer/00	9906	104823	6761	13425	2216	1009	7591	0	73879	8518	3
Embratel/00	31527	152584	21787	19243	0	7576	13900	1168	32000	0	3
Energipe/00	1138	6035	1283	327	0	250	0	0	0	149	2
Enersul/00	1810	10193	1884	1621	0	1032	0	0	3419	1059	2
EPTÉ/00	4264	36701	14213	4938	0	281	0	73	0	540	2
ES CELSA/00	2650	16707	3906	2902	0	3094	0	0	6171	1620	2
Gerdau/00	8898	77736	4929	13685	4055	3937	3937	0	43979	233365	3

Continua...

TABELA 61 Continuação.

Empresas	x1	x2	x3	x4	X5	x6	x8	x9	x10	x11	Grupo
ITAUSA/00	177480	571285	71642	72071	0	8369	26770	13155	134596	35758	1
Jari/00	2049	19046	24	2048	0	2108	0	9	303	3173	2
LIGHT/00	14544	46935	32881	10147	0	5326	0	0	14859	33700	3
Marcopolo/00	2174	20284	2200	4026	1186	343	1200	17	5100	2071	2
Petroflex/00	960	8420	2310	2550	0	390	0	0	0	1960	2
USIMINAS/00	8519	64047	62921	7141	4965	3484	0	0	9704	5953	3
Votorantim/00	5722	31433	1995	7218	875	473	1976	62	7619	4876	2

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

ANEXO H

TABELA 62 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial referentes ao ano de 2003, utilizando-se as variáveis dos indicadores sociais externos

Empresa	x12	x13	x16	x20	Grupo
Acesita/03	479	503	469	109872	1
AES/03	157	1101	30	368173	1
Amazonia/03	150	1339	455	156821	1
Bradesco/03	61638	15146	11041	1982963	3
BB/03	17644	36660	12717	3194528	3
B. Nordeste/03	305	4545	4586	-46991	1
Itau/03	19437	32100	10627	2606985	3
Bandeirante/03	334	53	283	651190	1
Banrisul/03	2679	3538	1256	370251	1
BR Telecom/03	0	17525	3303	3185789	3
CAGECE/03	360	0	0	18374	1
Azaléia/03	132	3	1797	59074	1
CC/03	1645	1663	251	709270	1
CEB/03	180	140	307	299865	1
CELESC/03	73	952	13542	799004	1
CELPA/03	590	2764	1023	444786	1
CELPE/03	1743	2595	282	0	1
CEMAT/03	428	283	346	400907	1
CIA. Cataguazes/03	259	417	70	13907	1
COELBA/03	654	589	1145	520766	1
COELCE/03	50	5454	30867	344517	1
COPEL/03	802	729	316	14967643	2
COPEL/03	511	1750	1619	981307	1
COSERN/03	165	1353	165	140618	1
COSIPA/03	0	0	0	572150	1
CST/03	1462	508	1347	264342	1
CVRD/03	0	0	60	2079	1
Duratex/03	0	0	1438	223235	1
Elektro/03	411	0	11410	637373	1
Elektro/03	0	0	71698	1649443	3
Eletropaulo/03	1209	700	14847	2020956	3
Embraco/03	209	28	400	110345	1
Embraer/03	5283	3731	3010	354911	1
Gafisa/03	50	0	267	29489	1
Gerdau/03	2650	10660	255	1374395	3
Jari/03	1969	0	793	0	1
Marcopolo/03	36	556	138	66981	1
Petroflex/03	979	236	228	0	1
RGE/03	0	0	815	382757	1
Souza Cruz/03	0	0	0	3854	1
Telemar/03	9522	5994	8	0	1
Tele norte/03	9522	5994	8	0	1
Tractebel/03	193161	3787	0	0	1
Tupy/03	124	6	33	95211	1
USIMINAS/03	0	3086	0	940648	1
Votorantim/03	878	50	487	440320	1

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

ANEXO I

TABELA 63 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial referentes ao ano de 2002, utilizando-se as variáveis dos indicadores sociais externos

Empresa	x12	x13	x14	x15	x17	x21	Grupo
Acesita/02	368	694	73	35	176	141787	3
AES/02	230	0	0	0	183	325808	1
Amazonia/02	120	2290	0	2060	0	120320	3
Bahia Sul/02	1818	673	1058	141	1114	60419	3
Bradesco/02	52314	8759	1343	6094	12116	1601638	2
BB/02	10152	34069	4056	36279	45609	1972787	2
B. Nordeste/02	619	3984	2	0	3237	246774	1
Itau/02	10781	26381	1657	0	25636	1396694	2
Bandeirante/02	183	176	24	0	188	541099	1
Boston/02	6400	2200	0	0	1510	0	3
Banrisul/02	1545	1651	152	1006	1383	311686	1
Belgo/02	1314	3812	604	0	2128	527711	1
BNDESCO/02	25736	14858	10580	0	0	1712636	2
BR Telecom/02	0	0	0	0	0	3012952	2
CAGECE/02	395	0	31613	0	0	7060	3
Azaléia/02	193	715	165	78	1501	65061	3
CC/02	649	0	230	0	2160	564969	1
CEB/02	78	1275	0	2525	125	224970	3
CELESC/02	848	2034	82000	216	7821	611641	1
CELPA/02	480	722	0	14	157	294051	1
CELPE/02	1221	8	17	0	162	0	3
CEMAT/02	388	361	0	61	181	285318	1
CIA. Cataguetes/02	238	392	11	16	107	12547	3
CIA. Suzano/02	1361	336	139	85	338	-28820	3
COELBA/02	535	1000	0	0	951	420520	1
COELCE/02	56	4296	149	0	0	275764	1
COPEL/02	348	7360	42078	120	41169	1165832	2
COPEL/02	93	548	421	122	1373	603152	1
COSERN/02	1289	0	0	0	165	119683	3
COSIPA/02	0	0	0	0	0	322255	1
CSN/02	1392	600	0	0	650	390613	1
CST/02	750	900	250	77	1096	71000	3
CVRD/02	0	0	0	0	52	1159	3
DU PONT/02	219	0	0	0	108	192000	3
Duratex/02	0	0	0	0	1572	187894	3
Elektro/02	115	56	0	61	13850	541885	1
Elektrobras/02	0	0	0	0	0	3371240	2
Eletropaulo/02	1727	2932	0	0	9627	1675842	2
Embraco/02	427	66	0	14	748	139391	3
Embraer/02	7781	5658	0	601	2862	349630	1
Embratel/02	1857	13358	331	102	282	0	3
Gafisa/02	35	0	22	3	1	21184	3
GERDAU/02	2460	3557	739	1149	4012	1233961	2
ITAUTEC/02	357	0	18	25	0	190929	3
Jari/02	1798	0	1029	0	303	0	3
LIGHT/02	0	0	0	0	0	1579048	2
Marcopolo/02	148	540	106	346	46	60963	3
Petroflex/02	689	4	7	0	77	0	3
Polibrasil/02	13	17	218	251	269	299718	1
RGE/02	0	0	0	0	0	291877	1
Souza Cruz/02	0	0	0	0	0	3600	3
Telemar/02	5118	5335	0	0	0	0	3
Tele norte/02	120	2290	0	2060	0	120320	3
Tractebel/02	0	0	0	0	0	5154	3
TUPY/02	236	16	22	507	79	20661	3

Continua...

TABELA 63 Continuação.

Empresa	x12	x13	x14	x15	x17	x21	Grupo
ULTRAPAR/02	176	1703	0	0	3503	120175	3
USIMINAS/02	0	2008	0	0	0	488371	1
Votorantim/02	356	179	1458	0	197	475272	1

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

ANEXO J

TABELA 64 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial referentes ao ano de 2001, utilizando-se as variáveis dos indicadores sociais externos

Empresa	x12	X13	x14	x15	x17	x21	Grupo
Acesita/01	207	1028	44	36	589	179643	2
Bahia Sul/01	1636	544	820	115	272	50270	2
Bradesco/01	60932	11297	707	5745	3390	1403197	1
Basa/01	257	350	0	38	759	102354	2
BB/01	12481	25829	3293	17000	28583	986408	1
Itau/01	9402	24475	2441	8	14217	1121969	1
Bandeirante/01	62	220	0	0	421	856948	1
Banrisul/01	844	1314	310	659	2515	179894	2
Belgo/01	922	2473	1624	16	2384	478911	2
BNDES/01	22107	15792	9496	1755	0	1416639	1
BR Telecom/01	4022	4022	0	4023	1741	2374888	3
BR T. Partic./01	0	0	0	0	0	2506788	3
Azaléia/01	221	459	469	21	1094	49337	2
CC/01	0	0	0	0	0	409236	2
CEB/01	102	833	0	162	87	212805	2
CELG/01	0	0	0	0	0	445565	2
CELPA/01	234	957	0	5	56	258824	2
CELPE/01	1428	1427	393	35	5397	284239	2
CEMAT/01	288	278	0	66	211	241367	2
CESP/01	0	0	0	0	0	159593	2
CIA. Cataguazes/01	173	188	5	6	163	15844	2
CIA. Suzano/01	655	395	267	717	438	107829	2
COELBA/01	590	612	0	0	787	380691	2
COELCE/01	0	3827	0	0	0	272683	2
COPEL/01	608	1750	5330	1750	29051	1141233	1
COPEL/01	128	660	358	131	1473	302901	2
COSERN/01	628	628	0	0	5	108827	2
COSIPA/01	0	0	0	0	0	383248	2
CPFL/01	0	0	0	0	0	156680	2
CPFL Geração/01	160	415	60	0	18	0	2
CSN/01	1743	926	0	6	604	688336	1
CST/01	0	400	200	0	0	34000	2
CTEEP/01	0	0	0	0	0	19371	2
CVRD/01	0	0	0	0	0	718000	1
Elektro/01	0	0	0	0	11117	460779	2
Elektro/01	0	0	0	0	0	1059314	1
Elektro/01	0	0	0	0	0	1396808	1
Embraco/01	367	4	61	12	73	71758	2
Embraer/01	3392	4397	0	0	1450	390054	2
Embratel/01	1719	14695	436	122	310	0	2
Energipe/01	0	0	0	0	5170	62132	2
Enersul/01	0	0	0	0	0	128932	2
Gafisa/01	0	0	18	0	0	11500	2
Gerdau/01	4708	3575	1325	573	1806	862485	1
Jari/01	0	0	1544	0	57	5152	2
LIGHT/01	0	0	0	0	0	607430	2
Marcopolo/01	80	514	98	120	53	47788	2
Polibrasil/01	0	33	74	235	213	226231	2
Telemar/01	26776	10435	657	429	1594	3624769	3
ULTRAPAR/01	57	610	0	0	1425	240205	2
USIMINAS/01	0	111	0	0	166	489070	2
Votorantim/01	214	10	154	350	56	376266	2

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

ANEXO L

TABELA 65 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial referentes ao ano de 2000, utilizando-se as variáveis dos indicadores sociais externos

Empresa	x12	x13	x14	x15	x16	x20	grupo
Acesita/00	701	801	101	24	162	164181	3
AES/00	570	0	0	0	79	230354	1
Bahia Sul/00	1361	19	721	107	214	56462	3
Basa/00	466	114	0	3	547	30444	3
BB/00	18227	14469	4500	17500	91	886233	2
Itau/00	8778	17911	2076	302	2086	1007719	2
Bandeirante/00	0	0	0	0	0	884673	2
Banrisul/00	467	1024	630	262	1469	155488	3
Belgo/00	1013	1731	195	16	1258	369256	1
BR Telecom/00	4108	4108	0	4108	600	1444901	2
BR T. Partic./00	0	0	0	0	0	1845649	2
Azaléia/00	45	312	145	22	307	51290	3
CEB/00	0	826	0	287	0	193530	1
CECRISA/00	18	0	3	0	40	19979	3
CELG/00	0	0	0	0	0	351688	1
CELPA/00	0	320	0	11	0	156117	3
CELPE/00	1638	1638	1201	124	0	192681	1
CEMAT/00	0	348	0	55	62	204093	1
CESP/00	0	0	0	0	0	82868	3
CIA. Suzano/00	981	106	30	874	158	249154	1
COELBA/00	505	0	0	0	207	431	3
COPEL/00	365	1409	2869	1409	4809	994446	2
COPEL/00	0	964	0	180	2015	253633	1
COSERN/00	301	302	0	0	6	104371	3
COSIPA/00	0	0	0	0	0	353737	1
CSN/00	2524	1180	0	26	564	467627	1
CTEEP/00	0	0	0	0	0	17451	3
CVRD/00	0	0	0	0	25000	105000	3
Eletrobras/00	0	0	0	0	12635	855696	2
Eletropaulo/00	1666	2740	0	200	6902	1438724	2
Embraer/00	0	800	0	0	1118	256858	1
Embratel/00	2757	7384	1100	2663	453	0	3
Energipe/00	0	0	0	0	3270	43073	3
Enersul/00	0	0	0	0	0	100954	3
EPTE/00	0	0	0	0	0	27128	3
ESCELSA/00	0	0	0	0	0	234414	1
Gerdau/00	3323	1544	426	485	1360	800405	2
ITAUSA/00	8778	18065	2076	302	2126	1341	3
Jari/00	2108	0	1093	0	0	7882	3
LIGHT/00	0	0	0	0	0	797111	2
Marcopolo/00	77	126	11	100	17	28661	3
Petroflex/00	0	0	0	0	0	40800	3
USIMINAS/00	0	1680	0	0	129	426453	1
Votorantim/00	179	263	126	603	520	344265	1

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

ANEXO M

TABELA 66 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial referentes ao ano de 2003, utilizando-se as variáveis dos indicadores ambientais

EMPRESA	X24	X28	GRUPO
Acesita/03	3164	301	2
AES/03	36	0	2
Amazonia/03	422	0	2
BB/03	38098	0	1
Bandeirante/03	91	1	2
Banrisul/03	0	69	2
CAGECE/03	5096	660	3
Azaléia/03	1595	0	2
CC/03	21413	288	1
CEB/03	0	224	2
CELESC/03	0	2873	2
CEMAT/03	254	26694	2
CIA. Cataguazes/03	794	4	2
COELBA/03	8163	307	3
COELCE/03	5167	138	3
COPEL/03	15861	25	3
COPEL/03	6656	293	3
COSERN/03	1286	21	2
CST/03	28000	1120	1
CVRD/03	134	20	2
Duratex/03	7278	385	3
Elektro/03	307	120	2
Eletropaulo/03	864	0	2
Embraco/03	2742	209	2
Embraer/03	5375	0	3
Itapebi/03	1479	1391	2
Jari/03	21335	1014	1
Marcopolo/03	2148	0	2
Petroflex/03	322	454	2
RGE/03	0	8444	2
Tractebel/03	3970	332	3
Tupy/03	2667	0	2
Votorantim/03	58906	1576	1

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

ANEXO N

TABELA 67 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial referentes ao ano de 2002, utilizando-se as variáveis dos indicadores ambientais

Empresas	x25	x29	GRUPOS
Acesita/02	3497	201	3
AES/02	284	22	3
Amazonia/02	228	0	3
Bahia Sul/02	1548	295	3
BB/02	52000	472	1
Itaú/02	20200	0	3
Bandeirante/02	147	0	3
Banrisul/02	0	663	3
Belgo/02	24416	788	3
CAGECE/02	731	104	3
Azaléia/02	1995	0	3
CC/02	4162	135	3
CEB/02	0	393	3
CELESC/02	0	2170	3
CEMAT/02	399	63483	2
CIA. Cataguetes/02	655	4	3
CIA. Suzano/02	46371	1341	1
COELBA/02	9914	354	3
COELCE/02	2858	127	3
COPEL/02	111	10937	3
COPEL/02	6327	302	3
COSERN/02	884	0	3
CSN/02	123057	585	1
CST/02	22200	748	3
CVRD/02	97	12	3
DU PONT/02	956	13	3
Duratex/02	6209	745	3
Elektro/02	103	60	3
Eletropaulo/02	218	0	3
Embraco/02	2790	234	3
Embraer/02	4827	0	3
Embratel/02	91	91	3
Gafisa/02	0	1	3
ITAUTEC/02	813	0	3
Jari/02	3700	0	3
Marcopolo/02	1945	0	3
Petroflex/02	1087	394	3
Polibrasil/02	2806	42	3
Tele norte/02	228	0	3
Tractebel/02	3305	775	3
TUPY/02	4088	0	3
ULTRAPAR/02	1693	0	3
USIMINAS/02	2491	243	3
Votorantim/02	120675	463	1

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

ANEXO O

TABELA 68 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial referentes ao ano de 2001, utilizando-se as variáveis dos indicadores ambientais

Empresas	X30	x30	I - GRUPO
Acesita/01	5936	175	3
Bahia Sul/01	1694	467	3
Basa/01	0	231	3
BB/01	56000	0	2
Itau/01	37631	0	2
Bandeirante/01	37	0	3
Banrisul/01	0	332	3
Belgo/01	8857	506	3
Azaléia/01	863	12	3
CC/01	1421	0	3
CEMAT/01	271	2687	3
CIA. Cataguazes/01	304	4	3
CIA. Suzano/01	10400	476	3
COPEL/01	427	8758	3
CPFL Geração/01	25	122	3
CSN/01	150937	749	1
CVRD/01	80000	5000	2
Elektro/01	140	60	3
Eletropaulo/01	0	5606	3
Embraco/01	1970	0	3
Embraer/01	3049	0	3
Jari/01	4200	0	3
Marcopolo/01	980	0	3
Petroflex/01	2779	0	3
Polibrasil/01	2604	42	3
Tractebel/01	2873	1249	3
ULTRAPAR/01	1394	0	3
USIMINAS/01	5205	166	3
Votorantim/01	56283	399	2

Fonte: Dados da pesquisa (2005).

ANEXO P

TABELA 69 Resultados das empresas classificadas em grupos de investimentos em responsabilidade social empresarial referentes ao ano de 2000, utilizando-se as variáveis dos indicadores ambientais

Empresas	x27	x31	I - GRUPOS
Acesita/00	2243	288	2
Bahia Sul/00	1263	347	2
Basa/00	0	35	2
BB/00	0	652	2
Itau/00	8325	0	3
Banrisul/00	0	161	2
Belgo/00	6660	1210	2
Azaléia/00	351	279	2
CECRISA/00	50	0	2
CEMAT/00	581	3950	2
CIA. Suzano/00	10435	282	3
COPEL/00	1692	4768	2
COPEL/00	448	4619	2
CSN/00	172532	747	1
CVRD/00	56000	4000	1
Eletropaulo/00	0	4023	2
Embraer/00	1477	0	2
ITAUSA/00	19925	0	3
Jari/00	18480	0	3
Votorantim/00	60160	808	1

Fonte: Dados da pesquisa (2005).